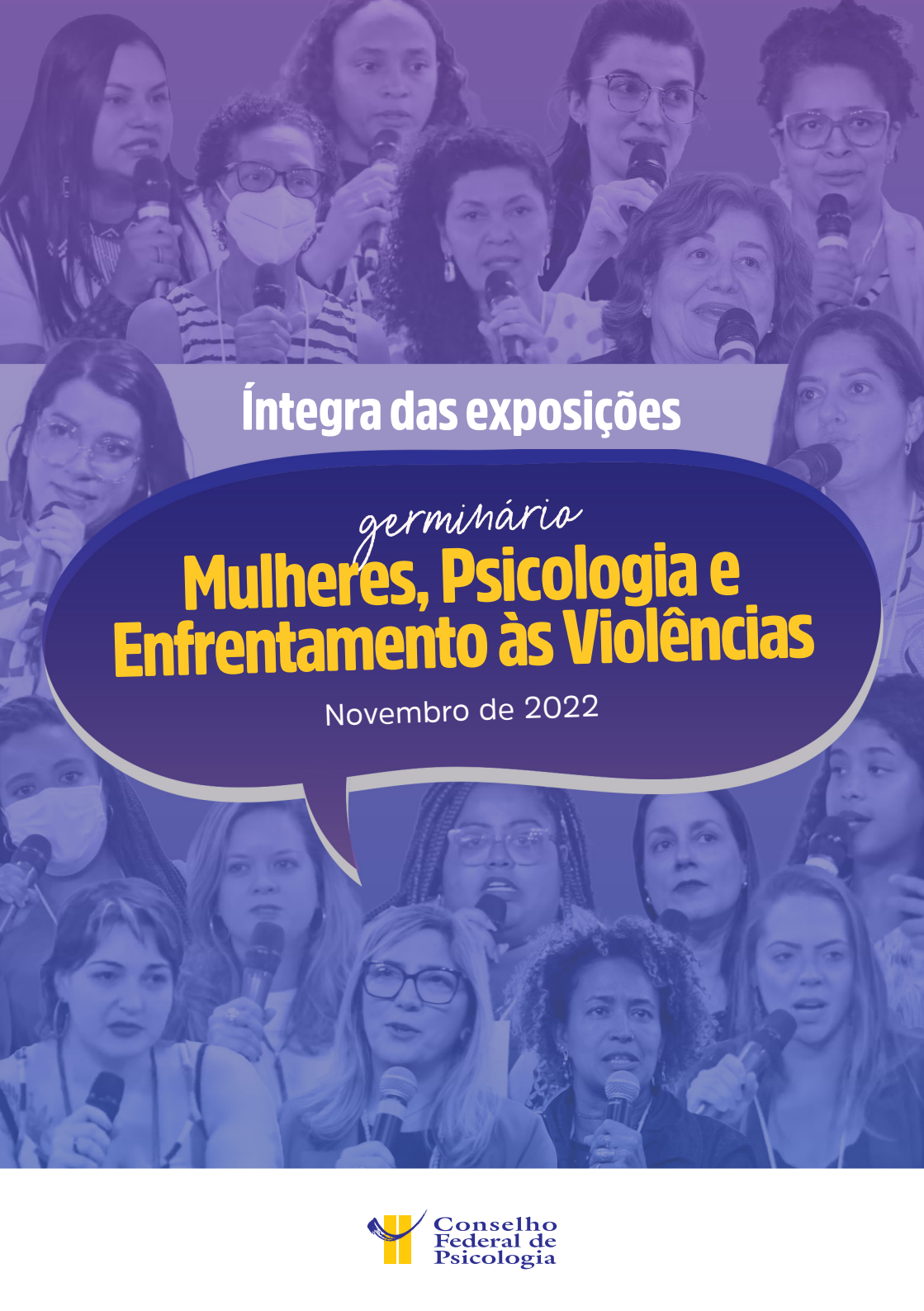




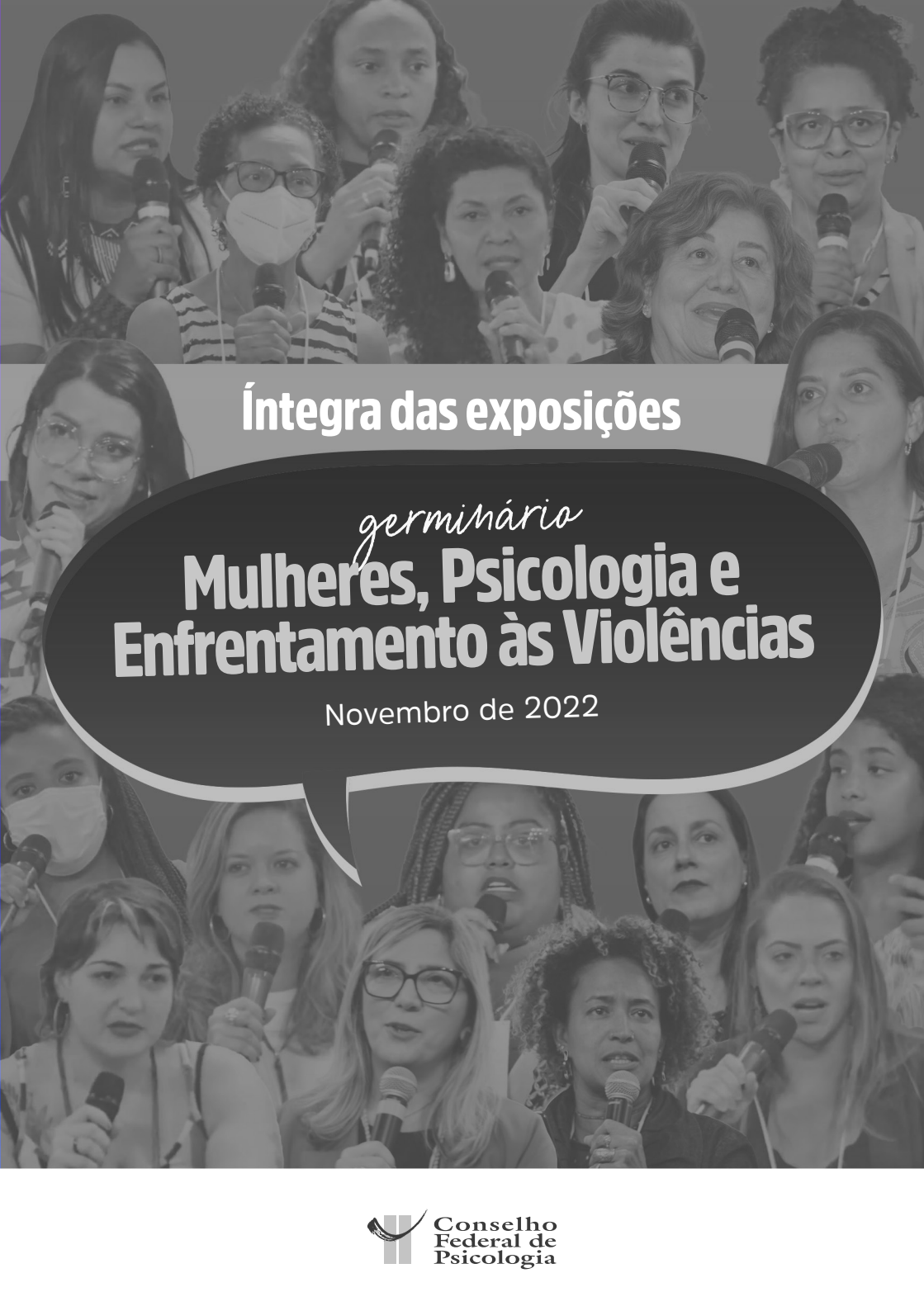
Íntegra das exposições

germinário
**Mulheres, Psicologia e
Enfrentamento às Violências**

Novembro de 2022



Conselho
Federal de
Psicologia



Íntegra das exposições

germinário
**Mulheres, Psicologia e
Enfrentamento às Violências**

Novembro de 2022



Conselho
Federal de
Psicologia

Realização:

XVIII Plenário | Gestão 2019-2022

Conselheiras(os) efetivos:

Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega
(Presidente)

Anna Carolina Lo Bianco Clementino
(Vice-Presidente)

Izabel Augusta Hazin Pires – até 20/05/2022
(Secretária)

Losiley Alves Pinheiro – a partir de 20/05/2022
(Secretária)

Norma Celiane Cosmo (Tesoureira)

Robenilson Moura Barreto
(Secretário Região Norte)

Alessandra Santos De Almeida
(Secretária Região Nordeste)

Marisa Helena Alves
(Secretária Região Centro Oeste)

Dalcira Pereira Ferrão – conselheira até
11/09/2021 (Secretária Região Sudeste)

Neuza Maria de Fátima Guareschi
(Secretária Região Sul)

Antonio Virgílio Bittencourt Bastos (Conselheiro 1)

Maria Juracy Filgueiras Toneli – conselheira até
11/09/2021 (Conselheiro 2)

Fabián Javier Marin Rueda – conselheiro até
05/02/2021 (Secretário)

Conselheiros Suplentes:

Katya Luciane de Oliveira (Suplente)

Izabel Augusta Hazin Pires (Suplente)

Rodrigo Acioli Moura (Suplente)

Adinete Souza da Costa Mezzalira
(Suplente Região Norte)

Maria de Jesus Moura (Suplente Região Nordeste)

Tahina Khan Lima Vianey
(Suplente Região Centro-Oeste)

Célia Zenaide da Silva (Suplente Região Sudeste)

Marina de Pol Poniwas (Suplente Região Sul)

Ana Paula Soares da Silva (Conselheira Suplente 1)

Isabela Saraiva de Queiroz – conselheira até
11/09/2021 (Conselheira Suplente 2)

Publicação:

XIX Plenário | Gestão 2022-2025

Conselheiras(os) efetivos:

Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (Presidente)

Ivani Francisco de Oliveira (Vice-Presidente)

Izabel Augusta Hazin Pires (Secretária)

Célia Mazza de Souza (Tesoureira)

Carla Isadora Barbosa Canto
(Secretária Região Norte)

Clarissa Paranhos Guedes
(Secretária Região Nordeste)

Carolina Saraiva (Secretária Região Centro Oeste)

Roberto Chateaubriand Domingues
(Secretário Região Sudeste)

Neuza Maria de Fátima Guareschi
(Secretária Região Sul)

Antonio Virgílio Bittencourt Bastos (Conselheiro 1)

Raquel Souza Lobo Guzzo (Conselheira 2)

Conselheiros Suplentes:

Alessandra Santos de Almeida (Suplente)

Nita Tuxá (Suplente)

Evandro Moraes Peixoto (Suplente)

Rodrigo Acioli Moura (Suplente)

Fabiane Rodrigues Fonseca (Suplente Região
Norte)

Juliana de Barros Guimarães
(Suplente Região Nordeste)

Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo
(Suplente Região Centro Oeste)

Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro
(Suplente Região Sudeste)

Marina de Pol Poniwas (Suplente Região Sul)

Rosana Mendes Éleres de Figueiredo
(Conselheira Suplente 1)

Jefferson de Souza Bernardes
(Conselheiro Suplente 2)



Endereço: SAF SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Térreo, sala 104
CEP: 70.070-600 – Brasília/DF, Brasil
Fone: (61) 2109-0100
www.cfp.org.br
facebook.com/conselhofederaldepsicologia
Twitter @cfp_psicologia
Instagram @conselhofederaldepsicologia

Coordenadora-Geral Estratégica

Emanuelle Silva

Coordenador-Geral Executivo

Rafael Menegassi Taniguchi

Gerência de Comunicação

Marília Mundim (Gerente)

Raphael Gomes (Assessor)

Marcela Andrade (Assessora)

Thaís Ribeiro (Assessora)

Gerência Técnica

Camila Dias de Lima Soares (Gerente)

Lisly Telles de Barros (Analista Técnica)

Carolina Barbosa (Assessora)

Bibiana Soyaux de Almeida Rosa (Assessora)

Organização

Alessandra Santos de Almeida (Conselheira Suplente)

Lisly Telles de Barros (Analista Técnica)

Edição de Texto

MPM Comunicação

Projeto Gráfico e Diagramação

Diego Soares da Silva

Esta publicação teve como ponto de partida as falas das convidadas durante o Germinário “Mulheres, Psicologia e Enfrentamento às Violências”, realizado no dia 12 de novembro de 2022, em São Paulo (SP).

De modo a garantir a fluidez do texto e a coerência entre as ideias apresentadas pelas convidadas, o documento foi revisado pelas autoras, sendo permitido a inserção de trechos relevantes para o pleno entendimento do contexto pelo leitor.

Sumário

APRESENTAÇÃO	8
Mesa de Abertura.....	10
ANA SANDRA ARCOVERDE NÓBREGA.....	11
ALESSANDRA SANTOS DE ALMEIDA	15
LUANA ALVES	19
DULCINEIA VASCONCELOS XAVIER.....	25
Mesa 1 - GÊNERO.....	30
MARINA DE POL PONIWAS	31
GEÍSE PINHEIRO PINTO.....	33
BEATRIZ BORGES BRAMBILLA	38
VALESKA ZANELLO	45
NOTA TÉCNICA DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL EM CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: CASOS PARA A QUEBRA DO SIGILO PROFISSIONAL	60
RESOLUÇÃO Nº 8, DE 07 DE JULHO DE 2020.....	65
Mesa 2 - TRABALHO E POLÍTICA.....	68
ALESSANDRA SANTOS DE ALMEIDA	69
GLORIA MARIA MACHADO PIMENTEL.....	70
DARLANE SILVA VIEIRA ANDRADE	80
LAÍS NICOLODI	92
Mesa 3 - SAÚDE.....	104
MARISA HELENA ALVES	105
DANIELA PEDROSO	106
VANINA MIRANDA DA CRUZ	114
SOFIA FAVERO RICARDO	120
Mesa 4 - QUESTÕES RACIAIS.....	132
CÉLIA ZENAIDE	133
NITA TUXÁ.....	135
LAURA AUGUSTA	141
ANNE BITTENCOURT SANTOS E SILVA	146
CARTA AO SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA EM DEFESA DAS MULHERES.....	155

APRESENTAÇÃO

A realização do Germinário “Mulheres, Psicologia e Enfrentamento às Violências” foi aprovada durante a 66ª Reunião Plenária como parte das ações propostas para os “21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher”.

O período, que tem início no dia 25 de novembro, por ocasião do Dia de Combate à Violência contra a Mulher, e se encerra no dia 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos, busca sensibilizar a sociedade para o tema e trazer importantes reflexões sobre os variados cenários de violência de gênero.

A Psicologia se destaca por ser uma profissão predominantemente feminina, uma vez que 84% do total de profissionais com registro ativo é formado por mulheres, segundo informações do Portal da Transparência do CFP. Torna-se urgente e necessário, portanto, promover ações que contemplem a diversidade de pautas que atravessam a constituição das mulheres e abordam questões presentes no dia-a-dia da atuação da(o) psicóloga(o).

Entre os temas que afetam e mobilizam as mulheres, destacamos a questão das violências (física, psicológica, patrimonial, sexual, obstétrica, moral), assim como pautas ligadas a saúde sexual e reprodutiva (aborto, casamento, maternidade, saúde materna); ao trabalho de cuidado não remunerado; a perda de emprego; ao tráfico de mulheres; a educação de meninas; a pornografia; ao patriarcado; ao apagamento das mulheres na história (incluindo a da Psicologia), entre outros.

O *Germinário* foi proposto com o objetivo de pensar a Psicologia e as estruturas de gênero e raça que atravessam a constituição das mulheres. Pois, entendemos que o papel da Psicologia é se fazer presente nos lugares onde há opressão, violência que subjuga e que provoca sofrimento, para, inicialmente, compreender as forças que promovem esse sofrimento e, em seguida, intervir para minimizá-las.

Esperamos que as discussões abordadas durante o Germinário, mais especificamente sobre Gênero, Trabalho e Política, Saúde e Raça promovam reflexões importantes a respeito do fazer profissional e fomentem a produção e propagação de conhecimentos sobre o tema.



MESA DE ABERTURA





ANA SANDRA ARCOVERDE NÓBREGA¹

Gostaria de desejar um bom dia a todas as pessoas que estão aqui presentes. Estendo esse bom dia às pessoas que nos acompanham pelas redes sociais do Conselho Federal de Psicologia. Vou começar me apresentando, fazendo minha audiodescrição. Por fim, saliento que é uma alegria enorme estarmos aqui reunidas neste Germinário.

Eu sou Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega, sou psicóloga, mulher nordestina, branca. Tenho cabelo loiro na altura dos ombros. Hoje, estou usando um vestido azul marinho e uma blusa marrom por cima. Eu também uso óculos marrom. Atrás de nós temos o folder do Germinário, que, aliás, ficou lindo.

É com enorme alegria que participamos dessa mesa de abertura do Germinário: *Mulheres, Psicologia e Enfrentamento às Violências*, promovido pelo Conselho Federal de Psicologia durante o 6º Congresso Brasileiro de Psicologia.

Quero saudar as companheiras da mesa: a Sra. Dulcineia Vasconcelos Xavier, Secretária Adjunta da Secretaria de Política para as Mulheres, da Prefeitura de São Paulo; a Vereadora Luana Alves e, a minha companheira de Plenário, Conselheira Alessandra Almeida, a quem carinhosamente chamamos Alê.

Gostaria de agradecer publicamente ao Fórum das Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB), pela liberação deste espaço e pelo apoio ao nosso Germinário. De-

1 Psicóloga, formada pelo Centro Universitário de João Pessoa (2008) e Mestra pela Universidade Federal da Paraíba (2012). Atuou como Conselheira Presidente do Conselho Regional de Psicologia 13ª Região (PB), nas gestões: 2010-2013 e 2013-2016; como Conselheira do Conselho Nacional de Saúde, enquanto presidente da Comissão Intersetorial de Saúde Mental. Vice Presidenta do Conselho Federal de Psicologia na gestão 2016-2019. Presidenta do Conselho Federal de Psicologia na Gestão 2019-2022. Psicóloga clínica, Professora e Supervisora de Estágio em Processos Clínicos de Prevenção e Promoção da Saúde, Coordenadora da Pós-Graduação em Psicologia Humanista nos Institutos Paraibanos de Educação (UNIFE) e Professora do Curso de Psicologia do UNIESP Centro Universitário.

pois de ontem², sabemos que o FENPB é uma organização potente que reúne vinte e sete entidades da Psicologia brasileira.

A ideia de realizar um encontro dedicado especialmente às mulheres, e à Psicologia, vem sendo discutida, como já havia dito para vocês nos bastidores antes de iniciar a transmissão, desde o início da gestão do XVIII Plenário do CFP. Dados do Censo da Psicologia Brasileira, que será lançado em breve, apontou que somos 84% de mulheres psicólogas. Nossa profissão é majoritariamente feminina, embora os espaços de produção, de poder e de conhecimento, na maioria das vezes, não sejam ocupados por nós, mulheres.

Tais dados causam estranhamento, porque somos nós, mulheres, na grande maioria, que fazemos esta profissão acontecer. Somos nós, mulheres, que de uma maneira geral, enfrentamos, cotidianamente, desafios únicos que nos atravessam e que definem a nossa forma de viver e de estar no mundo. Basta ouvir as notícias para se ter uma pequena noção de como ainda temos que lidar com o machismo estrutural, o racismo, a misoginia, as desigualdades salariais, as baixas oportunidades de trabalho e emprego, e, quando esse trabalho acontece, precisamos enfrentar significativas diferenças na remuneração.

Enfrentamos ainda o assédio, nos mais diversos ambientes e contextos; o controle de nossos corpos e afetos, entre tantas outras formas de violência. A pandemia escancarou a triste realidade de violências psicológicas e de abusos físicos vividos por diferentes mulheres, dentro de casa, ao redor do Brasil e do mundo. Denúncias recentes nas redes sociais lançam luz em situações de abusos praticados inclusive contra mulheres do alto escalão do governo, o que revela que a violência e o machismo estão entranhados em nossas vivências e acometem mulheres de todas as camadas sociais.

Nosso Germinário vem com um grito absolutamente preso na garganta: **Basta!**

Precisamos falar sobre a importância do letramento de gênero na Psicologia, entre tantos outros aspectos. A Psicologia, enquanto ciência e profissão, deve se dedicar a estudar o fenômeno da violência contra as mulheres.

2 A palestrante se refere ao ato de abertura do 6º Congresso Brasileiro da Psicologia, que contou com a presença das 27 entidades que compõem o FENPB e participação de grande público.

Para além de pensar formas de enfrentamento à violência, precisamos estudar as formas de atuação e intervenção nesses casos. Devemos, sobretudo, assumir o compromisso social de eliminar toda e qualquer forma de violência de gênero, previsto no Código de Ética (Resolução CFP nº 5/2010) e na Resolução CFP nº 8/2022. O artigo terceiro da normativa é transparente ao dispor que as psicólogas deverão acolher e cooperar com ações protetivas à mulher, seja ela cis gênero, transexual ou travesti. E, para tanto, devemos considerar, no exercício da profissão, aspectos de raça, etnia, orientação sexual e deficiência, considerando o atendimento às mulheres.

Ao disseminar práticas de enfrentamento às violências e promover o letramento de gênero, estaremos contribuindo para levar conhecimento às mulheres, e à sociedade em geral. Sendo esse o primeiro grande passo para a tomada de consciência e para possibilitar o necessário engajamento com a temática. Ademais, a nossa resolução estabelece, como função da psicóloga, não legitimar ou reforçar preconceitos, e não compactuar com culturas institucionais discriminatórias, assediadoras e violentas.

Precisamos, portanto, ocupar os espaços dominados pelo machismo, revelar que o corpo feminino é um corpo resiliente, de resistência, capaz de atravessar caminhos tortuosos em busca de sua sobrevivência. Precisamos, ainda, falar sobre a saúde das mulheres, sobre o desejo ou não de serem mães, sobre os dispositivos que nos mantêm disponíveis para o amor e o cuidado, de tudo e todos.

Precisamos *despatologizar* as formas divergentes de ser mulher, aceitar que passamos por experiências subjetivas diversas que nos constituem como mulheres indígenas, negras, trans, cis, heteros, lésbicas. Para finalizar a minha intervenção, gostaria de ressaltar que somos muitas, somos diversas. Mas somos, sobretudo, necessárias para a construção de um país mais justo, igualitário, liberal, transformador.

Neste Germinário, convidamos as mulheres à fala. Só para reforçar o convite, nos intervalos os microfones do evento estarão abertos para que vocês, mulheres, possam se expressar. E, para além da fala, precisamos ocupar outros espaços. Queremos nos fazer presença pelos nossos pensamentos, sentimentos e experiências. Acredito que juntas seguiremos mais fortes para lutar contra a opressão, o patriarcado, o machismo estrutural, a misoginia.

Precisamos contar umas com as outras e, por isso, convoco-as para a luta. Não descansaremos enquanto uma mulher sequer neste país for vítima de violência, de qualquer ordem e de qualquer natureza.

Era muito importante que estivéssemos juntas, neste encontro, para afirmar que contamos umas com as outras. Assim, exalto a minha alegria e emoção em ser mulher. Que este seja um Germinário com potencial revolucionário, pois estamos aqui para fazer barulho.

Ao final do evento, vamos fazer a leitura de uma Carta Aberta do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Psicologia em Defesa das Mulheres.

Para tanto, gostaria de convidá-las a participar deste importante ato.

Um potente Germinário para todas nós.



ALESSANDRA SANTOS DE ALMEIDA ³

Bom dia, mais uma vez, a todas. Obrigada pela presença. Eu sou Alessandra Almeida, psicóloga, mulher negra, nordestina; tenho cabelos *black power*, sempre para cima, loiro. Estou vestida com um micro vestidinho, com uma “negona” na frente, um sobretudo jeans, meias marrons. Atrás de mim, nosso maravilhoso folder do Germinário com os dizeres: “Lugar de mulher é na política; Liberdade é não ter medo: Mulheres diversas constroem a Psicologia brasileira. Pelo fim das violências contra as mulheres e a Psicologia em defesa das mulheres”.

Lembrando que, durante muito tempo, fomos inviabilizadas e, para se contar a história das mulheres no mundo, foram resgatadas cartas, umas de amor, outras de ódio. Esse resgate tem desvendado e desvelado nossa história. Devemos lembrar o quanto a cultura e a arte também podem ser utilizadas para se fazer política, pois enfrentam as tiranias. Cito, neste momento, Gal Costa que mostrou, de forma magnífica, como fazer política com o uso do próprio corpo.

Eu costumo colocar poesia em todas as coisas, em todos os lugares, e os nossos microfones estão abertos para essas intervenções também. Então, declamem, cantem. Durante muito tempo fomos silenciadas. Muitas de nós tivemos que reaprender a falar, o que inclui falar em público. Devemos lembrar que falar para um público é poder. Então, por favor, mesmo aquelas que estejam envergonhadas, usem o microfone como forma de dessensibilizar as amarras que nos impuseram por tanto tempo.

3 Especialista em Psicologia de trânsito. Especialista em saúde coletiva. Formação em Psicologia social - grupos operativos de Pichon Riviere. Militante do movimento feminista negro (BA). Trabalha com avaliação psicológica para obtenção de CNH. É Mestra pela UFBA/PRODEP PPG NEIM/UFBA em Saúde Mental de Mulheres Negras. Ex-presidente do CRP 03, membro do GT de Gênero e Psicologia. Mãe, taurina, mulher preta, psicóloga feminista.

Nas minhas falas, costumo citar autoras brasileiras como forma de descolonizar o nosso conhecimento, a nossa Psicologia, localizá-la onde estamos, na realidade em que vivemos. Mas tem uma poesia que eu acho fantástica e gostaria de dividir com vocês. Cito então Audrey Lorde, feminista estadunidense negra, que diz assim:

“Quando o sol nasce, nós temos medo, ele pode não durar.
Quando o sol se põe, nós temos medo, ele pode não nascer pela manhã.
Quando estamos de barriga cheia, nós temos medo de indigestão.
Quando nossos estômagos estão vazios, nós temos medo, nós podemos
nunca mais comer novamente.
Quando somos amadas, nós temos medo, o amor vai acabar.
Quando estamos sozinhas, nós temos medo, o amor nunca vai voltar.
Quando falamos, nós temos medo, nossas palavras não serão ouvidas,
nem bem-vindas.
Mas, quando estamos em silêncio, nós ainda temos medo.
Então, é melhor falar, tendo em mente que não esperavam que nós
sobrevivêssemos.”

E foram muitas as artimanhas e os artifícios, na história, para nos silenciar. Como, por exemplo, queimar as bruxas. Quem eram as bruxas? E por aí vai.

Então, vou iniciar, correndo inclusive o risco de provocar ojeriza nos cientistas sociais por, talvez, um possível equívoco conceitual, de que as mulheres negras, na história do Brasil, estavam à frente de levantes de importância para todas e todos nós, dadas as lutas psicológicas e de colônia. Talvez não possamos falar de movimento social, muito menos de movimento feminista ou de movimento feminista negro, conceitualmente.

No entanto, mulheres como Maria Felipa, Luiza Mahin, Aqualtune Dandara, estiveram à frente de movimentos de libertação e são referências importantes, das quais não ouvimos falar na luta dos movimentos de mulheres. São referências de mulheres negras que participaram de importantes movimentos para construir este país. A luta é pela desinvisibilização, pela descolonização e retificação da figura da mulher e das mulheres negras neste país que possui forte constituição racista, patriarcal, misógina e, reiteradas vezes, colonizada.

Mas não podemos esquecer que a Psicologia brasileira, que comporta tantas mulheres, está completando sessenta anos. A maturidade nos faz compreender que, como mulheres, não nos resumimos a limites impostos pelos olhares e palavrórios que floresciam narrativas de normatização de corpos, comportamentos, moralidade, sexualidade, que inclusive tentam diminuir a nossa capacidade de produzir, intelectual e politicamente. E, certamente, fazemos isso com maestria.

Não somos objetos, abjetas e comestíveis. A partir de nossas histórias de vida, rompemos amarras e produzimos saberes para a humanidade. A Psicologia brasileira faz isso. Durante o período de comemoração dos sessenta anos da Psicologia brasileira, o Conselho Federal de Psicologia esteve presente em diversos estados; recebeu homenagens nas Câmaras Legislativas e não se furtou ao debate sobre a importância da Psicologia, evidenciando as pautas que acompanhamos e as ações que construímos junto com a história do Brasil. Viemos aqui para dizer que o nosso codinome é coragem, e o nosso codinome também é resistência. Nesse passo seguiremos. Para fechar, do jeito que comecei, com poesia, e passar a palavra às nossas convidadas, eu finalizo com um poema meu.

“Os ventos da coragem levantaram os véus da história.

E ali, face a face, se viu o poder mulheril.

Nem sempre sutil, às vezes, hostil.

Nem tão recalçada e pronta para sair do lar, onde fomos enclausuradas, sem direito a reclamar.

E somos velas, enfrentamos mares, chegamos a todos os lugares, desde a Lua ao vírus.

Estamos em tantas frentes, já não há como contar, nosso cio é de conquististas, somos portais da humanidade.

Queremos oceanos de esperança, um mundo com dignidade, o direito de viver nossa própria identidade.

E se de morte matada não queremos morrer, é preciso entender nosso grito por igualdade, como o novo amanhecer”.

Vamos lembrar que, nesse país, a primeira vítima fatal da covid-19, foi uma mulher negra. Mas, também, foi devido a uma mulher negra, nordestina, que devassou o código

genético do vírus, que nós tivemos a possibilidade de produzir formas de sair da pandemia, no mundo.

Bem-vindas mais uma vez. Obrigada pela presença de vocês. Eu preciso também dizer da felicidade que é ter esse Germinário com essas mesas, com tantas companheiras históricas, incríveis. Por favor, corações abertos, porque temos uma tarefa imensa, complexa, incrível e linda, que é de reconstruir esse país, juntas. Até eles já sabem que nosso voto muda tudo.



LUANA ALVES ⁴

Bom dia para todo mundo. Queria agradecer esse convite, agradecer o carinho desse convite, das que falaram antes de mim. Sou Luana Alves, sou psicóloga de formação. Estou vereadora da cidade de São Paulo, fui eleita agora, em 2020. Tenho a felicidade de ser a vereadora mulher mais jovem da cidade de São Paulo. Obrigada.

Trabalhei no Sistema Único de Saúde, aqui na cidade. Me formei em Psicologia, estou vendo alguns colegas, gente da turma de graduação que eu conheci. É isso. Eu queria trazer algumas reflexões. Mulheres, Psicologia, e Enfrentamento às Violências é o nome desse Germinário.

Vou me áudio descrever, perdão. Sou uma mulher negra, uso tranças pretas, estou com um vestido *rose*, que tem um cintinho, e estou de pé nesse momento.

Eu queria trazer algumas reflexões sobre a situação que estamos hoje, a situação política e social, enquanto psicólogas e psicólogos, agentes de transformação social e das estruturas, que procura ser agente produtor de mudança. Eu acho, absolutamente, que temos que estar muito orgulhosos e orgulhosas de nós mesmos, porque nós vencemos eleitoralmente. Temos que ter muito orgulho do nosso trabalho, da nossa militância, da nossa luta, porque tivemos agora, nesse mês, nesse final de outubro, uma vitória democrática e popular, que há muito tempo não tínhamos.

⁴ Feminista negra e trabalhadora da saúde. Tem 27 anos, nasceu em Santos, no litoral paulista, e é psicóloga, formada pela Universidade de São Paulo (USP), onde se especializou em Saúde Coletiva e Atenção Primária, atuando em Unidades Básicas de Saúde da Zona Oeste de São Paulo. Na Universidade, Luana foi parte ativa da luta que conquistou a adoção de cotas étnico-raciais e sociais na USP. Luana atua na Rede Emancipa, um movimento social de educação popular nacional que, nas periferias de São Paulo, organiza dezenas de cursinhos pré-universitários gratuitos que proporcionam o acesso de milhares de estudantes de escola pública à universidade. Aceitou o desafio de ser uma porta-voz das lutas antirracista, feminista, antifacista, LGBTQIA+, das periferias e em defesa da educação pública e do Sistema Único de Saúde (SUS) integral, gratuito e universal. Hoje Luana é vereadora eleita pelo PSOL em São Paulo, com 37.550 votos.

É uma vitória gigante, enorme, contra tudo e todos. Porque não foi tranquilo termos vencido o bolsonarismo e a extrema direita, do ponto de vista eleitoral. Enfrentamos uma máquina gigantesca que se utilizou das táticas mais sujas que não víamos nos últimos anos. É possível dizer que foi a maior vitória democrática desde o fim da ditadura militar.

Como eu estava dizendo para vocês, foi uma vitória contra tudo e contra todos, contra uma máquina que produziu *fake news* em escala industrial, absolutamente enraizada nos *WhatsApp* e nos celulares do povo brasileiro; que utilizou da máquina pública, inclusive do ponto de vista de orçamento, numa escala que há muito tempo não se via. Existia uma expectativa de vitória muito forte, por parte da extrema direita no Brasil, numa política de reativação do patriarcado, de reativação da colonialidade, e de tentativa de fazer retroceder o Brasil numa escala gigante.

Então, a vitória mostrou o quanto a população brasileira, as mulheres brasileiras e o povo negro brasileiro, disse um não a uma arma apontada contra nós. Isso é uma vitória enorme, temos que ter muito orgulho disso. Agora, sabemos que as coisas não somem de repente, os processos sociais não respeitam e não vão junto aos processos eleitorais. São muito mais profundos. Os processos sociais têm os seus ritmos próprios, os seus tempos próprios.

E a realidade é que hoje temos uma tentativa muito forte, no nosso país, de reativar e de fortalecer uma mudança social de atraso para nós. Isso não é de hoje, isso não começou há quatro anos, começou há muito mais tempo, mas hoje eu acho que enfrentamos, digamos, o seu ápice, do ponto de vista social e não mais eleitoral. Porque, o que acontece, e isso foi muito bem dito aqui pela minha companheira, se tenta reeditar e reativar formas muito tradicionais do Brasil funcionar: a forma colonial, a forma patriarcal, a forma que coloca nós, mulheres, enquanto objetos, mas também enquanto produtoras do trabalho silencioso. Essa política é uma política que tenta avançar no Brasil, depois de algumas décadas, desde os anos oitenta, de uma progressiva mudança e melhora para nós.

Quando eu digo “retrocesso”, do ponto de vista social por exemplo, o que vemos é que, cada vez mais se tenta impor uma política cultural para que as mulheres sejam vistas e sejam enquanto alguém que tem que ser absolutamente colocada num certo molde, num certo lugar social de respeitabilidade. Damos risada do “bela, recatada e do lar” porque é muito engraçado, é risível. Só que, na verdade, é uma tentativa de disputa cultural muito

forte que é feita no nosso país. Uma tentativa de disputa cultural que é para fazer com que as mulheres, em especial as mulheres que estão em lares muito influenciados pela religião, se moldem a esse lugar de “bela, recatada e do lar”. Isso tem um efeito forte nas nossas identidades, um efeito forte na nossa percepção. Isso não é qualquer coisa.

Achamos engraçado, mas isso é muito sério, porque significa uma disputa inclusive de identidade, e uma disputa de autoafirmação. É isso que tem acontecido. Isso, do ponto de vista cultural. Do ponto de vista econômico, que também é uma outra fronteira de ataques que vivemos, vemos uma tentativa de esvaziar as políticas sociais, esvaziar o financiamento de políticas públicas de educação, de saúde, de seguridade social. Isso também é um ataque patriarcal a nós. Quando destruimos sistemas de seguridade social, como é o caso da Previdência, ou como é o caso da merenda escolar, que gera um bem-estar social, estamos atacando diretamente as mães, as avós, as mulheres, as responsáveis pelo cuidado do trabalho reprodutivo.

Esse termo que usamos, do “cuidado reprodutivo”, é um termo muito amplo, mas acho que é sempre importante retomarmos e vou me pegar um pouco nisso. O trabalho reprodutivo é aquele trabalho invisível, é o trabalho de cuidado das crianças, de cuidado das pessoas idosas, de garantir que o mundo funcione da porta de casa para fora. Então as mulheres, da porta para dentro, no ambiente doméstico, garantem que as pessoas das famílias conseguem ser produtivas na sociedade.

No mundo explorador que vivemos, o trabalho produtivo é colocado, muitas vezes, como única forma de gerar riqueza. Então, da porta de casa para fora, você trabalha, você gera riqueza, mas a máquina da produção de riqueza e trabalho só gira quando existe, da porta de casa para dentro, um exército, um batalhão de mulheres que criam as crianças, que cuidam afetivamente e fisicamente dos homens, das outras mulheres e de si mesmas. Então, quando temos um Estado que, cada vez mais, se ausenta, quando temos essa destruição das políticas sociais e das políticas de seguridade, temos a sobrecarga do nosso trabalho reprodutivo, do nosso trabalho invisível. Isso foi muito visível quando tivemos uma necessária temporada de suspensão, por exemplo, das escolas no período da pandemia.

Vivemos isso, vimos como foi. Mas, a realidade é que vimos o quanto que quem deu conta do peso foram as mulheres, quem deu conta de ter as crianças em casa foram as

mulheres, tendo uma sobrecarga do trabalho produtivo e do trabalho reprodutivo. Isso aconteceu. O trabalho pago e o trabalho não pago, que é o trabalho doméstico, foi absolutamente agudizado. Quando temos essa política econômica de retirar o financiamento às políticas sociais, temos, cada vez mais, o aumento da divisão de gênero, o aumento da sociabilidade do patriarcado e o atraso para as mulheres, enquanto seres públicos e seres que produzem mudança na sociedade. Isso é muitíssimo sério. Isso ocorreu não só a nível federal, mas a nível estadual e municipal.

Aqui, em São Paulo, vivemos isso. E, a cada real que é tirado da educação pública, a cada menos uma vaga na creche, é mais uma mulher que não vai conseguir ser um ser pleno, que não vai conseguir estabelecer suas relações sociais da porta de casa para fora, de forma integral, de forma plena. Principalmente, mais uma mulher negra, provavelmente, mais uma mulher periférica.

É nesse sentido que foi um governo de absoluto ataque contra todas nós, do ponto de vista de disputa cultural e do ponto de vista econômico. Nós fomos duplamente colocadas nessa linha de ataque. Mas, felizmente, conseguimos vencer, do ponto de vista de governo. Esse não será mais o nosso governo, teremos um novo governo. Daqui para frente, vamos ter uma tarefa, como diz o professor Silvio Almeida, de refundar o Brasil. Ele colocou isso de uma forma que eu acho muito correta, vamos precisar refundar um Brasil que nunca existiu, porque nunca deixamos, na realidade, de estar nesse lugar. Sofremos, claro, quatro anos infernais, mas vamos ter que pensar num país que nunca existiu, e esse pensamento, essa construção vai poder vir a partir do nosso trabalho de base, de construção, de enraizamento.

A Psicologia tem um papel fundamental para isso, na medida em que disputa as políticas públicas, disputa a saúde, disputa a assistência, disputa na educação, disputa também na sua prática clínica, mesmo que não seja vinculada a instituições. Então, essa disputa social feita é fundamental para pensarmos outras formas de construção do Brasil, formas feministas, formas feministas negras, em que consigamos pensar, de fato, as mulheres enquanto agentes produtoras de mudança. Isso é muito importante para nós. Muitos debates, na minha opinião — queria colocar isso apesar de termos tido essa vitória eleitoral — retrocederam.

Eu juro para vocês, vendo as maneiras como, no período eleitoral, foram feitas as discussões, eu sinto que o debate de aborto retrocedeu uns trinta anos. Não sei se vocês tiveram essa mesma impressão. Parece que voltamos para os anos oitenta e estamos tendo que voltar para o básico, porque nós não tivemos ali nem mesmo alguém em rede nacional para colocar que sim, somos a favor da legalização do aborto, sim, somos a favor da vida das mulheres. Temos que discutir o quanto o aborto ilegal mata as mulheres periféricas e as mulheres negras.

Eu acho que temos muito desafio para ser feito, mas eu acho que temos muita condição para isso. Eu queria falar sobre isso, porque acho que estamos também em outro patamar. Apesar desses quatro anos de atraso, que temos vivido, estamos em outro patamar de ganho de consciência e de uma completa não conformação das mulheres e das mulheres jovens. Eu, como vereadora, tenho oportunidade de conversar muito em escolas, eu visito escolas, EMEFs e algumas estaduais também. Converso com as meninas e é outra coisa, diferente do que era na minha geração. Elas não abaixam a cabeça. Elas colocam que são negras, feministas, e que não vão aceitar assédio.

Desde que eu virei vereadora, tem um grupo de meninas que fala: aquele é assediador, aquele professor falou aquilo, aquele menino falou isso, nós não vamos aceitar. Isso é geral e, honestamente, eu não via isso quando eu, há alguns anos, estava na escola. Por mais que exista essa política geral, essa tentativa de tentar nos controlar, existe, por outro lado, uma força social vinda de uma geração muito nova, que é muito difícil ser parada. Eu acho que é nisso que temos que confiar. Acho que temos que, cada vez mais, apostar e dar espaço. Dar espaço para que consigam se expressar, dar espaço para que consigam ser agentes de mudança, dar espaço para que consigam, de fato, ocupar os espaços e ter capacidade de direção do que vai ser o novo período do Brasil.

Isso vai ser fundamental. É importante dizer que a Psicologia, cada vez mais, está tendo mulheres no espaço de direção, como o próprio CFP. Não foi sempre assim. Acho que agora estamos tendo cada vez mais mulheres nesse espaço de direção. E acho que temos que confiar também no quanto que o nosso trabalho de base, de enraizamento, de colocar a nossa auto afirmação, de colocar a nossa própria liberdade, faz aquele efeito de formiguinha, que vai aparecendo aos poucos e é isso que tem acontecido.

Queria trazer para vocês também, ao mesmo tempo, que existe muito atraso, muito retrocesso imposto a nós, existem também muitos pontos de esperança. E esses pontos de esperança vão se revelando em cada espaço em que estamos. Acho que é isso. Queria agradecer de novo a abertura do espaço e dizer que todas nós temos que ser parte nesse processo de refundação do Brasil.

Nós não vamos conseguir combater um movimento político e social de extrema direita, patriarcal, se também não estivermos disputando socialmente, se também não estivermos disputando em cada espaço, em cada escola, em cada Universidade, em cada local de trabalho, nas nossas famílias, com os nossos vizinhos, nas nossas comunidades. Se não estivermos nesse movimento por baixo, pela base, disputando contra uma tentativa de reativação e fortalecimento do patriarcado enquanto forma de sociabilidade, se não fizermos isso, podemos ser derrotadas. Mas tenho certeza que estamos em boa posição para fazermos essa disputa. É isso, obrigada.



DULCINEIA VASCONCELOS XAVIER⁵

Eu também vou me levantar, em respeito a todos e todas vocês, mulheres e homens. *Femenagem*. Por que não homenagem? Bom dia a todas e a todos que estão aqui, a todes. Eu sou Dulce Xavier e vou fazer minha audiodescrição. Eu sou uma mulher negra, alta, cabelo bem curtinho, estou com uma blusa branca listrada de preto, uma calça branca e sou uma senhora idosa.

Queria dizer que é um prazer muito grande estar aqui e gostaria de agradecer o convite. Saudar, muito fortemente, com esperança, esse Germinar – adorei o termo. Acho que vocês vão fazer muita diferença, conforme a vereadora já fez a análise. Eu sou da área de Sociologia, atuei onze anos numa ONG chamada Católicas pelo Direito de Decidir. Eu sei bem o retrocesso dessas discussões sobre direitos reprodutivos. Atuei também como gestora de políticas públicas, no município de São Bernardo e no município de São Paulo, como Secretária Adjunta da Secretaria de Política para as Mulheres. Estou aqui com uma responsabilidade muito grande de falar no lugar da ex-ministra Eleonora Menicucci. Dizer que aprendi muito com a Bia Brambilla que vai estar numa mesa com vocês, amigos e amigas psicólogas da região do ABC, de onde eu sou, que enfrentam as lutas cotidianas.

Eu vou falar sobre a questão das políticas públicas e o desafio que é, nesse país, tratar da complexidade do enfrentamento às violências de gênero, que são muitas. É muito importante já falarmos de uma forma mais ampla, para além da Lei Maria da Penha. Nós já tivemos aqui as falas sobre esse processo político que vivemos, e eu diria que, nos seis últimos anos, tivemos desmontes das políticas públicas, da educação, saúde e tantas outras. Mas eu vou fazer o recorte das políticas públicas afirmativas de direito, falando das políticas para as mulheres.

5 Secretária Adjunta da Secretaria de Políticas para Mulheres na Prefeitura de São Paulo, desenvolveu projeto na área de violência com a professora e Ministra Eleonora Menicucci.

A ação neoliberal não contempla, de forma nenhuma, políticas sociais, muito menos com recorte de políticas afirmativas de direitos dos grupos que são discriminados na nossa sociedade. Nós temos que tomar esse lugar, precisamos discutir mais essa questão da ação política, assumir uma posição mais firme em defesa da democracia com governos populares e enfrentar o neoliberalismo e a direita. É muito importante refletir sobre a nossa ação política. Esse processo político de atuar pelas redes sociais, falando mentiras, conseguiu fazer um estrago muito grande. Mas eu acredito que temos condições e vamos precisar fazer uma reeducação em relação à questão de gênero.

A questão de gênero é um dos três sustentáculos da exploração que vivemos: gênero, raça e classe. Devemos fazer sempre a intersecção de gênero e raça, porque isso é muito importante de trabalharmos. E, nos últimos quatro anos, vimos toda uma ideologia retomando os pensamentos patriarcais, tendo como base a misoginia do governo. Isso significou corte de orçamento das políticas públicas para as mulheres, desconstrução de programas, como “A Casa da Mulher Brasileira”, e de uma série de outras políticas que foram implementadas para promover a igualdade de gênero.

Tivemos uma Ministra da Mulher atuando contra os direitos reprodutivos, tentando impedir o acesso ao aborto legal, entre outras ações contra os direitos das mulheres. É importante lembrar que o aborto legal, no caso de violência sexual, é garantido desde 1940 e só foi disponibilizado como política pública cinquenta e nove anos depois, após muita luta. Foi quando foi criada uma norma técnica, do Ministério da Saúde, para atender o aborto legal. Os serviços que foram sendo construídos, muitas vezes, a partir do compromisso de profissionais - psicólogas, assistentes sociais - estão sendo desmontados. Tínhamos setenta, hoje temos, no máximo, quarenta funcionando no Brasil inteiro, para atender os casos de aborto legal. Foi um desmonte que partiu da política pública, mas que tem também a adesão de profissionais, de autoridades que estão atuando e concordando com esse governo e desmontando coisas, porque não dá para desmontar um serviço sem a anuência de um gestor ou uma gestora.

É importante pensarmos sobre nossa responsabilidade nesse processo. O setor da Psicologia que está em contato com as pessoas que sofrem violência pode contribuir reeducando e criando condições de acolhimento respeitoso. Penso que uma boa estratégia é recuperar a Pedagogia de Paulo Freire para falarmos de gênero com a população toda, mas também com profissionais das diversas instituições da rede de enfrentamento à violência.

Afinal, vimos casos horrorosos, como o de um juiz atuando contra a vítima, ameaçando uma vítima de violência doméstica de que, se ela não retirasse a medida protetiva, tiraria os filhos dela.

Há uma necessidade urgente de reafirmarmos a questão da igualdade de gênero e trabalharmos com esse elemento de mudança de cultura, não só por redes sociais, mas com trabalho de base e a tarefa também de reeducar instituições e profissionais. Outro desafio é pensarmos política pública como uma política de Estado, porque todo a nossa dificuldade no desmonte das políticas afirmativas de gênero, de raça e para a população LGBT, é porque não temos uma política de Estado, não temos uma garantia de um sistema como o SUAS ou o SUS, que vai garantir a política, independente do governo. Esse é um grande desafio, porque a questão da violência não é uma questão de um setor, a violência contra a mulher é uma questão da sociedade. Afeta a família e, especialmente, as crianças e adolescentes.

Atinge também a questão econômica, então, nós precisamos pensar nisso como uma política de Estado. Um outro desafio que eu gostaria de lembrar a vocês é o de pensarmos sobre a laicidade do estado. Nós temos que discutir a garantia da separação do Estado e das religiões. Nós não podemos adiar esse debate. Cada pessoa tem a sua religião, sua fé, sua espiritualidade que precisam ser respeitadas. Precisamos refletir sobre a importância da laicidade do Estado e criar estratégias para reforçar isso. O que nós assistimos nesses quatro anos de governo Bolsonaro e, nessa eleição de 2022, foi uma usurpação da fé das pessoas, usando-a para conseguir poder econômico e político.

Essa questão chega também nos serviços de atendimento à violência, quando mulheres que sofrem violência ouvem “veja bem, o casamento é indissolúvel”, de profissionais que estão dentro do poder público, aconselhando uma mulher para tolerar situações de violência, de abuso, de várias coisas. A questão da laicidade do Estado é um grande desafio.

Outra questão é pensar na articulação de diversos setores e áreas para um enfrentamento à violência. É uma questão complexa que vai desde o acolhimento, na hora da situação de violência, passando por ações de prevenção e empoderamento das mulheres. Quando reforçamos o papel das mulheres como cidadãs, empoderamos as mulheres para que elas tenham elementos para acionar os canais que precisam se estiverem numa situação de violência.

Uma outra coisa é a diversidade de formas de violências de gênero. Nós temos muitas leis: Maria da Penha, Feminicídio, Minuto Seguinte (que diz que o hospital tem que atender a violência sexual imediatamente), Perseguição, Violência nas Redes Sociais. Para essas leis funcionarem, precisaríamos que as instituições estivessem preparadas e convencidas. A Lei Maria da Penha fala de cinco violências, mas temos muitas outras que precisam ser identificadas, que precisam ser ainda objeto de regulamentação, como por exemplo, a violência obstétrica.

Estava começando a ser discutido um projeto de classificação e tratamento dessa violência, e o governo Bolsonaro, logo no começo, retirou o termo “violência obstétrica” dos manuais do Ministério da Saúde. São retrocessos violentos e todas essas violências estão ligadas ao olhar patriarcal, ao olhar de desigualdade de gênero. Durante a pandemia, sabemos que os casos aumentaram muito, não só de violência física contra as mulheres, mas de violência e abuso sexual contra meninas. A maioria absoluta das pessoas que sofrem violência sexual são meninas até quatorze anos e sofrem dentro de casa, de pessoas conhecidas. Se a palavra das mulheres adultas já não tem acolhimento e respeito, a palavra de uma menina que sofre abuso sexual é ainda pior. Isso vai marcar a vida dessa menina para o resto da vida.

Temos muitos desafios para lidar com a violência. E acho importante pensarmos nas políticas públicas, reforça-las, conhecer o período que avançamos, de 2003 a 2016, com a construção de pacto nacional de enfrentamento à violência, diretrizes para todos os serviços que foram constituídos nesse país, diretrizes para funcionar a delegacia da mulher, o centro de referência, o abrigo, entre outros.

Nós precisamos conhecer, resgatar essa política construída, ver se conseguimos cobrar e monitorar esse novo governo no sentido de recuperar e avançar nas políticas de enfrentamento à violência em toda sua complexidade. Ao mesmo tempo, trabalhar com a questão da mudança de comportamento da população e, especialmente, das pessoas que atuam nas instituições. Falar de política pública, fazer capacitação com profissionais de diversos setores para o devido acolhimento da violência. Acho que são esses desafios e vocês, nesse processo desse Germinário, serão fundamentais para a retomada do nosso país. Concordo plenamente que precisamos refundar o país a partir da questão da igualdade de gênero, do respeito às diversidades, para sermos um país de fato melhor e mais feliz. Teremos muita luta, mas nunca tivemos medo.



MESA 1 GÊNERO





MARINA DE POL PONIWAS⁶

Bom dia a todas, todos e todes. Eu sou Marina Poniwas, Conselheira do Conselho Federal de Psicologia. Sou uma mulher branca, lésbica, feminista batuqueira e psicóloga também. Eu vou pedir para as nossas companheiras se descreverem quando forem iniciar suas falas. Eu tenho cabelos castanhos longos, estou vestindo uma calça jeans, uma blusa e um blazer preto. Gostaria de passar algumas orientações para vocês.

Quero agradecer a todos que estão nos acompanhando pela transmissão online. É uma grande honra e um marco para o XVIII Plenário do CFP a realização desse Germinário que está bombando, super lotado nesta sala e em mais duas outras que nos acompanham pela transmissão online. Ao final das apresentações, das falas das minhas colegas, deixaremos o microfone aberto lá atrás para as intervenções de vocês. Fiquem à vontade, como disse a Alessandra, em sua fala inicial.

Nós organizamos esse Germinário de modo a falar de pontos fundamentais na luta pelos direitos das mulheres. Então, esta mesa é sobre gênero, mas vamos ainda conversar sobre questões raciais, trabalho e política, e saúde, no decorrer do dia de hoje. Para a nossa mesa agora, vamos contar com a presença da Geíse, Bia Brambilla e Valeska Zanello. Teremos vinte minutos de fala, para cada uma. Eu vou organizar o tempo de vocês, para que seja possível dialogar com o pessoal que está aqui. Vamos começar com a Geíse, que

6 Possui graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR - 2008). Especialização em Psicologia Jurídica pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR - 2012). Atuou como Psicóloga do SUAS, trabalhando no Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS. Foi Gerente da Proteção Social Especial e Coordenadora da Proteção Social Especial de Média Complexidade no município de Curitiba. Desde 2014, atua como Analista Judiciária - Psicóloga no Tribunal de Justiça do Paraná - TJPR, nas matérias de Infância e Juventude, Família e Juizado Especial Criminal. Integrou a Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia - CFP (Gestão 2017-2019). Atualmente é Conselheira do Conselho Federal de Psicologia (Gestão 2019-2025/ Frente em Defesa da Psicologia Brasileira). Tem experiência no SUAS, com ênfase em Proteção Social Especial, em serviços executados pelo CREAS e em Psicologia Jurídica, pela atuação no judiciário. Atua principalmente nos seguintes temas: criança, adolescente, família, proteção integral, direitos humanos, risco e vulnerabilidade, avaliação psicológica, interface entre Sistema de Justiça e Políticas Públicas.

é membra do Núcleo Conexões de Saberes, da UFMG, também professora na Pitágoras Anhanguera.

Seja bem-vinda!

Obrigada, Geíse.



GEÍSE PINHEIRO PINTO⁷

Eu também vou me levantar um pouco. Sinto-me mais à vontade falando em pé, de modo que quem esteja no fundo possa me visualizar melhor. Começo me descrevendo. Sou mulher, nordestina, soteropolitana, negra. Estou com os cabelos pretos, com um penteado jogado para a lateral, uma blusa de bolinhas verdes e calça jeans. Tenho em torno de um metro e setenta, mas estou aparentando ser mais alta, por conta do salto do sapato.

Queria começar, primeiro, agradecendo ao convite. Essa mesa que iniciou já nos provocou e emocionou bastante. Trouxe questões nodais que vamos ter que enfrentar quando pensarmos a temática dos estudos de gênero e também da questão central desse Germinário, que é o enfrentamento à violência contra a mulher. Queria parabenizar essa iniciativa e elogiar a ideia do Germinário. Nomear é importante e, nós, que somos da Psicologia, sabemos muito bem disso, o quanto essa questão da nomeação nos auxilia a identificar os problemas, as questões, inclusive dar visibilidade àquilo que está no invisível, para caminharmos no sentido de uma sociedade mais justa e igualitária em todos os âmbitos e esferas. Sem muita delonga, porque eu tenho só vinte minutos, eu gostei muito da fala das primeiras palestrantes, a Dulce e a Luana, que trouxeram a questão dos discursos e de uma certa política cultural. Elas também falaram sobre a laicidade do Estado e eu vou contar um pouco desse meu lugar, da minha inserção como nordestina estudando no Sudeste, no Núcleo de Pesquisa de Psicologia Social, que estuda a questão dos enfrentamentos das desigualdades diversas.

7 Doutorado e Mestrado em Psicologia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) na linha de pesquisa sobre “Política, Participação Social e Processos de Identificação”. Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2009), graduação em Educação Física pela Universidade Federal de Minas Gerais (2003). Docente na Faculdade de Ciências Sociais Aplicada e da Faculdade Pitágoras. Atualmente, coordena o Núcleo de Apoio Psicopedagógico, participou da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da FACISA/BA (2019/2020). É pesquisadora/colaboradora do Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM) da FACISA/BA. Experiência de pesquisa e atuação em Psicologia, com ênfase em Psicologia Social, Psicologia Social Comunitária e intervenção psicossocial; atuando principalmente nos seguintes temas: juventude, participação sócio-política, religião e política, epistemologia feminista e metodologias participativas, análise interseccional da desigualdade social brasileira.

A minha orientação teórica, portanto, é dentro desse referencial da Psicologia Social Comunitária e também do feminismo interseccional, que contribui para pensarmos as desigualdades. A pesquisa que eu fiz de doutorado falou muito da inserção de mulheres negras no espaço religioso, principalmente, de cunho pentecostal. Na minha fala eu vou trazer algumas questões para pensarmos sobre esses discursos, sobre as questões de gênero e o enfrentamento da violência, em como pensarmos ações de enfrentamento nesse âmbito que sejam mais efetivas e céleres. Como não esperar tanto. Claro que temos, dentro das políticas públicas, ações direcionadas para se trabalhar nas escolas, mas eu estou falando aqui inclusive de um discurso que circula em relação às questões de gênero e que ganhou grande pauta nos últimos anos, tendo reverberado em vários contextos.

A Dulce comentava aqui de um agente da política pública orientando uma pessoa no enfrentamento à violência de como o casamento é indissolúvel. Atualmente, moro numa cidade do interior do extremo sul da Bahia. A faculdade que estou como professora fica em Teixeira de Freitas. Isso também é uma questão importante porque, na hora que pensamos essas questões de enfrentamento à violência de gênero, e vamos ver um pouco mais adiante na interlocução com raça e outras questões, temos que pensar como esses fenômenos acontecem, ganham determinadas nuances e coloridos nos territórios específicos. Isso é fundamental na hora de pensar as políticas públicas. Não foi à toa que muitos grupos lutaram e tem lutado para que sejam representados e para construir políticas públicas que atendam a essas especificidades.

Se a equidade é uma condição fundamental dentro das políticas públicas, como pensamos essa questão da equidade e das especificidades para que consigamos dar uma resposta de fato que vá gerar um efeito de transformação num contexto como o nosso, brasileiro, de grandes e imensos cantinhos aí afora?

O discurso religioso tem reverberado muito. Assim, eu quero trazer um contexto de um abuso de uma jovem de doze anos, na região onde estávamos, por um líder religioso. O grande discurso que circulou, foi o de que essa garota era a grande culpada, inclusive mulheres dentro do âmbito deste espaço religioso compactuavam com essas informações. Numa cidade pequena esse discurso reverbera e circula em muitos outros espaços. Por isso, temos que pensar essa dinâmica de gênero de uma forma sistêmica e coletiva.

Podem falar: isso é óbvio, todo mundo já está sabendo. Mas penso que está na hora de falarmos sobre as “obviedades”. O discurso sobre essa jovem, que circulou na cidade e que

circula dentro de espaços religiosos, reverbera em outros espaços e encontra-se também dentro dos agentes das políticas públicas.

As pessoas que estão lá, fazendo atendimento para as pessoas que vão necessitar desse apoio, dessa ação, dessa política pública, enquanto direito, estão orientadas por esse discurso, o que reverbera nas possibilidades de ação.

A forma como pensamos e concebemos determinados fenômenos vai interferir na forma como buscamos ações para resolver a questão dentro daquele âmbito. Tomamos a religião como uma dimensão individual. Aqui não estou falando contra uma religião específica. A religião evangélica, inclusive, fez parte forte da minha socialização, da minha infância, assim como faz parte de muitas infâncias. Estou falando dos usos e abusos, às vezes, do discurso religioso, e isso implica pensarmos a questão da laicidade.

Uma coisa é a minha crença, as minhas convicções, outra coisa é perpetuar ações dentro da sociedade, o que está fazendo com que determinados grupos fiquem em desvantagens sociais e continuem sendo oprimidos, ou, enfim, corram risco de morte, como é o caso das mulheres. Estamos entre o ranking dos primeiros países em Feminicídio. Ser mulher, no Brasil, e estar em um relacionamento é risco de morte.

Precisamos pensar essas questões com mais seriedade. Eu realizei um trabalho com mulheres negras, evangélicas, que estão propondo uma outra forma de ser dentro da religião, inclusive propondo a hermenêutica feminista negra. Estamos falando aqui desses outros olhares dentro da instituição, essa coisa que também intervimos e resistimos dentro da instituição, buscando os furos, as brechas, para que possamos amplificar o diálogo das questões que estão em disputa.

Então, se estamos lá, devemos pensar a questão de gênero e as consequências do discurso religioso que diz: “está na Bíblia”. Falou que está na Bíblia, acabou a possibilidade de discurso em alguns lugares. A ciência também faz um pouco isso, às vezes: “é comprovado cientificamente”.

Começamos falando aqui que ser mulher é ser mulher de várias maneiras, envolve várias possibilidades, várias questões que temos que pensar nesse discurso sobre o que é a construção de gênero dentro do nosso contexto: a concepção dos papéis de gênero, quais

são os lugares das mulheres. Cito, como exemplo, a possibilidade de a mulher dividir as despesas com o homem. Muito se debate sobre essa questão, sendo necessário retirar o homem desse lugar central do provedor, assim como desconstruir o papel da mulher como a de responsável pelos afazeres de casa, a gestão da casa. Precisamos falar, portanto, sobre os papéis de gênero e a relativização das funções das mulheres e dos homens.

Precisamos ainda nos atentar para o discurso religioso, pois a laicidade deve estar garantida. No ano de dois mil e oito, dois mil e nove, eu comecei a fazer minha pesquisa com jovens moradores de favela e a possibilidade de participação. E as igrejas evangélicas se configuravam como espaço de grande agregação desses jovens, naquele contexto. Eu fui lá entender um pouco o que é isso, o que é essa pegada de sentidos e significados que o jovem tem visto nesse contexto. Claro que eu não vou entrar em detalhe, porque fugiria ao nosso escopo, mas eu lembro que uma das jovens, quando eu perguntei sobre as motivações, ela me respondeu: o que me resta, como jovem de favela? Essa foi uma das coisas que me marcou. E, depois, ela pontuou questões relacionadas ao que são as concepções de mulheres aí atreladas, inclusive à interseccionalidade de local, de moradia, de gênero. Por fim, ela falou: as meninas que não estão na igreja, são as “piriguetes”, as que vão para o baile funk, etc. As meninas que estão na igreja são mais valorizadas, mais respeitadas.

É importante pensar nesse ponto de vista. Eu quero ressaltar que, mais uma vez, não estou fazendo nenhum discurso contra as religiões, estou falando sobre os discursos que ecoam e que são partilhados nos grupos de mulheres que estão ali, pontuando uma outra perspectiva de ter uma crença, uma vinculação. Temos o papel de construir uma rede para pensarmos em como podemos avançar no processo de desconstrução desses discursos perpetuados dentro das instituições.

As instituições não estão “acima de nós”, somos nós que compomos esses espaços, reproduzindo coisas ou contribuindo para a sua transformação. Por isso, é necessário entender o que circula nessas esferas e impacta na efetivação da autonomia de determinados grupos e na consolidação das políticas públicas. Antes de terminar, gostaria de propor uma reflexão sobre a dimensão da interseccionalidade nas questões de gênero.

Temos ainda muitos desafios. Mas eu gostei muito do que a Luana pontuou: que temos também muitos grupos tencionando, fazendo a diferença nesses espaços institucionais que apresentam um discurso dissidente. Muitas pessoas, às vezes, sem o entendimento de fato do

que seja o feminismo, bradam que o feminismo quer impor isso ou aquilo. Não! O feminismo quer um outro mundo possível, para mulheres e homens inclusive, pautado nas dimensões dos acessos aos bens valorizados socialmente, do direito a ter direito. É isso que pensamos.

Queremos que as mulheres tenham direito à escolha. Que não recaia nas mulheres o papel de ser apenas mãe e esposa. Temos muitos desafios, sendo um deles pensar em como fazer a intervenção dentro das instituições.

Por fim, eu gostaria de fechar a minha fala com isso. Como provocar esses debates institucionalmente, relacionados às questões de gênero dentro das políticas públicas. Penso que esse é o nosso grande desafio, pois as mulheres ainda sofrem violência dentro das ações e programas de políticas públicas, a chamada violência institucional.

Então, esses discursos que eu falei para vocês reverberam lá e essas mulheres são, muitas vezes, vitimizadas novamente. Mais do que vitimizadas, são culpabilizadas e a política, que era para dar acesso e direitos, termina excluindo-as e fazendo-as passar por um duplo processo de violência. Isso que falamos de uma certa lógica sexista, machista, misógina, dentre outras coisas, termina impedindo as mulheres de acessarem direitos.

No local onde atuo, não temos uma delegacia especializada. As mulheres chegam e são totalmente violentadas, pois se deparam cara a cara com o agressor, no mesmo espaço, no mesmo local. Muitas vezes seu comportamento é ressaltado como motivador, sendo colocada em questão a roupa que estava usando ou se sua atitude foi ou não provocativa. Por isso precisamos pensar e falar sobre as obviedades. Vamos olhar para a obviedade com mais cuidado, com mais atenção, de forma a inovar a forma que temos utilizado para intervir. Acho que é isso. Podemos continuar nossa conversa depois. Obrigada.

INTERVENÇÕES

Marina Poniwas

Obrigada, Geise. Agora, gostaria de passar a palavra para a minha amiga, Bia Brambilla. A Bia Brambilla é professora do Departamento de Psicologia Social da PUC, de São Paulo, e coordenadora de aprimoramento clínico em gênero e sexualidade. É contigo, Bia.



BEATRIZ BORGES BRAMBILLA⁸

Quem sou eu? Começo minha autodescrição: minha principal característica – sou muito obsessiva. Brincadeiras a parte, eu sou Bia, uma mulher branca, tenho trinta e cinco anos, cabelos brancos e curtos. Estou de brincos e sou uma mulher gorda.

Começando a conversar com vocês, eu fiquei pensando no que estou fazendo aqui exatamente, quem sou eu na fila do pão, em especial por chegar aqui e encontrar com uma companheira, a Dulce Xavier, que realmente foi minha chefe, foi quem me ensinou, quem me introduziu inclusive na discussão sobre a violência contra as mulheres.

Eu me considero uma pessoa jovem nesse campo. E diria para vocês que eu, como todas nós aqui, sofro cotidianamente por assumir a discussão dos feminismos, a discussão de gênero e a perspectiva de gênero na minha vida, na produção de conhecimento e no meu fazer. Temos costume de dizer que, quando trabalhamos com mulheres, quando trabalhamos com a questão de gênero, com a perspectiva de gênero, também vamos sofrer por conta disso.

Eu tenho buscado discutir as questões mais específicas do campo da violência doméstica e do que seria possível construir enquanto dispositivos clínicos, institucionais, políticos,

8 Psicóloga (CRP-06/98.368). Doutora em Psicologia Social (PUC/SP). Mestra em Psicologia da Saúde (UMESP). Professora da Graduação em Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Católica de Santos (UNISANTOS). Coordenadora do Curso de Aprimoramento Clínico-Institucional em Clínica da Sexualidade e Gênero, Segundo a Perspectiva da Psicologia Sócio-Histórica (PUC-SP). Tutora do Programa de Educação Tutorial (PET/Psicologia), sendo bolsista do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, no âmbito do Ministério da Educação (FNDE/MEC). Professora Colaboradora do Ministério da Justiça e Segurança Pública, junto à Secretaria Nacional de Segurança Pública, no Curso Nacional de Atendimento à Mulher em Situação de Violência no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública. Em síntese, atua na gestão, assessoria e supervisão de diferentes projetos e organizações sociais na interface entre Psicologia, Políticas Públicas e Direitos Humanos, com destaque às políticas de Assistência Social, Segurança Pública, Justiça e Direitos Humanos, desenvolvendo pesquisa e assistência com mulheres, crianças, adolescentes, famílias, pessoas LGBTI+ e comunidades em situação de violência.

para que possamos pensar na nossa atuação como psicólogas. Eu queria trazer para vocês algumas questões para tentar organizar a minha fala. Vou começar com o título que leva a discussão dessa mesa, que é: gênero. Não sei se vocês conhecem um texto da autora Marrie Vitorrie Louis. É um texto bem bonitinho, no qual ela vai falando assim: o que é gênero? Gênero é isso, gênero é aquilo, gênero não é isso, gênero não é aquilo. E vou pegar emprestada essa estrutura para conversar um pouco sobre o que estamos nomeando enquanto gênero e, se tem ou não tem necessidade de fazermos essa discussão.

Para algumas pessoas, gênero é a representação de conjuntos, de agrupamentos, gênero pode ser gênero literário, gênero pode ser a expressão da luta do fundamentalismo religioso e neoconservador, gênero pode ser a superação biologizante da própria identidade, gênero é conversa de mulher, gênero é problema pequeno-burguês, gênero é mimimi, é categoria superada, é uma categoria colonial, gênero é isso, gênero é aquilo. O que estamos falando, quando estamos discutindo um conceito como esse? O que significa falar sobre essas questões?

Gostaria de contar para vocês que eu venho, na verdade, de uma tradição de pesquisa em Psicologia Social, no campo do marxismo, no campo do pensamento social crítico, bastante demarcado por um histórico de invisibilização da discussão sobre gênero e raça, deficiência, sexualidade, território, numa centralidade do debate a partir da discussão de classe. Por isso, quero tentar fazer essa conversa com vocês, pensando que gênero vai muito além dessa discussão mimetizada na conversa sobre: estamos falando de mulheres ou estamos falando de outras coisas?

O que eu quero dizer com isso?

Gênero é um campo de estudos, uma área do saber. Falar sobre gênero não é falar sobre homens e mulheres, mas sim sobre uma categoria inventada historicamente para dar conta de questões cristalizadas do campo biomédico que vai estruturar uma lógica sobre o corpo e a identidade. Mas aqui, em especial, acho que é uma convocação para nós, enquanto psicólogas, para que possamos usar uma noção de gênero pensando especificamente numa ideia de exploração, dominação e opressão. Falar sobre gênero não é falar sobre homens e mulheres, debater gênero é discutir as relações de dominação. Essa relação violenta que estrutura, que demarca um campo da desigualdade e da violência,

em especial, em relação a determinados grupos de pessoas, que são as mulheres, mulheres negras, mulheres de África, indígenas, mulheres latinas, asiáticas, árabes e imigrantes.

Evocamos a discussão sobre as mulheres porque estamos desvelando, de alguma forma, esse campo tão contraditório da violência expressa, da ideia de construção do que significa ser mulher. Estou tentando dizer que, quando optamos por afirmar gênero, estamos falando sobre uma leitura do poder, da desigualdade e da violência. E eu diria, na verdade, que não é nem uma opção, é uma constatação, ainda que hoje tenhamos dados altamente subnotificados em relação a desigualdade que afeta as mulheres.

Falar de gênero, portanto, não é falar apenas sobre mim, enquanto uma mulher branca, de classe média e professora.

É também falar sobre uma maioria mundial, esmagada por uma máquina heteropatriarcal, colonial e racista.

Hoje, no Brasil, quando pensamos a pobreza, os salários mais baixos, as beneficiárias dos programas socioassistenciais, as usuárias do SUS, as pessoas mais estupradas, as maiores vítimas de violência doméstica, as pessoas que, desde criança e adolescente, são exploradas por conta do trabalho doméstico, as que não recebem visita na prisão, as que sofrem assédio e violência no trabalho, as que limpam e mantêm o mundo, as que são medicadas e compreendidas como frágeis, as que são submetidas a um padrão sexista e racista de beleza e comportamento, as que tem seu corpo controlado pelo estado, as que morrem – a cada duas horas – por serem quem são, são as mulheres.

É sobre esse cenário de desigualdade que vai se acirrando, se tornando cada vez mais violento, portanto, há de se lembrar que a perspectiva de gênero vai muito além de uma agenda que reflete um individual ou interpessoal. A perspectiva de gênero é política, é sobre direitos humanos.

Precisamos falar sobre a vida das mulheres, mulheres negras, indígenas, quilombolas, pobres, lésbicas, bis, velhas, crianças, trans, travestis, do interior, da zona rural, com deficiência, que estão mais expostas à violência cotidianamente.

Pergunto como a Psicologia tem entendido esse fenômeno?

A Psicologia não assumiu, e não assume, a violência contra as mulheres como um questão transversal e essencial à compreensão dos fenômenos psicossociais, precisamos reconhecer a pluralidade das questões que afetam a nossas vidas como uma agenda prioritária.

A Psicologia negligenciou, por mais de cinquenta anos de história da nossa profissão, a questão das mulheres, e ainda segue negligenciando. A Psicologia reforçou, enquanto ciência e profissão, padrões e estereótipos que tratam de uma noção do contrato social, como nos ensina uma importante teórica chamada Carole Pateman, colocando a discussão sobre a violência de gênero como um assunto do mundo privado, como uma questão menor. E é desse lugar que eu quero partir.

O que estamos pensando quando tratamos a discussão sobre a violência de gênero e da violência contra as mulheres, em especial, na violência doméstica, como uma discussão que é minorizada e reconhecida como algo do campo privado?

Isso reforça uma discussão muito importante, que significa trabalhar com a questão das relações como uma expressão do campo das micro relações, e não como a própria expressão da violência de Estado.

Eu entendo que estamos num oásis, literalmente, partilhando essa energia, de forma solidária, o compromisso e a celebração por termos sobrevivido, todos os dias, a um sistema que não nos quer.

A violência doméstica é também expressão da violência de Estado, é expressão de um modo de organização seletivo, arbitrário, punitivo, que decide quais vidas devem viver. E não podemos nos esquecer que hoje, quando vamos olhar para a nossa vida, uma a cada quatro mulheres sofreu ou sofre violência doméstica. E o que fazemos com isso?

Uma possibilidade é compreendermos a violência doméstica e suas repercussões desde um lugar da dor, do trauma. E aqui eu tomo emprestado de Martín-Baró, conceitos para mergulhar na ideia de traumas psicossociais, pensando em como ele é produzido a partir da guerra que legitima uma masculinidade amparada na força de Estado, que nos silencia e mata. Para isso, eu ressalto aprendizados das grandes teóricas sobre o luto, em especial uma grande companheira que é a Karina Fukumitsu, para pensar que quem

sobrevive a violências como essa (e todas as pessoas que testemunharam essas violências) são sobreviventes enlutadas.

Mas, o que isso significa?

Chamo aqui, subversivamente, Camilla Siqueira, estudante de Psicologia e minha orientanda.

INTERVENÇÕES

Camila Siqueira

Licença, gente. Eu sou a Camila. Boa tarde. Eu sou uma mulher branca, baixinha, tenho o cabelo bem curtinho, pintado de loiro, estou usando um vestido rosa de oncinha, e um tênis preto. Eu tomo licença para declamar uma poesia que eu escrevi quando tinha dezesseis anos, que é uma parte da história de uma pessoa muito importante para mim, da mulher que me criou. Ela é essencial na minha história, na pessoa que eu sou. Eu a admiro muito. Muito parte de quem eu sou é ser neta da dona Ilza.

“Logo você, uma mulher tão justa, foi desonrada por uma justiça suja. Uma mulher de grande coração, enfrentou o câncer, traição, perdeu cinco bebês, uma das piores dores. Aí que sua vida começou a ficar sem cores. Entrou numa depressão e, mesmo assim, sempre liberou perdão para aquele cara, que não merecia nada, só as grades da prisão. A desordem que ele te causou, não foi pouca. E ainda teve a cara de pau de te internar como louca? Fora as agressões, brigas, discussões. Opa, olha a ameaça. Daí uns dias, saímos de casa, entramos na delegacia, esperando que a segurança “venha”. Mais um registro na Lei Maria da Penha. Tantos boletins de ocorrência, evidências de sobra. E ainda dizem que ele não foi condenado porque tínhamos poucas provas? Depois dessa história aí, eu descobri que da morte ninguém é imune. Mas tem muito matador de mulher ficando impune. Mais uma vítima dessa sociedade machista. E, sem um réu confesso, a decisão do Ministério foi arquivar o processo, enquanto você é só mais uma no cemitério. Ser muito batalhadora sempre foi uma carac-

terística forte sua, outra era ser tão acolhedora que até tirou o coitadinho da rua, para receber o quê em troca? Muita violência, ainda mais, psicológica. Essa situação toda foi um abismo, tanto que caiu no alcoolismo, e era difícil seguir em frente. Mesmo assim, tinha dias que estava tão sorridente, fazendo brincadeira, falando besteira, escondendo a dor de uma mulher violentada a vida inteira, dentro da sua própria casa. Mas isso não bastou, e ele acabou com você de uma vez. O laudo constatava: enforcada. E o que a justiça fez? Nada. Você partiu nas mãos daquele homicida. Mas, no meu coração, você ainda está viva”.

Beatriz Borges Brambilla

É diante da história da Camilla, como uma sobrevivente enlutada da violência doméstica, que eu convoco a pensarmos sobre esse lugar e o que estamos produzindo enquanto psicólogas, da análise do luto, do que essa violência nos produz, porque a violência não cicatriza, ela está permanente, embora tentemos encontrar formas de transformá-la.

Endereço, assim, a discussão de gênero para afirmar que é mais que urgente assumirmos a perspectiva de gênero. Não dá para seguir falando sobre algumas mulheres privilegiadas. Precisamos falar sobre a desigualdade e a violência que nos assola para construir estratégia política que evidencie a pluralidade das mulheres, no âmbito da segurança pública, da arte e da cultura, do esporte e do lazer, da saúde, da assistência social, do planejamento urbano, da mobilidade urbana, da economia, da moradia e da habitação, dos direitos humanos.

Assumir a perspectiva de gênero é assumir uma política interseccional, uma política democrática, plural, de memória, de reparação, de justiça e de equidade.

Que façamos, sim, Psicologia, como ciência e profissão, no cotidiano e nas instituições desse lugar, afirmando a perspectiva de gênero.

Coragem e seguimos juntas.

Marina Poniwas

Obrigada, Bia. Você sempre nos convoca! Obrigada, Camila. Agora, passo a palavra para a Valeska Zanello. Valeska possui graduação em Psicologia e em Filosofia, pela Universidade de Brasília, e doutorado em Psicologia, também pela Universidade de Brasília, com um período sanduíche na Bélgica. Professora associada dois, do Departamento de Psicologia Clínica, da Universidade de Brasília.



VALESKA ZANELLO⁹

Bom dia. Quero dizer que estou muito feliz de estarmos aqui, de podermos discutir esse tema. Agradecer à Alessandra, à Ana Sandra, acho que é um tema muito importante para nós. Eu sou uma mulher branca, de cabelos pretos lisos, compridos. Estou vestindo preto, toda de preto, com uma blusinha listrada de branco e preto por dentro. Camila, que soco na nossa cara. Vai ser super difícil tentar recortar minha fala em vinte minutos, mas eu vou participar de outras atividades, que serão complementares à minha fala. Eu queria só dizer uma coisa, que a Dulce comentou sobre a política: é que os temas de gênero foram e têm sido muito utilizados para criar a possibilidade de eleição de alguém como Bolsonaro. Nós, da Psicologia, temos um papel fundamental em produzir conhecimento sobre o que aconteceu e o que tem acontecido politicamente no nosso país, que é a guerra híbrida e a manipulação das emoções. Trata-se da “psicopolítica” e escrevi um artigo sobre isso recentemente, que deve ser publicado em breve. Gênero sendo usado para a promoção de ódio e de medo, pânico moral. O que une o bolsonarismo não é uma unidade e uma identidade em si, é uma unidade criada como reação, em relação

9 Possui graduação em Psicologia pela Universidade de Brasília (1997), graduação em Filosofia pela Universidade de Brasília (2005) e doutorado em Psicologia pela Universidade de Brasília (2005) com período sanduíche de um ano na Université Catholique de Louvain (Bélgica). Professora Associada 2 do departamento de Psicologia Clínica da Universidade de Brasília. Foi coordenadora do programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura (PPGPSICC)/UnB de agosto de 2019 a março de 2021. Orientadora de mestrado e doutorado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura (PPG-PSICC). Coordena o grupo de pesquisa “Saúde Mental e Gênero” (foco em mulheres) no CNPq. Foi representante do Conselho Federal de Psicologia no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (SPM) e no GEA (Grupo de Estudos do Aborto) no período de 2014 a 2016. Membro do Grupo de Estudos Feministas (GEFEM) e do NEPEM (Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher) da UnB. Autora de vários artigos e livros no campo da Saúde Mental, Gênero e Interseccionalidades com raça e etnia. A professora desenvolve pesquisas sobre: a) Tecnologias de gênero (músicas, filmes, livros, etc.) e constituição subjetiva; b) adoecimento psíquico e saúde mental de mulheres em sociedades sexistas como a brasileira, utilizando-se das categorias analíticas do dispositivo amoroso e materno; c) masculinidades e dispositivo da eficácia (casa dos homens e cumplicidades; imaginário erótico; e violências); d) Técnicas de intervenção em gênero; e) Violências (explícitas e implícitas) contra as mulheres; f) Educação não sexista. Blog do grupo SAÚDE MENTAL E GÊNERO: <https://saudentalegenero.wordpress.com/>

ao ódio que é comum. É o ódio que une. Ódio pelo(s) mesmo(s) objeto(s), que precisa então ser construído e permanentemente mantido “vivo”, isto é, alimentado. Por isso que Bolsonaro precisa alimentar e promover discurso de ódio, escárnio, etc. Se tirar o ódio, provavelmente as pessoas vão olhar para o lado e vão se perceber como sendo de grupos bem diferentes, dificilmente como uma unidade identitária em si mesma. Enfim, não dá tempo de falarmos sobre isso.

Mas eu queria começar dizendo o seguinte: eu venho da filosofia da linguagem, é uma das minhas áreas de especialidade. Na filosofia da linguagem tomamos muito cuidado com os conceitos. Bia já trouxe um pouco sobre isso. Precisamos pensar qual é o sentido da palavra “gênero”. E aqui eu uso uma ideia de um autor que eu gosto muito, um filósofo chamado Wittgenstein. Ele diz o seguinte: o sentido da palavra é seu uso. Se eu digo: “manga”. Vocês podem pensar que é a manga de comer, a manga da camisa, vai precisar do contexto para você poder interpretar. A palavra “gênero” tem sido usada no Brasil em três acepções, principalmente.

A primeira aponta para a construção histórica do masculino e do feminino, na cultura. Vejam que, mesmo algumas correntes do feminismo, têm coisificado isso. O tal do “sagrado feminino”. Me desculpa quem gosta, eu não gosto. Porque: o que é o “sagrado feminino”? Pressupõe que exista algo essencialmente feminino. Ou seja, reifica/coisifica uma ideia de “feminino” em si mesmo. Eu uso a primeira acepção de gênero, vou explicar as outras duas, mas eu uso através do binarismo estratégico. Que quer dizer o seguinte: existem qualidades, emocionalidades, comportamentos humanos que, historicamente, foram atribuídos a pessoas do sexo masculino e feminino, mas são humanos (e não de mulheres ou de homens) e são totalmente mutáveis. Por exemplo, usar bijuteria, badulaques, se maquiar, era comum nos homens do século dezessete, houve uma transformação e pode haver de novo. Nesse sentido, “masculino” e “feminino” são construções históricas e culturais, não são entidades em si mesmas. Por isso o binarismo estratégico: eu reconheço que o binarismo existe e funciona ainda hoje em nossa sociedade, mas não reconheço o binarismo como entidade imutável, seja biológica (através de supostos instintos naturalizados em cada sexo), seja simbolicamente (a “feminilidade” ou “masculinidade” como algo em si). O fato de serem construídas culturalmente não as fazem, por isso, mera “quimera”, pelo contrário, elas operam efeitos importantes no mundo humano, através dos processos de socialização, ou seja, como a cultura prescreve o tornar-se “pessoa”.

A segunda acepção de “gênero” aponta para a ideia de orientação sexual e todas as diversidades que aí cabem. E a terceira acepção, sublinha a relação entre ter um corpo sexuado (re-conhecido na nossa cultura como tal) e se identificar com as ideias de “masculino” ou “feminino”, ou seja, as questões trans. É importante destacar: estas 3 acepções não têm necessariamente as mesmas pautas e, inclusive, podem ter pautas conflitantes. Precisamos saber o que estamos chamando de “gênero” a cada momento que usamos essa palavra.

Dito isso, com que conceito de gênero eu trabalho? Eu trabalho, em parte, com o conceito da Judith Butler. Inclusive, a Butler diz que a própria diferença sexual é uma construção de gênero. O que ela está querendo dizer? Precisamos entender o que é isso. É impossível ter um acesso puro e simples aos corpos, porque, quando você fala, você já interpreta. Eu queria muito poder aprofundar isso, mas não vai dar tempo. Amanhã, venham na oficina, será uma atividade de lançamento do meu livro. Lá, vamos ter uma hora e meia, vai dar para conversar. Voltando: falar é interpretar. O que Butler está apontando, usando aqui juntamente aos estudos do Laqueur, é que a partir de um certo momento histórico, certas diferenças físicas foram eleitas – prestem atenção nisso – para justificar desigualdades sociais e aqui estamos tratando da história do capitalismo. Então, eu vejo muita gente falando do patriarcado, eu não gosto quando se fala do patriarcado no geral, porque parece uma essência, uma metafísica do patriarcado. Precisamos pensar no patriarcado capitalista.

O capitalismo, como sistema econômico, trouxe uma grande novidade para a sociedade ocidental, que é a ideia de possibilidade de mobilidade social. Porém, não é igual para todos e todas, pois o capitalismo cria/elege diferenças físicas (sobretudo raciais e sexuais) para creditar comportamentos, inteligência, habilidades, “evolução” moral distintas e valoradas por hierarquias. Trata-se de uma leitura diferenciando completamente os corpos e as características ligadas a esses corpos. Essa ideia do binarismo apontando para características totalmente separadas e antagônicas, atribuídas a homens e mulheres, e cujos valores atribuídos se dá de forma totalmente desigual (mulheres sempre colocadas no lado negativo, débil, fraco e involuído) surge com o capitalismo. O que chamamos de racismo hoje, também. Racismo e sexismo andam de mãos dadas e precisamos falar sobre isso.

O capitalismo funciona em cima da divisão sexuada do trabalho. Isso é importante também. Pelo fato de algumas pessoas serem vistas como portadoras de útero, como

podendo gerar e parir, a elas foi atribuído o cuidar. O cuidar foi naturalizado através de um discurso, considerado “científico” na época, e que criou o “instinto materno”. Isso ocorreu no século XVIII. O instinto materno é uma ideologia e podemos ver isso em estudos transculturais ou dentro da própria história da transformação da maternidade. Eu acho que Luana apresentou isso muito bem, falando do cuidar, não vai dar tempo de entrar nisso. Mas, deu para entender isso? O capitalismo criou a separação entre os espaços público e privado. Aos homens foi atribuída a vida fora de casa, o trabalho, o reconhecimento pelo trabalho, a remuneração, e as mulheres foram associadas à ideia do cuidar (como não trabalho, mas vocação advinda do “instinto materno”) e da vida doméstica/privada. Porque estou dizendo isso? Porque o sistema capitalista, o patriarcado capitalista, produz, promove, evoca, ensina emoções diferentes, a partir deste sistema socioeconômico, em homens e mulheres, no processo de socialização, e meu foco vai ser em cima disso.

O que a Butler define sobre o que é gênero? Ela diz: gênero é uma repetição estilizada de performances. Imaginem um roteiro, um script, uma peça de teatro, que já existia quando você nasceu, mas que não está pronta, está sendo transformada agora, mas, quando você nasceu, ela já existia. Quando você performa de acordo com essa regra, todo mundo diz: “que gracinha”, “que linda”, “que fofa”. E, quando você não performa, você é punido. Isso vai desde a família à justiça. A justiça é uma forma de controle social de gênero fortíssima. Vemos, por exemplo, mulheres mães encaminhadas à justiça por negligência de criança, mas não vemos homem pai. Porque? Porque os homens são *desculpabilizados* pelo Estado. Pai negligente é pleonasmo. O pai, quando faz um pouquinho, merece até post no Facebook. Precisamos falar disso. Mas, a partir daqui eu me afasto da Butler. Butler é filósofa, penso que a psicologia, a clínica e a pesquisa sobre processos de subjetivação e emoções trazem outro aporte. Eu parto da Psicologia Clínica e da Saúde Mental. Importante dizer que eu não vim dos estudos de gênero para a Psicologia, eu vim da clínica e fui para os estudos de gênero, ao perceber, atendendo mulheres, que é impossível falar de saúde mental das mulheres, nesse país, sem falar de pedagogias de “feminilidades” adoeedoras e “masculinidades”, e homens profundamente adoecidos/adoecedores. Meu percurso diz de onde eu falo e das minhas experiências de escuta, seja na clínica, seja nas pesquisas.

Aqui eu me afasto da Butler, porque gênero não é só performance, gênero também é *emocionalidades*. E aqui eu parto da antropologia das emoções, que tem muitos estudos.

Inclusive estou saindo de pós-doutorado, daqui a uma semana, e este vai ser o tema do meu próximo livro. O que é importante nesta perspectiva? Que também aprendemos, numa cultura, a sentir de certa forma e suprimir outras formas de sentir. Em sociedades sexistas, isso faz muita diferença na socialização. Aquilo que é demandado, punido, de pessoas que são lidas como homens e mulheres, é muito diferente. Veja, para as mulheres, isso é mediado sobretudo pelo que eu chamo de dispositivo amoroso e materno, e para os homens, o dispositivo da eficácia – vou ter que resumir de forma bem sintética, mas vocês podem ler meu livro “Saúde mental, gênero e dispositivos” para aprofundar e entender melhor as ideias que vou trazer.

O dispositivo amoroso aponta para o fato de que, nós mulheres, aprendemos uma forma de amar que nos vulnerabiliza, que é identitária. Nos subjetivamos na “prateleira” do amor. Essa prateleira é mediada por um ideal estético, que é branco, loiro, magro e jovem. A primeira aprendizagem para nós, mulheres, é de que o corpo é nosso capital matrimonial simbólico mais importante. Você pode ser a mulher mais poderosa, pode ser desembargadora, presidenta da República, que vão falar: “gorda desse jeito? Por que não faz uma plástica? Não pinta esse cabelo?” ou coisas do tipo. A prateleira é profundamente racista. Agora, quem está lá na frente, pode pensar: “estou bem”. Não! Não está... Ela é ruim para todas as mulheres, apesar de ser pior para algumas. Quanto pior o lugar ocupado, mais você é vista somente sob a égide da objetificação sexual. Ou seja, para ser “comida” e não digna de receber afeto/amor, consideração, etc. E aqui, relembro uma frase que circulou no final do século dezenove, que dizia isso: “brancas, para casar; pretas, para trabalhar; e mulatas para trepar”. Eu não acho que o Brasil mudou. Tivemos a abolição, mas a mentalidade e os afetos continuam escravocratas. Não vai dar tempo de aprofundar nada disso, é uma pena. Mas é importante destacar que quanto pior o lugar na prateleira, maior a vulnerabilização da mulher quanto ao ser escolhida por um homem, porque dá a sensação de ser quase um favor, uma dádiva, uma dívida. O que nos vendem é que ser escolhida na prateleira é a grande chancela de sucesso da nossa mulheridade.

Já o dispositivo materno é baseado no que eu chamo de “heterocentrismo”. Quer dizer, existem fortes pedagogias afetivas que nos ensinam, no tornar-se mulher, a sempre priorizar necessidades, desejos, anseios dos outros. O que aprendemos? Em primeiro lugar vem o outro. Em segundo, também. Em terceiro, em quarto... quem sabe em décimo lugar, estejamos nós. É muito difícil nos priorizarmos sem nos sentirmos culpadas. Isso é uma

pedagogia afetiva profunda. Um exemplo clássico de como essa pedagogia acontece: nos almoços de domingo, é comum que mães, avós, tias (quase sempre mulheres) chamem as meninas/garotas para ajudarem a preparar os alimentos ou a mesa, ou lavar as louças. E o seu irmão, primo, homens vendo tudo aquilo naquele cenário familiar, jogando videogame, seu pai batendo papo e descansando, conversando, bebendo. Somos as “eleitas” a cuidar de todos, mesmo que o preço seja nos deixarmos quase sempre de lado. O ápice do dispositivo materno corre na maternidade em si, na qual as mulheres-mães são expropriadas nesse cuidar até seus limites.

Para os homens, a principal tecnologia de gênero e que se relaciona às emocionalidades incitadas neles, tem a ver com a pornografia. Isto aponta para uma forma de se colocar no mundo em relação aos outros e outras, pela via da objetificação sexual dessas outras e outros. O objeto não importa, apesar de o principal objeto ser o grupo de mulheres, e é profundamente doente. O Brasil é o nono país mais violento do mundo, estamos nos dez primeiros lugares de quase todos os tipos de violências, temos duzentos estupros por dia, e os estudiosos dizem que esse número pode ser até dez vezes maior. Quinto país em Feminicídio, genocídio da população negra, o país que mais mata mulheres trans e travestis. E há uma pergunta que precisa ser feita, mas nunca o é. Na saúde pública, quando temos algo como a dengue, não cuidamos só de quem foi picado pelo inseto, nós combatemos o vetor. Temos que nos perguntar sobre quem é o principal vetor das violências no nosso país. E facilmente podemos responder: são os homens.

É ruim ouvir isso? Paciência. Ciência não tem que agradar. Geisa até falou: “a ciência da Bíblia”. A diferença da ciência e da Bíblia, é que a ciência se auto corrige. Alguém pode dizer: “Não concordo com a sua pesquisa”. Ótimo: faça uma, prove algo diferente do que eu estou falando. É isso. A democracia tem que se basear na ciência. A ciência é importante e, nós, da Psicologia, temos o papel fundamental na construção de um país democrático, de um país que lute contra a violência contra as mulheres. Masculinidades são um problema de política pública. Vocês viram que, mesmo na pandemia, quem menos usava a máscara eram os homens. Rolou um meme que era assim: “Covid gera impotência”. Eu falei, brincando: “ia ser ótimo, a fake News que seria um grande favor”. Porque a questão do pênis, da virilidade sexual, é identitária para os homens, eu tenho certeza que eles provavelmente usariam máscaras (risos).

Vejam, existem muitos modos como a cultura promove pedagogias afetivas, distintas, para homens e mulheres, que nos ensinam a performar e a sentir. Exemplo de tecnologias de gênero que rolam para as mulheres sobre o dispositivo amoroso: o filme/desenho A Bela e a Fera. Todo mundo deve ter ouvido ou assistiu Bridgerton na Netflix, na pandemia. Esse roteiro sempre é reeditado. Vejam, uma moça que se casa com um perebado, com um monstro, e aí se esforça bastante... e o transforma num príncipe encantado! Desafio vocês a encontrarem um produto cultural em que o príncipe casou com a perebada, com a monstra, com a ogra. Não existe. Sabem por que? Quem aprende que deve se esforçar para mudar o outro e fazer qualquer coisa para manter a relação são as mulheres! As relações heterossexuais no país são profundamente assimétricas. Em geral, nós mulheres damos mil vezes mais do que aquilo que recebemos. Não há simetria e reciprocidade. Quando o homem tem que dar um pouquinho mais, como por exemplo nas situações em que a mulher tem câncer de mama, foi presa, ou teve um filho com deficiência, ele salta fora, vai-se embora. Há muitas pesquisas que visibilizam isso, com dados robustos.

Considerando as três acepções de gênero, uma coisa que eu acho que é um grande desafio, e as pesquisas do meu grupo têm demonstrado, é pensar o seguinte: subverter a orientação sexual não subverte necessariamente os dispositivos de gênero. Nós pesquisamos o mundo gay e vimos, por exemplo, o quanto ele é profundamente misógino. O erro das feministas é justamente pensar: estamos no mesmo barco. Não estamos não, minha gente. Os homens gays sofrem numa masculinidade subalternizada, mas reproduzem a misoginia contra as mulheres. Quem sofre mais violências nas masculinidades, no intra-grupo? Os gays afeminados, as “pocs”, as “bichinhas”. E por quê? Porque no centro da homofobia, temos uma misoginia. Um gay afeminado é entendido como uma “mulherzinha”. Coisas que ouvimos no universo gay: “bicha, quando nasce burra, nasce mulher”; “Peixe podre”, para falar de mulher, da nossa vagina... não dá. Ou seja, para quem é homem gay aqui: este é um desafio, vocês precisam descolonizar a misoginia de vocês.

Isso é muito importante: Performance é mais fácil de subverter, intencionalmente; emoção não é não. Quem faz terapia, sabe disso. Quem é clínico, sabe disso. As pessoas dizem na clínica, ou nós mesmos como pacientes: “gente, eu não suporto mais, eu não quero sentir isso!!!”. Mas isso sente em você... é uma desgraça, leva tempo para descolonizar as emoções, tem que ter investimento para isso. Então, para destacar: precisamos ter clareza, tanto do ponto de vista clínico quanto de pesquisa, sobre as 3 acepções de gênero. Essas

epistemologias precisam estar muito bem delineadas: do que estamos falando? Quais pressupostos sustentam esses recortes?

Onde vemos a questão das emoções comparecendo de forma muito forte? A dificuldade das mulheres de saírem de relações abusivas porque o dispositivo amoroso constrói, para as mulheres, a ideia de que uma mulher quando termina uma relação, ela fracassou. Uma mulher solteira é uma mulher fracassada. Você pode ser a mulher mais importante do universo, a grande cientista, a maior política, se você for solteira, como a Dilma, vão perguntar: “mas ela vai subir a rampa sozinha?”, “E aí, Bia, está namorando? Não?! Mas tão bonita, tão simpática”. Subentende-se: deve ter um problema para estar enalhada na prateleira do amor. O que se entende é que uma mulher solteira não tem protagonismo.

Vejam, outro exemplo, os crimes, estamos pesquisando agora. Estou orientando um doutorado sobre crime e sentido *gêndrado* do crime. O mesmo crime tem sentidos subjetivos distintos. Grande parte dos crimes das mulheres tem a ver com o dispositivo amoroso, inclusive mulheres que estão sofrendo violência. Elas não conseguem mais sair da vida do crime, porque são ameaçadas, às vezes pelo traficante, pelo cara com quem ela se envolveu. Teve uma que falou: “nunca se meta com um traficante, porque você termina a vida com esse homem ou você termina no caixão”. Outro exemplo, fizemos pesquisa sobre ideação suicida entre mulheres de distintas orientações sexuais, pesquisamos bissexuais, lésbicas e hetero. O principal fator apresentado por elas para seu sofrimento psíquico foi: masculinidades agressoras. Isso compareceu em experiências desde terem pais negligentes a relações amorosas abusivas. E assédio sexual, desde a universidade à vida de trabalho, e tudo mais. Então, temos que falar desse vetor.

As emocionalidades masculinas estão profundamente adoecidas e foram historicamente construídas na violência. Quem vocês acham que vinha para o Brasil, no caso, os homens? E por que? Para viver no paraíso? Não. Era para matar, saquear, estuprar, extorquir. Não é à toa que o Brasil é um país violento. Só para finalizar, queria dizer que é fundamental pensarmos a contribuição de uma Psicologia *gêndrada* para o campo das políticas públicas e, também, para as políticas da nossa categoria. Eu fui representante do CFP para a pasta das mulheres, de dois mil e quatorze a dois mil e dezesseis, até a época do golpe. E me chama atenção o quanto é difícil colocarmos e afirmarmos pautas que são importantes para nós. Mesmo sendo maioria gritante na categoria, nós mulheres permanecemos capturadas pelo dispositivo materno: parece que sempre achamos

que nossas pautas não são tão importantes. Priorizamos sempre pautas alheias. Para as “*psis*” que estão aqui, precisamos descolonizar o nosso dispositivo materno. Crescemos e aprendemos uma dificuldade de ocuparmos o holofote e o palco, e precisamos ocupar, sem nos sentirmos egoístas, porque os outros grupos políticos fazem isso muito bem.

Eu queria comentar sobre a nota que foi falada aqui e sobre a Resolução CFP nº 8/2020. É importante destacar que essa resolução começou com uma minuta. E quem participou da criação dessa minuta fui eu, no ano de dois mil e dezesseis. Então é necessário resgatar a história dessa minuta. Essa minuta de resolução surgiu do desejo de criar um backup, uma cobertura, uma referência para os psicólogos que atendessem casos de violência doméstica contra mulheres, nos quais houvesse sério risco de feminicídio. Porque uma das coisas que a gente escuta dos psicólogos é “nossa, eu não sei como agir, porque eu não posso quebrar o sigilo”. Então seria uma forma do Conselho Federal de Psicologia e de outros Conselhos Federais, relacionados à área da saúde, ampararem esses profissionais e, principalmente, fornecerem parâmetros baseados em pesquisa, em ciência, para saber exatamente quando isso seria necessário. Isso seria uma exceção e não a regra.

Pois bem, essa minuta foi fruto de 1 ano de trabalho, de um grupo coordenado pelo Dr. Thiago Pierobom, que na época era o coordenador do Núcleo de Gênero do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Participavam das reuniões o CFP, através da minha pessoa; o Conselho de Odontologia; o Conselho Federal de Medicina, o Conselho Federal de Serviço Social, de Enfermagem. Ela foi construída de uma forma democrática e com o aporte de múltiplos saberes. Essa minuta inicial dava o passo a passo para poder fazer, por exemplo, uma notificação e apresentava, ensinava, a diferença entre a notificação compulsória e a comunicação externa.

Era um texto muito importante para dar conta de um fenômeno horroroso do nosso país. A gente é o quinto país em feminicídio, a violência doméstica contra mulheres cis-hétero é uma epidemia. Isso foi aprovado em plenária, e virou então nota técnica. A gente recebeu, na época, várias contribuições de conselhos regionais, de várias regiões. Eu fui a responsável por receber e mexer na nota e tudo. E foi aprovada. Porém, entre a nota técnica e, depois de passar por todos os trâmites do Conselho, virar a resolução, houve uma alteração estrutural da nota.

Outros grupos minoritários se sentiram invisibilizados nessa nota e aí fizeram questão de também participar da mesma. No final das contas, a nota virou algo Frankstein. Porque fala de tudo e de todos e não fala de ninguém. Quer dizer: no intuito de ser inclusiva acabou excluindo a especificidade da violência contra as mulheres cis-hétero, maior parte da população brasileira. E que compõem grande parte da categoria da Psicologia também. E ao mesmo tempo não atende a demanda dessas outras minorias. Por quê? A gente tem que pautar esse tipo de discussão em pesquisa, em ciência. Os fatores sociais, os fatores psíquicos, que estão envolvidos nesse tipo de violência não são os mesmos. Alguns vão ser comuns, outros não. Por exemplo, no caso do feminicídio contra mulheres cis e hétero, geralmente ocorre o que é chamado na literatura de “ciclo da violência”. Há diversas pesquisas, ou seja, um amplo conhecimento científico sobre este fenômeno. Em geral, quem comete a violência são parceiros íntimos com os quais a vítima mantém uma relação afetiva e então começa a aumentar a tensão das brigas no casal e o homem passa ao ato violento visível, porque as violências invisibilizadas já existiam anteriormente. Depois ele se arrepende, pede desculpas, dá presente, chora, fica bonzinho. E aí vem a fase da lua de mel. E logo depois recomeça tudo de novo.

Mas é importante dizer que nesse ciclo vai se intensificando a violência até chegar no feminicídio. A minuta era sobre esse tipo de violência, que é epidêmico no nosso país. Como é o feminicídio contra mulheres trans e mulheres travestis? A gente sabe muito pouco. Primeiro, porque existem poucos dados. E segundo, poucas pesquisas. O pouco que se sabe parece apontar que o transfeminicídio ocorre no âmbito público e não doméstico; cometido nem sempre por pessoas íntimas. Ou seja, um fenômeno diferente com características próprias e que precisa ser investigado e, também, tratado na sua especificidade. Neste sentido, não cabe nessa nota; mereceria outra. É muito importante que as resoluções se pautem em conhecimento científico, principalmente atendendo efetivamente as necessidades do grupo em questão e, sobretudo, sendo base para construir intervenções específicas e eficazes. Na publicação do livro do CFP, com a transcrição de nossas falas, eu vou pedir para anexarem tanto a nota técnica quanto a resolução final. Leiam e comparem vocês mesmas a amputação do texto original.

Além disso, eu gostaria de propor uma reflexão: eu me pergunto por que pautas específicas sobre mulheres do sexo feminino nunca podem ser prioridade, nem que seja numa resolução. Mesmo que grande parte do grupo de profissionais da Psicologia também pertença ao grupo alvo da mesma. Eu vejo isso como o próprio processo de socialização

pelo qual a gente passa, ou seja, o dispositivo materno, no qual aprendemos a priorizar sempre os outros, outras pautas e deixar as nossas para trás. Como categoria fundamentalmente feminina, penso que precisamos discutir, também, nosso gendramento, nossa socialização.

Para finalizar, queria dizer para vocês o seguinte: temos muita coisa para pesquisar ainda nestes recortes de gênero, nas três pautas. Precisamos enriquecer o conhecimento psi, com as pesquisas. Eu sei que tem muita gente aqui que vai terminar a graduação, vai mais para o campo profissional. Mas, quem for pesquisar, saiba que tem um universo enorme para ser pesquisado, e temos um papel importante nas políticas públicas nacionais e precisamos ocupar esse espaço. Era isso. Vinte minutos. Estou até cansada. É isso, vamos abrir para as perguntas.

INTERVENÇÕES

Thais

Bom dia, eu me chamo Thais, sou de Porto Belo, Santa Catarina, sou discente do sexto período de psicologia. Eu fiz um textinho de uma pequena pergunta. Quando se fala de uma sociedade onde a criação dos filhos ainda é exercida em grande parte por mães que, muitas vezes, mesmo estando em relações sólidas, ainda são mães-solo. Quando se fala de uma sociedade, onde a mulher ainda deve, além de majoritariamente educar e se responsabilizar pelos cuidados com a família e com a casa, estar inserida no mercado de trabalho e temos, nessas mulheres ditas donas de casa, uma figura de insucesso. Sabe-se que a dependência financeira é um fator importante no desenvolvimento de situações que corroboram para a violência doméstica, seja ela psicológica, moral, patrimonial, porque os homens são bem criativos nisso. Dada essa dependência emocional doentia que a violência gera e a dependência financeira, sabe-se que o lado financeiro é, em grande parte, um fator decisivo na continuidade desse relacionamento, que é pautado na violência e também na violência financeira. O medo da fome, para si e para os filhos, a sobrecarga de uma jornada que já é exaustiva e que, sem o parceiro, ilusoriamente se tornaria mais cansativa, esse fator financeiro ainda é uma grande forma de manter as mulheres presas a essa violência que ultrapassa as paredes de casa.

A Psicologia, como forma de aporte e empoderamento a essas mulheres, trabalha ativamente na causa do enfrentamento. Entretanto, como lidar com a fome, como lidar com a sobrecarga, com todas as consequências sociais que podem doer tanto quanto essa violência que a mulher sofre? Como a Psicologia pode atuar como agente de mudanças nessa sociedade que, desde sempre, livra o homem das responsabilidades e pune a vítima pela escolha de sobreviver? O que eu quero dizer com isso? Que é tão difícil você trazer o tema: saia dessa relação violenta. Mas, e tudo que gera a partir disso? Como essa mulher vai se estabilizar financeiramente? Como essa mulher vai dar conta? Sabemos que todos os recursos possíveis para que isso ocorresse, foram cortados por esse desgoverno. E, como isso vai voltar ou, pelo menos, em que ponto isso vai ser algo que a mulher realmente possa sair dessa violência e ter o mínimo de estabilidade, ter o mínimo de dignidade?

Marina

Bom dia. Meu nome é Marina, sou psicóloga, atuo no Espírito Santo, atualmente estou presidindo, coordenando a comissão de Gênero e Diversidade Sexual, do CRP 16. Queria, na verdade, fazer um comentário. Pensar que quando fazemos uma leitura de mulheres, Psicologia, enfrentamento à violência, nunca podemos esquecer, como foi lembrado por todas as mulheres da mesa, a questão do capitalismo, dessa profunda desigualdade. Como conseguimos pautar, porque, muitas vezes, quando vamos fazer discussão de gênero e de violência, é como se fosse secundário: economia primeiro, planejamento depois. A discussão da materialidade da realidade objetiva é secundarizada. Somando ao seu próprio comentário sobre a descolonização dos afetos, essa coisa de como nos sentimos culpadas em pautar a questão de gênero prioritariamente, eu queria um comentário de vocês, como vislumbramos estratégias para compreender essa compreensão da Psicologia, da área de ciências humanas, e do aprofundamento das políticas públicas, aproximando a uma leitura de que gênero, discutir gênero é discutir economia, isso deve ser priorizado numa perspectiva de transformação da realidade. Se estamos falando de masculinidade, provedor, estamos falando de uma lógica de concentração de renda. Gênero não é simplesmente um assunto restrito, secundarizado, que pode ser dimensionado dentro do campo das ciências humanas, simplesmente. Eu queria falar sobre isso. Obrigada.

Bruna

Bom dia, meu nome é Bruna, venho da UFSM, Santa Maria. Eu gostaria de saber, nas instituições que vocês trabalham, atuam, como está a questão do enfrentamento ao assédio no contexto acadêmico. Se há serviço específico para acolhimento de pessoas que tenham sofrido assédio ou alguma violência de gênero no contexto acadêmico e quais são os serviços de enfrentamento, de combate e proteção.

COMENTÁRIO DA PALESTRANTE

Valeska Zanello

Thais, sua pergunta. Eu acho que esse aspecto material é fundamental, por isso vamos ter que trabalhar em rede porque, como “*psi*”, não vamos ter como prover. Você citou uma frase que eu fiquei pensando: “sai dessa relação!”. Nós nunca vamos falar isso. Aqui eu uso uma metáfora, que eu criei a partir de ideia do que Freud fala sobre o sintoma. O que a psicanálise diz? Você nunca combate o sintoma. A metáfora que eu criei é: você tem uma pessoa de bengala. Você tira a bengala? Nunca. Você fortalece a perna, de maneira que a bengala deixa de ser necessária. O que temos que pensar em prover e, através de conhecimento, de ciência, de pesquisa, é como fazer isso. Uma escuta, um letramento de gênero, que é o tema da mesa, na segunda, e é fundamental. A sua escuta e a sua intervenção. Se você não descoloniza o dispositivo amoroso, provavelmente essa mulher vai cair em outra relação abusiva, vai continuar vulnerável a isso.

Aí, vem uma coisa que eu coloco no meu livrão (Saúde mental, gênero e dispositivos), não está nesse livrinho (Prateleira do amor), uma coisa que também é um erro muito comum, na discussão sobre violência contra a mulher, é que o empoderamento financeiro externo não necessariamente leva à emancipação. Eu já tive paciente que era desembargadora e vivia uma relação mega abusiva, ela era totalmente anulada. Ela dizia: “Valeska, ele não vai comigo nem ver o filme que eu quero ver, no sábado!”. Eu lembro o dia que eu virei

para ela e falei: “mas você não sabe dirigir não, criatura?”. Eu uso muito o humor. Ela: “você é de lascar”. Eu: “vamos ficar por aqui”. Ela foi embora, na outra sessão, ela voltou e disse: “aquele dia eu fiquei pensando, falando isso tem que mudar”. Ela começou a pegar o carro e ir. Empoderamento é uma palavra que eu não gosto. Eu morro de preguiça. O nome do jogo que criamos é “emancipação”. O que é empoderamento? Empoderamento é você melhorar seu lugar na prateleira, é o que o capitalismo está vendendo. Vou passar make-up, não sei o que lá, usar salto trinta e cinco. Isso não muda a prateleira, não mudou a prateleira, você só melhorou sua posição no jogo, a regra continuou, de um jogo que você não escolheu. Emancipação é sair da prateleira, mudar o jogo. Estamos falando de outra coisa. O que me interessa é emancipação, não é empoderamento. E a educação tem um papel fundamental. Tanto o livro de bolso, que é para tentar furar a bolha, quanto o jogo, quanto uma coleção que também estou organizando com uma professora da história, a Patrícia Valim. Vai ser chamar “Mulheres Insubmissas”, para crianças de oito a doze anos, a história de vinte mulheres no Brasil, que eu tenho certeza que vocês não conhecem a maioria, senão todas. Anésia Cauaçu, já ouviu falar? Maria Quitéria? Não vou dar spoiler. Mas, impressionante, mulheres que foram destaque na guerra, na música, na arte, na política, que não conhecemos. Como eu posso me identificar na socialização com outras formas de vir a ser mulher, se só me ensinam sempre a mesma coisa? É disso que estamos falando. Estamos na guerra cultural e a arma é a educação.

A pergunta da Marina eu achei ótima, do capitalismo. Discutir gênero é discutir dinheiro. Sabe porquê? Acabei de falar isso. O patriarcado capitalista produz emoções e, primeira coisa, ele se baseia numa divisão sexuada do trabalho, que permanece. Isso é muito importante. “Sexo”, como categoria e “raça”, são criações histórico-culturais, mas são criações com efeitos materiais. E é muito importante dizer que, no Brasil, temos duas violências estruturais fundamentais que é exatamente gênero e a questão racial. Se não enfrentarmos isso, não há verdadeira democracia. Por exemplo, temos o empobrecimento da população negra, que tem a ver com todo o processo de escravização no país e uma abolição que não passou a limpo essa história. Temos, também, a feminização da pobreza, intensificada ainda mais na pandemia. Fome, no Brasil, tem cara e tem rosto de mulher, maior parte mulheres pretas e com filhos. Não sei se vocês viram o levantamento agora, na pandemia, pessoas em vulnerabilidade alimentar, de homens, passou de vinte e seis para vinte e sete por cento, mulheres, de vinte e seis para quarenta e sete por cento. Se alguém perdeu o emprego, foram as mulheres e, quando estão tentando voltar, escutam: “mas se a pandemia recrudescer, quem vai fazer home office”? Olha a naturalização do cuidado. Ninguém pergunta isso para um homem!

Eu acho impossível qualquer política séria, no nosso país, que não pense a questão de uma forma gendrada e racial. É fundamental. Não é mimimi, não é superficial, ou “isso vem depois”. Esse depois, se depender deles, não vai vir nunca. Por isso que temos que ocupar o poder, por isso que amei ver a Luana. Quanto mais gente jovem, melhor! Por favor, se candidatem, “*psis*” (risos).

Por último, a pergunta da Bruna, sobre assédio. Bruna, acabei de lançar recentemente, não tem nem um ano, não sei se você chegou a ver, um livro com a professora Tania Mara Campos de Almeida, que é socióloga, trabalha isso há muito tempo, não vou lembrar o nome, mas é *Panorama das Violências de Gênero nas Universidades Brasileiras e Latino Americanas*. Tem um capítulo que eu escrevi, que foi a pesquisa que eu fiz, sobre assédio sexual nas universidades. Você chegou a ver? É podre. Quem não leu, leia. As entrevistas são muito tristes, é cada história... Como é que professor homem ainda tem coragem de agir dessa maneira tão descarada, em pleno século vinte e um? Quer dizer, a certeza da impunidade, da proteção da casa dos homens, no meio acadêmico, é muito forte.

Na Universidade de Brasília temos enfrentado isso. Participo de um projeto nas escolas públicas, que se chama Maria da Penha vai à Escola. Agora, conseguimos uma verba para criar o Maria da Penha vai à universidade, com a ideia de promover letramento de gênero nas estudantes e obrigar todos os professores a fazer esse curso. Porque aquele cara, aquele professor mais velho, não vai poder dizer: “eu só estou paquerando, isso é normal”. A partir do momento que ele passou por um curso e foi aprovado, tem como demitir, ele não tem como apelar para a diferença de geração, do que quiser. É uma violência que tem, muitas vezes, efeitos catastróficos na vida das mulheres. Quando eu digo isso, é porque é muito difícil uma professora assediar sexualmente um aluno. Claro que pode existir. Estamos falando de questões culturais. Mas, em geral, são professores homens, e eu tenho várias teorias sobre isso. Não vou compartilhar não, quem sabe amanhã falamos sobre isso.

Mas, só dando um *spoiler*, acho que muitos homens acabam indo para algumas funções ou empregos para aumentarem o acesso à prateleira, e usam muito mal desse lugar de poder que é marcado pela transferência. É muito fácil abusar de uma aluna. Por isso que ter noção desse lugar onde somos colocadas como professoras e ter reflexões éticas sobre isso é tão importante. Um beijo, gente. A gente se encontra em muitos lugares.

NOTA TÉCNICA DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL EM CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: CASOS PARA A QUEBRA DO SIGILO PROFISSIONAL

Segundo a OMS (2013), 35% das mulheres no mundo já foram vítimas de violência física e/ou sexual. Em alguns países esse número pode chegar a 70%. Isto implica dizer que três em cada cinco mulheres foram ou serão vítimas de violência. A violência contra as mulheres é “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como privado” (Convenção de Belém do Pará, 1994, artigo 1º). O tema, que possui dimensões assustadoras e traz impactos importantes para a sociedade, ganhou visibilidade a partir da década de 90, sendo considerado, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), como uma questão de saúde pública (OMS, 2005).

No Brasil, a realidade não é diferente. De acordo com o Mapa da Violência (2015), pesquisa realizada pela FLACSO/BR, o Brasil passou da 7ª colocação (2012) nas taxas de feminicídios em uma amostra de 84 países, para a 5ª colocação, em uma amostra de 83 países. O Mapa da Violência também mostrou que, dos 4.762 casos de feminicídio cometidos em 2013, 50,3% foram cometidos por familiares, sendo que a maioria (33,2%) foi realizada por parceiros ou ex-parceiros.

Levando em consideração estes dados alarmantes, os quais apontam para a situação epidêmica de violência contra as mulheres em nosso país, bem como contribuições anteriores sobre esta temática (CREPOP, 2013), o CFP vem reiterar seu compromisso com a construção de uma sociedade brasileira que seja marcada por maior equidade e menor violência para as mulheres. Sendo assim, essa nota técnica tem como objetivo pautar orientações à categoria profissional dos psicólogos em relação a este conteúdo.

Primeiramente, faz-se mister sublinhar que é OBRIGATÓRIA a notificação de todos os casos de violência contra a mulher atendidos pelos profissionais de saúde, psicólogos e outros, em território nacional, segundo a Lei Federal nº 10.778 de 24 de novembro 2003, tanto em serviços de saúde públicos como privados.

Dessa forma, é necessário enfatizar o que significa a notificação compulsória. Essa definição se faz crucial por conta da constante imprecisão conceitual que existe entre a notificação compulsória e a comunicação externa. É fundamental destacar suas claras diferenças.

A notificação tem fins epidemiológicos e segue um processo interno dentro da Saúde Pública, servindo para a construção de perfis pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação-SINAN, os quais serão utilizados na construção de políticas públicas mais eficazes. Ou seja, é necessário conhecer minuciosamente como ocorre, a incidência e o perfil da vítima de violência para construir intervenções específicas que atendam à demanda do fenômeno. Ao não notificar, o psicólogo torna-se omissor frente a uma demanda de grande magnitude em nosso país, qual seja a da participação na construção de uma sociedade pautada em menor violência contra as mulheres.

A **ficha de notificação** está disponível em todos os serviços de saúde pública e, no caso de atendimento particular, pode ser baixado do site do Ministério da Saúde (<http://portalsinan.saude.gov.br/>) e ser entregue encaminhada para a vigilância epidemiológica de seu município (buscar no google). Devem ser notificadas todas as violências cometidas contra as mulheres: psicológica, física, sexual, moral e patrimonial (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm).

O CFP produziu vídeos, os quais podem ser facilmente acessados (<https://www.youtube.com/watch?v=084Z58rI8rE> | https://www.youtube.com/watch?v=6r3_uUh59Q&feature=youtu.be) no intuito de auxiliar as psicólogas e os psicólogos no (re)conhecimento destes tipos de violência.

A **comunicação externa** se constitui como denúncia e, diferentemente da notificação, que segue um procedimento interno, é enviada para o exterior dos serviços de saúde e aciona a Polícia, a Justiça e o Ministério Público. A comunicação externa pode ocorrer com o consentimento ou sem o consentimento da mulher vítima de violência. Com o consentimento é quando a mulher está impossibilitada de fazer a denúncia e assina um

termo de autorização para que o psicólogo faça a comunicação. A comunicação externa sem o consentimento da paciente configura uma quebra de sigilo profissional. Estes casos são os que mais preocupam os profissionais de psicologia, todavia, eles configuram uma exceção, mas nem por isso devem ser esquecidos como possibilidade importante no caso de atendimento a qualquer mulher em situação de violência.

A comunicação externa deve ser feita em situações em que a vida da mulher corra sério risco ou ainda a de seus filhos ou de pessoas próximas. Nos demais casos, o psicólogo deve trabalhar com a mulher, fortalecendo o seu protagonismo e oferecendo ferramentas para que ela tome decisões (CREPOP, 2013). O papel do psicólogo deve se concentrar, assim, no acolhimento, orientação e fortalecimento da autonomia dessas mulheres e, somente em situações de extrema vulnerabilidade e risco de vida, fazer a comunicação externa. Semelhantemente aos casos de tentativa e ideação suicida, o objetivo maior é a preservação da vida da paciente/cliente.

Na rede pública, a Comunicação externa pode ser realizada pelo órgão superior da Instituição na qual o psicólogo trabalha (hospital, CAPS, etc), tendo em vista a proteção do profissional. Caso o serviço seja facilmente identificável, a Comunicação poderá ser realizada pela Instituição superior ou de referência (por exemplo, se o psicólogo trabalha em um posto de saúde de um bairro ou município ou no Saúde da Família, a comunicação poderá ser realizada pelo Hospital de referência).

A comunicação externa deve ser encaminhada para os órgãos da rede de proteção à mulher, como a Delegacia de Polícia, Ministério Público ou Poder Judiciário. Caso a vítima seja criança ou adolescente, também pode ser encaminhada ao Conselho Tutelar. Caso eventualmente algum órgão da rede se recuse a receber a comunicação externa, o fato deve ser comunicado ao Ministério Público Estadual (Constituição Federal, art. 129, inciso VII e Lei n. 11.340/2006, art. 26, inciso II). Caso o Ministério Público se recuse a receber a comunicação, o fato poderá ser levado ao conhecimento da Corregedoria deste órgão.

O ideal é que o profissional se articule com os órgãos do sistema de justiça para que sua identificação não seja juntada ao procedimento, mas arquivada em pasta sigilosa, de forma a não lhe expor desnecessariamente a eventuais retaliações por parte do suposto agressor. Esta boa prática de fomento à comunicação externa mediante a proteção do

profissional comunicante tem sido realizada em diversos Estados do Brasil, sendo conveniente uma articulação dos CRP's para sua expansão.

Um aspecto relevante da atuação dos profissionais de psicologia é a sua articulação com a rede de proteção de direitos das pacientes, bem como o fomento do fortalecimento desta rede. Esta rede transcende o sistema policial ou de justiça, abrangendo áreas como saúde, educação, assistência social, trabalho e renda, instituições universitárias, sociedade civil organizada, e outros órgãos específicos de atenção aos direitos das mulheres.

O Código de Ética do Profissional Psicólogo, instituído pela Resolução CFP nº 10/2005, em seu art.10, já contempla situações de quebra de sigilo. Esta previsão já é usualmente realizada em casos de ideação suicida da paciente. Todavia, essa normativa de quebra de sigilo profissional é genérica e carece de uma especificação para o contexto específico de violência doméstica contra a mulher. Levando em consideração a necessidade de responder a um problema de saúde pública de tal magnitude, relacionado ao número alarmante de feminicídio em nosso país, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios realizou, durante um ano, encontros com representantes dos Conselhos Federais da área de saúde (Psicologia, Medicina, Serviço Social e Enfermagem) no intuito de construir uma minuta de resolução em comum que regesse a questão da quebra de sigilo, por parte desses profissionais, em certos casos de violência contra a mulher.

A minuta de resolução visa explicitar, portanto, a possibilidade de quebra de sigilo profissional já prevista no Código de Ética, de forma a amparar o profissional da Psicologia que porventura trabalhe ou venha a trabalhar em situações limite de violência contra a mulher (independentemente se no âmbito da saúde pública ou em consultório particular). Não se trata de incorporar uma lógica policesca ou repressiva na atuação profissional do psicólogo, mas de reafirmar o compromisso social e ético da categoria na erradicação dos feminicídios no Brasil. No momento, a minuta está tramitando pelos Conselhos Regionais de Psicologia por todo o país.

Diante dos fatos apresentados, o CFP se posiciona como favorável aos pontos desta minuta, a saber: em casos de sério risco de feminicídio, o profissional psicólogo deve quebrar o sigilo profissional e realizar a comunicação externa, bem como acessar os serviços disponíveis na rede para dar suporte a esta mulher, tendo como propósito maior preservar e proteger sua vida. Os fatores indicativos de risco de feminicídio são:

I – gravidade concreta da violência noticiada (exemplo: facada, paulada, tiro, tentativa de enforcamento ou afogamento, etc.); ou

II – violência física grave e crônica associada a uma passividade ou dificuldade da mulher em romper a situação de violência; ou

III – presença de fatores de risco de violência grave ou letal, tais como: a) aumento da frequência ou intensidade da violência em período curto de tempo; b) transtornos mentais graves na mulher; c) indicativos de transtornos mentais no agressor, com sintomas maníacos ou psicóticos, ideação suicida, alcoolismo ou dependência de drogas, transtorno de personalidade marcado por problemas com o controle da raiva, impulsividade e instabilidade; d) acesso a arma de fogo pelo agressor; e) histórico de violências graves anteriores pelo agressor contra a mulher, seus filhos, outras pessoas ou animais; f) dependência econômica ou emocional da mulher em relação ao agressor; g) gravidez ou lactância da mulher nos últimos 18 meses; h) mulher isolada de rede social; i) separação ou tentativa de separação recente da mulher em relação ao agressor; j) conflitos relacionados à guarda de filhos, pensão ou partilha de bens; l) comportamento controlador, perseguidor, ciumento ou obsessivo do agressor; m) agressor possui instabilidade profissional ou está desempregado; n) ameaças de morte à mulher; o) mulher com grave receio de agressões futuras.

Nas demais situações de violência contra a mulher, deve-se manter o sigilo profissional, realizando-se tão somente a notificação compulsória, de caráter interno ao sistema de saúde e obrigatória em todo o país.

Em 29 de novembro de 2016.

RESOLUÇÃO Nº 8, DE 07 DE JULHO DE 2020

Estabelece normas de exercício profissional da psicologia em relação às violências de gênero.

O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pela alínea “c” do artigo 6º da Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971, e pelo Decreto nº 79.822, de 17 de junho de 1977, RESOLVE:

Art. 1º Esta Resolução regulamenta o exercício profissional da psicóloga e do psicólogo ante as violências de gênero, sobretudo contra a mulher.

Art. 2º A psicóloga e o psicólogo contribuirão para eliminar todas as formas de violência de gênero, em consonância com o Código de Ética do Profissional Psicólogo - CEPP.

Art. 3º A psicóloga e o psicólogo deverão acolher e cooperar com ações protetivas à mulher, seja ela cisgênero, transexual ou travesti, e à pessoa com expressões não binárias de gênero, dentre outras, considerados os aspectos de raça, etnia, orientação sexual, deficiência, quando elas tiverem direitos violados.

§ 1º A psicóloga e o psicólogo colaborarão para criar, articular e fortalecer redes de apoio social, familiar e de enfrentamento à violência de gênero no respectivo território de exercício profissional.

§ 2º A psicóloga e o psicólogo considerarão promover ações com autores de violência de gênero em processos interventivos e de acolhimento a fim de romper ciclos de violência.

Art. 4º Em relação à mulher, seja ela cisgênero, transexual ou travesti, e à pessoa com expressões não-binárias de gênero, dentre outras, considerados os aspectos de raça, etnia, orientação sexual, deficiência, a psicóloga e o psicólogo contribuirão para:

I - não intensificar processos de medicalização, patologização, discriminação, estigmatização;

II - não usar instrumentos, métodos, técnicas psicológicas que criem, mantenham, acen-
tuem estereótipos;

III - não desenvolver culturas institucionais discriminatórias, assediadoras, violentas;

IV - não legitimar ou reforçar preconceitos;

V - não favorecer patologizações e revitimizações; e

VI - não prejudicar a autonomia delas.

Art. 5º Em relação à possibilidade de quebra de sigilo profissional para assegurar o me-
nor prejuízo, proceder a notificações compulsórias, depor em juízo e em outros casos
previstos pela Lei relacionados à violência de gênero, a psicóloga e o psicólogo deverão:

I - prestar informações estritamente necessárias de modo a não comprometer a segurança
da pessoa que sofreu violência de gênero;

II - considerar impactos da quebra de sigilo a aspectos de vulnerabilidade social da pessoa
que sofreu violência de gênero;

III - indicar dados sigilosos apenas em formulários, sistemas e equipamentos de políticas
públicas correspondentes que assegurem o sigilo de informações; e

IV - prestar explicações judiciais mediante padrão de documentos psicológicos estabele-
cidos pela Resolução CFP nº 6, de 19 de março de 2019, conforme o caso.

Art. 6º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ana Sandra Fernandes Arcoverde
Conselheira Presidente
Conselho Federal de Psicologia

INTERVENÇÕES

Interlocutora não se identificou

Estou vindo do interior do Piauí, do extremo sul do Piauí, precisei de muitas conduções para chegar até aqui. Estou secretária da mulher no meu município. É um município de, aproximadamente, 37 mil habitantes. Sou suplente de vereadora, sou psicóloga há quatorze anos. Já pude dialogar um pouquinho com Valeska Zanello, numa Live. Estava falando para as meninas, aqui ao lado, quanta humildade dessa mulher, chamei ela um dia no direct do Instagram e ela se colocou à disposição. Concorro com tudo que foi dito, com a colega que falou sobre a Casa da Mulher Brasileira.

Estamos passando por um momento de vários desmontes da Política de enfrentamento da violência contra a mulher, mas, ao mesmo tempo que precisamos emancipar essa mulher financeiramente, empoderá-la, também precisamos desconstruir esses dispositivos amorosos. Nossa profissão, a Psicologia é, de fato, de extrema importância. Eu vou parabenizar a fala da colega que disse que a Psicologia só agora, nos nossos livros, nos nossos congressos, nos nossos livros de orientação, está contemplando a violência contra a mulher, falando sobre o Feminicídio. Nós precisamos disso. Dizer para vocês que eu também sou uma sobrevivente, dessas uma entre quatro mulheres que sofreram violência doméstica. Eu também sou uma sobrevivente da violência doméstica. Me senti atraída por estar trabalhando na temática, sofro violência política de gênero todos os dias, violência no meu ambiente de trabalho, sofro ameaças, sofro perseguição. Imagine só, estou secretária, sou suplente de vereadora, sou psicóloga e não me calo, então sou um risco por aí, por onde eu ando. Mas eu continuo, eu vou preferir continuar na luta e, se essas pessoas vierem, algum dia, a conseguir tirar a minha vida, direta ou indiretamente, espero ter conseguido deixar um rastro na história, de luta, de enfrentamento. Porque é sobre isso.



MESA 2

TRABALHO

E POLÍTICA





ALESSANDRA SANTOS DE ALMEIDA¹⁰

Gostaria de convidar para início do nosso debate, sobre Trabalho e Política, a mestra e psicóloga, pelo IP USP, Darlane Silva Vieira Andrade, que é do departamento de estudos de gênero e feminismo, da UFBA. Vou passar às nossas convidadas o microfone para que elas iniciem suas falas e, para que possamos depois abrir para um breve debate. Bem-vinda, Gloria.

10 Especialista em Psicologia de trânsito. Especialista em saúde coletiva. Formação em Psicologia social - grupos operativos de Pichon Riviere. Militante do movimento feminista negro (BA). Trabalha com avaliação psicológica para obtenção de CNH. Mestre pela UFBA/PRODEP PPG NEIM/UFBA em Saúde Mental de Mulheres Negras. Ex-presidenta do CRP 03, Membro do GT de Gênero e Psicologia. Mãe, taurina, mulher preta, psicóloga feminista.



GLORIA MARIA MACHADO PIMENTEL¹¹

Vou ficar em pé, igual a outra colega fez, para poder falar um pouco mais alto do que já costumo falar. Farei a minha audiodescrição, que é algo que ainda estou me familiarizando, entendendo a importância de fazer isso, pois somente com o exercício de fazer, é que compreendemos como é importante para garantir a inclusão de pessoas cegas ou com baixa visão.

Sou uma mulher negra, cabelo cacheado, estou com roupa preta, uma blusa estampada. Eu fui pesquisar sobre essa estampa, para entender o que era, porque era em inglês e eu não domino o idioma. Descobri que era o tema de um filme que falava sobre uma mulher das forças armadas americanas, primeira a pilotar aviões de artilharia e a sexta homenageada pela atuação em combate, rompendo todas barreiras, demonstrando que as mulheres podem atuar nessa frente, dentro dos espaços de guerra. Nessa atuação dela, foi uma pessoa que socorreu diversos soldados que estavam em situação de perigo. “Atire como uma Garota”, acho que é o título do filme em português. O nome fica até pesado, porque defendemos a política de desarmamento, mas quando ouvimos a história, sabemos que existe a necessidade da defesa do país e da nação, que é diferente do que se discute sobre o desarmamento da população hoje. Vocês já perceberam que eu falo bastante.

Nesse convite que a conselheira Alessandra Almeida fez para essa ação política de enfrentamento da violência contra as mulheres, que também é uma atividade de orientação a

11 Psicóloga CRP03/8457, especializando em Análise do Comportamento. Atualmente ocupo um Cargo Honorífico: Conselheira no XV Plenário do Conselho Regional de Psicologia da Bahia (GESTÃO 2016-2019), na função de Diretora/Tesoureira, e sou Coordenadora da Comissão de Políticas Públicas. Atuei na Coordenação da Comissão de Ética (COE) 2016-2017. Experiência na área de pesquisa em Psicologia e Políticas Públicas, Elaboração e Organização de eventos voltados para conhecimento prático, político, técnico-científico em Psicologia. Assessoria técnica e política para gestão (planejamento, avaliação, relatórios analíticos, entre outros). Experiência na área de Orientação Profissional em escolas públicas e particulares. Elaboração, coordenação e revisão na construção da Cartilha Online “Psicologia e Políticas Públicas” do Conselho Regional de Psicologia (CRP03/BA). Disponível em <http://cartilhacrepop.crp03.org.br/>. gloriammpimentel@gmail.com

categoria de psicólogas, na mesa sobre “Mulheres, Trabalho e Política”, tem algo bem particular que farei referência para exemplificar a condição da mulher nessa apresentação.

Alessandra Almeida é psicóloga da Bahia, a convidada Darlane Andrade também é psicóloga da Bahia, e eu, Glória Pimentel, também sou uma psicóloga da Bahia. No período correspondente aos anos de 2016 a 2019, nós compomos a diretoria do XV Plenário no Conselho Regional de Psicologia da Bahia (CRP - 03), em uma atuação política com muita luta, desafios, superação das violências contra mulher e conquistas. Depois de muito tempo nos reencontramos, justamente para falar sobre “Trabalho e Política”. As três aqui, para falar também desse enfrentamento das violências contra as mulheres.

Nós, enquanto mulheres que ocupamos esse espaço político, sabemos quanta violência sofremos e o quanto isso cortou na nossa carne, para conseguirmos fazer o que acreditávamos que era necessário fazer.

Quando recebi o convite fiquei pensando sobre essa vivência, como construir uma fala para esse espaço, porque, na minha lógica de pensamento, ao falar sobre enfrentamento à violência precisamos provocar as pessoas para que escutem e voltem para casa refletindo e entendendo para além dos conceitos que são necessários aprender, mas que elas tenham isso como uma experiência que agregue nas suas vidas. Porque as pessoas que estão aqui vivenciando, trocando conhecimento e experiências, podem não ter passado por situações de violência, mas irão necessariamente ter que atender alguma mulher em situação de violência, ou alguma criança. E isso precisa ser sentido de algum modo. Ter empatia. Não basta compreender o fenômeno se se está indiferente, sem perceber a naturalização acerca das violências contra as mulheres.

Então, eu fiquei pensando “vou fazer uma pegadinha da diretoria da Bahia”, — no ano de 2016, porque hoje é outra diretoria. E farei o que sempre fiz.

Provocada pela minha colega Alessandra: “*Ocupe os espaços, mulher! Se apareça. Fale. Porque é muito difícil chegarmos lá*”. Pensando sobre isso, venho me dando conta do quanto vamos nos tornando o que criticamos. E eu sou muito crítica e, normalmente, critico coisas que acho que precisam melhorar. E venho me tornando essa pessoa que está se transformando no que criticava, pois valorizo muito a experiência vivida e as histórias das experiências vividas por outras pessoas. Elas nos transformam e possibilitam com-

preender o que ainda não sentimos, percebemos, o que ainda não vivenciamos, e então, rever nossos próprios conceitos e preconceitos.

Hoje, por exemplo, fiz algo pela primeira vez. Chegar num espaço político dizendo quem sou eu. Por que hoje? Porque sou uma mulher que representa tudo que foi falado pelas pesquisadoras nas apresentações dos temas que antecederam. Hoje não sou mais pesquisadora. Já fui durante um tempo. E sinto a diferença e a distância entre o que é dito cientificamente para o que é praticado durante nosso fazer profissional enquanto psicólogas. Não por desqualificar e desvalorizar a ciência quando vamos trabalhar. Nos falta compreender a partir da vivência, experiências que são estudadas para construir o conhecimento científico, qualificado.

Assim, essa vivência, me colocando novamente como exemplo, é: ser uma mulher nascida na Bahia, na capital da Bahia, mas por necessidades financeiras, por precisar ser criada pela minha avó durante um tempo no interior da Bahia e, ao retornar para o convívio da minha mãe, morar em Salvador, em um bairro periférico que, dentro da realidade de Salvador, há anos atrás, era mais que uma hora em transporte público limitado para chegar ao centro da cidade. Mais ou menos uns 30 km de distância do centro. Ou seja, qualquer coisa, e eram muitas coisas, que se precisasse e só existia no centro da cidade, você levaria mais de uma hora, resultando na falta de acesso a serviços públicos básicos às famílias do bairro. O bairro chama-se Cajazeiras.

Diante dessas condições, posso dizer que minha mãe foi “obrigada” a não poder trabalhar mais, para cuidar da família. E convido a reflexão sobre as experiências de violências até aqui, considerando essa história de vida a partir do casamento e da chegada dos filhos. Uma mulher aprendendo outras formas de viver. Primeiro ela não pode criar a filha, eu, porque precisava trabalhar. Ainda nos dias atuais é algo difícil de conciliar, especialmente para mulheres negras e pobres. Há 30 anos atrás era ainda mais crítico no sentido de empurrar a mulher para fora do mercado de trabalho. Minha mãe ainda resistiu por aproximadamente cinco anos. Fez adequações da forma que pode, na sua vida de mãe, e seguiu trabalhando. Porém, diante da realidade de uma nova gravidez não planejada, a situação ficou insustentável.

Então, a partir daqui, fazendo o exercício de se colocar no lugar da vida dessa mulher: você já abriu mão do seu trabalho para poder cuidar da família. Cumprindo sua obri-

gação de preservar a família. E, ainda assim, você passa a infelicidade de ter que saber muito futuramente que sua filha, durante aquele período no qual você abriu mão de uma carreira profissional para poder cuidar dos filhos, essa filha foi vítima de abuso sexual na infância durante muitos anos. E isso repercute muito para que você passe a se questionar: *“Eu parei de trabalhar para cuidar dos meus filhos, ainda assim tenho que lidar com a realidade de uma violência sexual na qual não pude proteger minha filha, também não tenho uma vida profissional reconhecida, valorizada socialmente, pois sou dona de casa e faço ‘bicos’, trabalhos informais para ter renda própria, evito até pensar na vida de casal em si, pois é uma outra história... e sigo sobrevivendo, resistindo as violências da vida”*.

Retomando aqui para outra parte da história dessa mulher: a filha. Eu sigo na minha vida, o abuso sexual na infância aconteceu, não foi revelado durante a infância, como a maioria das pessoas. Foi revelado muito mais tarde. Quando eu tinha vinte e oito anos de idade, revelei para minha mãe, para meus pais, sobre o que havia acontecido na minha infância. A consciência da vivência do abuso sexual na infância traz uma série de elementos que modificaram, impactaram na minha forma de ser, porque é algo que modifica a forma como agimos no mundo. Um exemplo brutal de como as coisas não são o que parecem ser ou como nos dizem que realmente é. Em uma fase da vida, a infância, na qual estamos aprendendo intensamente tudo que o mundo nos apresenta.

Então, eu fui uma adolescente muito impetuosa, muito dona de mim. Porque eu sabia que tinha passado e sabia que ninguém iria me proteger. A expectativa da proteção não existia na minha vida. Algo que é muito violento e perigoso na fase da adolescência por ser um período da vida onde as emoções podem ser muito intensas e confusas. Dessa forma, fui me constituindo uma mulher adulta que não espera a proteção de ninguém. Eu vou atrás do que preciso. Sou muito à frente do que se precisa fazer. Questiono qualquer regra que esteja posta contra mim. Porque eu sei que algumas regras não protegem as pessoas. E muitas regras escravizam.

A exemplo de uma regra social do que acontece no particular: o que acontece na família é da família. Os abusos sexuais não são denunciados, pelos adultos que passam a ter conhecimento dos fatos, porque existe a regra do silêncio da família. Isso é uma forma de violência, isso é uma forma de não escutar. Uma outra realidade também, regra social: Quem são as meninas que são vítimas de violência? São as meninas negras, as meninas de bairros pobres.

— As meninas ricas, as meninas brancas, também sofrem esse tipo de violência?

— Sim! Também sofrem, mas o quantitativo é muito menor. Porque sabemos que tem o corpo que é erotizado, sexualizado com um objeto, que é o corpo negro. Que é o corpo que não é valorizado, que pode ser feito qualquer coisa. Pode passar fome, pode ser “empregadinha” o resto da vida.

Ainda assim, com todas essas coisas que aconteceram na minha vida, eu fugi dos padrões. Segui minha vida. Conteí com a estrutura da minha família. Consegui estudar com acesso às políticas públicas.

Eu tenho trinta e nove anos. Quando eu tinha dezoito, dezenove anos, já tinha política pública para inserção de pessoas com baixa renda na faculdade. Então, consegui entrar na universidade, fazer um curso superior. E, nessa trajetória de também ir para a faculdade, tem uma outra situação de violência que vivenciei. Eu fiz o vestibular para a universidade pública, que é a Universidade Federal da Bahia e, durante a inscrição para o vestibular, eu errei nas informações escolares. E tem um período, logo após as inscrições, que você vai corrigir os erros das inscrições. Eu vou lá para o setor da UFBA dizer:

— Eu errei na minha inscrição, preciso corrigir.

— Isso aqui você não corrige não, se você passar, você vai perder sua vaga.

Mas porque isto foi dito a mim? Porque era uma mulher negra periférica que, para eles, não passaria nunca. Resultado: eu passei na faculdade, mas não pude cursar. Entrei com o recurso, mas ainda assim não pude cursar, “Porque não foi corrigido no período correto”. Essa foi uma das informações que recebi, durante o recurso.

Esse fato é mais uma violência das tantas que eu fui vencendo ao longo da minha vida. Tudo isso vai gerando em mim revoltas que dificultam minha vida, apesar de não me impedir de seguir adiante; mas, sim, motivações para continuar caminhando e trazendo enfrentamentos nas minhas falas, nos espaços que venho ocupando no meu fazer político e humano. Tal situação não foi um impedimento, porque eu também tinha feito outros processos seletivos. Naquela busca da adolescência, consegui cursar Psicologia numa universidade particular, pelo PROUNI, com bolsa integral.

Antes de concluir a graduação em Psicologia, me encontro com Alessandra. Que é minha primeira chefinha também, quando ela era conselheira do CRP-03 BA e Coordenadora do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas - CREPOP. Eu entro no centro de pesquisa como estagiária de Psicologia. Nessa atuação passei a ter contato muito próximo com a categoria de psicólogas que atuam em políticas públicas.

Nesse sentido, destaco essa percepção do que é apresentado enquanto conhecimento científico e a dificuldade de utilizar esse conhecimento para poder atuar. Porque falta a sensibilidade de entender quem são as pessoas, quem são essas vidas. Nem sempre vamos ter oportunidade de conhecê-las durante a graduação, porque às vezes os estágios são falhos, as vezes não temos tempo e precisamos reconhecer essa dificuldade em todos os lugares que vamos atuar para ter abertura ao desconhecido que é cada vida com a qual lidamos no fazer profissional.

Seguindo, para fechar a mensagem que quero compartilhar nesse espaço de fala política aqui, no Germinário de Estratégias de Enfrentamento às Violências Contra as Mulheres, ressalto o seguinte: para mim era mais importante fazer essa apresentação de quem eu sou, como eu consegui caminhar, quais foram as minhas estratégias e recursos nesse enfrentamento diário imposto para nós mulheres.

Trago mais um exemplo de violência, que afetou também minha relação com o trabalho. Há alguns anos, em um determinado período em que eu estava empregada, trabalhando, tive um mal estar físico, descobri depois que era uma gravidez e em pouco tempo foi identificada uma complicação que resultou em um aborto espontâneo, mas que precisei de intervenção cirúrgica para finalizar o processo de abortamento ocorrido na gestação. E como a maioria das mulheres negras que abortam, fui vítima de violência obstétrica. O atendimento foi altamente agressivo e violento. A mulher fica jogada, a espera nos corredores, sem muita informação, porque você abortou!!! Ninguém sabe se foi porque você quis (o que não seria menos sofrido) ou se não foi pela sua vontade, mas você é penalizada com o descaso, falta de atenção e acolhimento das instituições de saúde.

Por causa dessa experiência entrei em diversos sofrimentos, o que prejudicou minha vida no trabalho. Repercutiu negativamente na minha capacidade de prestar o serviço e, posteriormente, para uma demissão do espaço de trabalho que eu ocupava. Depois de algum tempo, fiquei sabendo que uma outra colega, na mesma instituição que tra-

balhava, passou pela infeliz e triste experiência da interrupção da gravidez por causa de complicações na gestação. No entanto, felizmente, o acolhimento institucional foi totalmente diferente, mas era uma colega branca. Ocorreu que, quando uma colega branca passou pelo sofrimento relacionado ao processo do aborto, o acolhimento prestado a ela foi diferente, no sentido do ambiente de trabalho tornar-se também uma rede de apoio para uma situação tão devastadora que foi vivenciada.

Considero crucial compartilhar tal experiência de vida, pois, se o que estamos nos propondo é pensar estratégias de enfrentamento das violências contra as mulheres e meninas, faz-se necessário compreender que vivemos em uma sociedade racista na sua estrutura, de modo que a discriminação racial se manifesta em todos os ambientes. Então, a vida das mulheres e meninas negras é atravessada pela violência do racismo estrutural presente na sociedade.

Porque não foi por maldade ou falta de consideração que a mim foi dispensado um olhar de desconfiança, dúvidas se eu estava realmente com um problema de saúde, ou só estava me esquivando do trabalho. Foi um olhar carregado de expectativas negativas que todas as pessoas negras recebem diariamente, independente do que estejam fazendo. Algo que conheço por estudar sobre o racismo na sociedade brasileira e senti na pele naquela ocasião. Visto que, mesmo com toda minha colaboração e contribuição para o trabalho, ainda reconhecida até hoje, a avaliação sobre ele mudou quando não pude estar disponível e não foi perguntado o que estava acontecendo comigo. Fui demitida porque naquele momento precisavam de outro perfil para o trabalho.

Agradeço pelo tempo que pude contribuir com o trabalho. Tenho todo respeito às colegas psicólogas que tinham a responsabilidade de supervisionar o trabalho que eu desenvolvia. Imagino que não tenha sido uma decisão fácil, mas são situações que eu vivenciei e todas seguimos em frente, cada uma no seu caminho, trajetórias que vez ou outra se encontram, por sermos mulheres e psicólogas.

Por exemplo, hoje ocupamos espaços diferentes, por conta de sermos psicólogas e estarmos no mesmo lugar político de luta pela profissão, sim. Porque após esse ciclo ser fechado, iniciou-se outro e com uma rede de apoio fenomenal. Voltei para esse espaço de trabalho, na condição de gestora, pude assumir a supervisão do setor que trabalhei e

seguir contribuindo para o desenvolvimento da Psicologia, de uma Psicologia que cumpra sua missão de defesa e promoção dos Direitos Humanos.

Hoje, além de ser Diretora do CRP, estou no Sindicato e no Fórum Trabalhadores do SUAS. E faço questão de demarcar que sou uma Psicóloga do SUAS. Nesses espaços, o que eu encontro todos os dias são mulheres e, com certeza, são muitas mulheres com a mesma história de vida que eu. Não ainda com essa disponibilidade para trazer esse discurso, uma apresentação tão pessoal, mas são pessoas que lidam com situações de violência e vivem também esta realidade.

Por que é importante dizer e saber quem somos? Porque quando falamos essas mulheres saberão que não estão sozinhas e que temos uma longa luta por nossos direitos pela frente, mas não estamos, nem estaremos sozinhas. Quando nós mulheres, mulheres negras, atuando em espaços políticos, contamos nossas histórias de lutas e vitórias, estamos fazendo política, mobilizando a desconstrução de crenças machistas, sexistas e racistas que tentam constantemente nos manter à margem da sociedade e fora dos espaços de poder e de tomada de decisão sobre nossos corpos e nossas vidas.

Citando uma fala anterior aqui no Germinário, uma colega perguntou:

— Como eu vou dizer para essa mulher largar o cara, porque ela precisa do dinheiro dele para pagar a faculdade, ela precisa do dinheiro dele para se sustentar?

Precisamos entender que essas perguntas não surgem pelo desconhecimento de como tratar a demanda ou desconhecimento da política pública para qual as mulheres em situação de violência podem ser encaminhadas. Não obstante, trata-se de uma incompreensão que todas nós vivemos situações de violência, não é uma particularidade daquela pessoa que você atendeu.

Quando você sabe, reconhece que a sua colega de trabalho também pode estar vivendo por tudo aquilo que ela vai ter que acolher na sua atuação profissional, passamos a olhar-nos de forma diferente. Então, quando precisamos mobilizar uma reunião de organização para fazer um enfrentamento político, uma passeata, uma greve, passaremos a ter um olhar para as colegas com mais sensibilidade.

Entender que nem sempre ela vai conseguir sair do lugar que ela está hoje. Ela precisa muito, sim, muito... de um empurrão, incentivo, apoio, verdadeiramente. Lembrei de uma situação que aconteceu, que foi horrível, principalmente para nós mulheres, uma piada de final de ano nas redes sociais. Em resumo dizia: começamos o ano com “*ninguém solta a mão de ninguém*” e finalizamos o ano com “*elas que lutem*”. Assim, foi o “*elas que lutem*”, nos colocando no limbo: vocês estão sozinhas, vocês vão se virar. Logo depois, o que veio depois disso, foi porrada em cima de porrada, em cima das mulheres.

As redes sociais estão conectadas aos elementos presentes nas relações sociais que se estabelecem no mundo real, pensando que temos um mundo virtual na internet, mas que é bem real em nossas vidas. De maneira que quando os fatos acontecem no campo político, governamental, elas vão repercutir na nossa vida social, nas nossas relações enquanto pessoas comuns, trabalhadoras.

Quando olharmos nossa colega psicóloga, irmã, colega de faculdade, até mesmo uma pessoa que nunca vimos na vida, mas que estamos juntos na luta, na necessidade de se organizar politicamente, precisamos primeiro respirar e reconhecer que, talvez, ali naquela pessoa, existam todas as fragilidades que estudamos enquanto ciência e enfrentamos enquanto militância política na defesa dos Direitos Humanos, em defesa dos direitos das Mulheres.

Porque, tudo que é estudado enquanto ciência, enquanto política, enquanto termos técnicos, conceitos, é da ordem do concreto na existência das pessoas, enquanto humanas, como eu e você.

Por isso eu fiz questão de fazer essa descrição de quem eu sou, qual a minha trajetória de vida, tudo que eu caminhei para estar aqui hoje. Por isso hoje eu fiz a escolha de fazer uma fala nesse sentido. Agradeço por vocês estarem aqui cansadas e ouvindo. Vamos em frente. Vamos pra luta!

INTERVENÇÕES

Alessandra Almeida

Uma das coisas maravilhosas que as epistemologias feministas trazem é essa possibilidade de revisitar a ciência e colocar por terra a ideia de que objetividade e subjetividade estão separadas, cindidas. Isso não é verdade, e fazemos ciência mostrando exatamente isso.

Glória, o seu relato é importantíssimo. Porque acho que uma das coisas importantes para nós, que estamos no Brasil e representamos uma categoria de oitenta e quatro por cento, mais ou menos, de mulheres, é entender que em algum momento de nossas vidas passamos por algum tipo de violência de gênero. Assim, quero imediatamente passar a palavra à Darlane, que é professora do departamento de estudo de gênero e feminismo, da UFBA.



DARLANE SILVA VIEIRA ANDRADE¹²

Bom dia. É uma alegria estar aqui com colegas maravilhosas, amigas, parceiras de luta, e ver a trajetória de todas no campo da Psicologia na relação com os estudos de gênero e feminismos. Quando Alessandra Almeida me enviou um áudio, convidando para participar do evento, eu falei: “Alê, qual é o tema da mesa? Ela: vamos falar das psicólogas!” Esse lugar de fala que Glória Pimentel bem trouxe, com muita coragem ao se apresentar e falar de sua trajetória, é muito importante porque aprendemos que fazer ciência e estar nos espaços dos conselhos de representação da categoria é nos afastar de nós mesmas. Mas não.

Estamos aqui. Nossos corpos e nossas vidas são as bases pelas quais construímos conhecimento, pautas políticas e fazeres da nossa profissão. Então parto deste pedido de Alessandra e da fala de Glória para trazer algumas reflexões sobre a psicologia (e as psicólogas) aqui, dentro do tema trabalho e política.

Minha auto descrição e trajetória: sou uma mulher do interior da Bahia e que reside em Salvador há muitos anos, sou considerada – na Bahia – branca, estou de cabelos lisos, castanho claro, com um vestido branco, um colar preto e um casaco azul. Sou professora no Departamento de Estudos de Gênero e Feminismo na Universidade Federal da Bahia. Na minha formação em Psicologia, há pouco mais de 20 anos, não havia no currículo formal, a discussão de gênero, direitos humanos, políticas públicas, relações raciais e os diversos temas que estamos discutindo aqui. Eu venho também dessa geração. Hoje, já vemos esses temas começando a serem discutidos em algumas disciplinas optativas e em algumas faculdades já existem disciplinas obrigatórias, então temos sinais de mudanças acontecendo.

12 Psicóloga (CRP03/03187), Doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Professora no Departamento de Estudos de Gênero e Feminismo da UFBA, Integrante e uma das fundadoras da Comissão de Mulheres e Relações de Gênero (COMREG) e do Grupo de Trabalho Relações de Gênero e Psicologia (GTRGP) do Conselho Regional de Psicologia da Bahia (CRP-03). Contato: darlane.andrade@ufba.br

Entrei em contato com o tema gênero na minha graduação somente porque ingressei em um grupo de pesquisa sobre psicologia e sexualidade, coordenado por uma professora que trouxe uma disciplina sobre o tema de caráter optativo e que era ofertada em turno oposto ao regular. Eu me encantei pelo tema porque trazia esse olhar da perspectiva feminista e dos estudos de gênero. Foi aí que defini que gostaria de seguir minha formação e carreira com foco na pesquisa e atuação no campo dos estudos de gênero e sexualidade, e comecei a investigar temas relacionados à solteirice, que não têm tanta visibilidade na nossa área.

Considero ser um grande desfavor quando deixamos temas do cotidiano de fora dos nossos estudos porque isso faz com que não olhemos para a diversidade nas formas de viver, de construir identidades, de exercer a sexualidade e para os diversos modos de relacionamentos atuais. Isto porque, em se tratando da solteirice, quando pensamos no desenvolvimento humano, a “fase adulta” ainda é vista de forma linear – desde moldes heteronormativos – quando consideramos que o esperado desta fase da vida é que as pessoas se casem e tenham filhos, significando que alcançaram um grau “ideal” de maturidade (ANDRADE, 2016)¹³.

Eu busquei problematizar estas questões a partir dos estudos sobre solteirice, que continua sendo meu tema de investigação. Agora (há 8 anos) atuo como professora no Departamento de Estudos de Gênero e Feminismo, que é o único Departamento no Brasil, senão da América Latina, de estudos feministas e, neste espaço, busco fazer a interlocução dos estudos de gênero e feministas com a Psicologia. No Conselho Regional de Psicologia da Bahia (CRP-03) (onde participo em Grupo de Trabalho e Comissão, e já fui da gestão) busco levar a discussão feminista e de gênero para a Psicologia, juntamente com várias/os/es colegas feministas.

No CRP da Bahia, essa articulação tem sido feita há mais de uma década, a partir do protagonismo de grupos de trabalho que discutem o tema em comissões importantes

13 ANDRADE, Darlane S. V. A solteirice na vida adulta: reflexões para estudos e atuação na psicologia. In: DENEGA, Alessa; ANDRADE, Darlane S. V.; SANTOS, Helena M. (org.). Gênero na psicologia: saberes e práticas. Salvador: CRP-03, 2016. p. 54-83. Disponível em <https://crp03.org.br/midia/genero-na-psicologia-saberes-e-praticas/> Acesso em 7 Nov 2022

como a de Direitos Humanos e a de Mulheres e Relações de Gênero¹⁴. Para além dos GT's e Comissões, também pautamos a discussão e a prática feminista na gestão, como conselheiras/os/es, tal como fizemos em gestões anteriores e como tem sido feita na atual, ocupando este lugar. Alessandra Almeida, Glória Pimentel, também Anderson Fontes e Vanina Cruz que estão aqui no evento e já ocuparam o lugar ou ocupam, na gestão, e várias colegas tem feito parte desta história de construção de fazer Psicologia feminista no sistema conselhos de psicologia em diversos estados e no Conselho Federal de Psicologia (CFP).

Destaco aqui a importância do Grupo de Trabalho Relações de Gênero e Psicologia (GTRGP), fundado em 2008, há quase 15 anos, e que integro e sou uma das fundadoras. Este grupo tem como proposta a construção de ações relacionadas a gênero e Psicologia em diversos aspectos,

discutindo as estruturas sociais e práticas pessoais e profissionais que sustentam o sexismo e funcionam como instrumentos de controle social, refletindo sobre a violência de gênero que tem produzido grande sofrimento psíquico e repercutido negativamente na saúde física e mental de muitas mulheres, de homens [cis e hétero] e da população LGBT (CRP-03, s/d. Descrição do GTRGP no site¹⁵. Acréscimo da palestrante).

O grupo respalda suas ações e discussões sob a perspectiva feminista e interseccional, transversalizando o debate com diversas temáticas na Psicologia como ciência e profissão. Neste espaço temos problematizado: de que Psicologia estamos falando? Uma Psicolo-

14 As discussões de gênero no CRP-03, na Bahia começaram a ser pautadas dentro da Comissão de Direitos Humanos e em grupos de trabalho que integraram esta comissão, e a partir de 2019, também na de Mulheres e Relações de Gênero. O debate tem sido posto em âmbito Nacional, em GT's, Comissões, através de campanhas, notas e publicações no sistema conselhos de psicologia, segundo levantamento feito por Helena Miranda (2016) no texto "A institucionalização da discussão de gênero no sistema conselhos de psicologia". Ver capítulo 1 do livro DENEGA, ALESSA; ANDRADE, Darlane S. V.; SANTOS, Helena M. (org.). Gênero na psicologia: saberes e práticas. Salvador: CRP-03, 2016a. p. 15-37. Disponível em <https://crp03.org.br/midia/genero-na-psicologia-saberes-e-praticas/> Acesso em 7 Nov 2022

15 Para conhecer sobre o GTRGP, acesse a página <https://crp03.org.br/comissao/mulheres-e-relacoes-de-genero/gtrgp-grupo-de-trabalho-em-relacoes-de-genero-e-psicologia/>

gia formada eminentemente por mulheres, mas que tem os homens como os autores principais nos cursos de formação, principalmente os do norte global. Como podemos refletir sobre o impacto disso na formação e atuação profissional? E sobre nosso público principal, as mulheres: como pensar na condição de gênero, nas demandas das mulheres em nossa sociedade, nos diversos contextos de atuação, na clínica, nas políticas públicas, em vários espaços? São as mulheres que buscam esse cuidado em saúde mental, em sua maioria. O que significa isso?

O feminismo como ciência auxilia a olharmos para a Psicologia com criticidade. Uma ciência que nasceu sob moldes positivistas, e que se fez androcêntrica, não deixou espaço para as mulheres, seus fazeres e também suas demandas. O olhar do feminismo negro e interseccional nos provoca a decolonizar esta ciência e profissão, trazendo os saberes dos “subalternos”, do sul global, para revirar nossas bases e pensar a construção da ciência e as pautas das mulheres, sobretudo as mulheres negras, e como elas entram na psicologia, buscando também olhar para a estrutura de nossa sociedade – marcadamente capitalista, patriarcal e racista.

Desde esse olhar, dialogo com alguns dados sobre a psicologia brasileira – especialmente as mulheres psicólogas, a partir de referências baiana e brasileira nos livros “Gênero na psicologia: transversalidades”, publicado pelo CRP-03 (DENECA et al., 2000)¹⁶, e “Quem é a Psicóloga brasileira? Mulher, Psicologia e Trabalho”, produzido pelo Conselho Federal de Psicologia – CFP (LHULLIER, 2013)¹⁷. Estou na expectativa do censo da psicologia ser publicado pelo CFP, para termos uma referência mais recente sobre o perfil da Psicologia brasileira. Temos essa referência importante do CFP com dados construídos no ano de 2012, que (re)afirma que somos uma profissão formada eminentemente por mulheres: “dos 232 mil profissionais em exercício, 88% são mulheres” (p.10). Também somos uma profissão jovem, 76% com idade entre 30 e 59 anos, “e o percentual das que têm até 29 anos é maior que o dobro das psicólogas que têm mais de 60 anos” (p.22), e

16 DENECA, Alessa; ANDRADE, Darlane; DOS SANTOS, Helena et al. (org.) Gênero na psicologia: transversalidades. Salvador: CRP-03, 2020. Disponível em <https://crp03.org.br/midia/genero-na-psicologia-transversalidades/> Acesso em 7 Nov 2022

17 LHULLIER, Louise A. (org.) **Quem é a Psicóloga brasileira?** Mulher, Psicologia e Trabalho / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2013. Disponível em https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/07/Quem_e_a_Psicologa_brasileira.pdf Acesso em 7 Nov 2022

de mulheres brancas: 67%. 25% se declarou parda, 3% preta, 3% amarela, 15 indígena. A expectativa é que o perfil racial da Psicologia esteja mudando, que a Psicologia fique mais preta, como tem acontecido na Bahia. Eu vou falar um pouco dessa questão racial também para podermos refletir sobre trabalho e espaços de poder, porque é disso que estamos falando: da ocupação desses espaços de fazer científico, atuação profissional e de gestão/representações da psicologia, que nos foi negado por muito tempo.

O direito a ocupação dos espaços públicos, sobretudo ao estudo e ao trabalho foi negado às mulheres por muito tempo – às negras, principalmente, que tiveram direito ao estudo muito depois das brancas e antes ocupavam trabalhos subumanos por terem sido escravizadas, ou exerciam trabalhos desvalorizados no comércio e na prostituição, por exemplo.

As lutas das mulheres, das feministas e das abolicionistas possibilitaram a conquista de espaços em diversas profissões, nas escolas e universidades. Tem um dado mais recente, da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, de 2021 que aponta que 54,2% das pessoas matriculadas em mestrado e doutorado no país são mulheres¹⁸. As mulheres também ocupam diversos postos no mercado de trabalho, o que é um grande avanço. Só que, avançamos e voltamos... estamos em um campo de disputa o tempo todo. Alcançamos direitos, mas, depois, nos puxam nosso tapete. Nestes espaços, as mulheres são mais vulneráveis a sofrerem diversos tipos de violência, desde o assédio à violência física, convivemos com diferenças salariais e outras formas de precarização do trabalho, além de termos duplas jornadas porque a função do cuidado socialmente ainda sobrecarrega as mulheres, sobretudo as mulheres negras.

A dificuldade é estrutural, justamente porque culturalmente espera-se que as mulheres ocupem funções de cuidado, no lar, no âmbito privado – não remuneradas, diga-se de passagem, e não nos espaços públicos. Vale lembrar que muitas vezes o acesso das mulheres ao campo de trabalho se dava em postos com funções caracterizadas como extensão do lar, ou seja, nas profissões do cuidado. Não é à toa que as mulheres são maioria ainda

18 Notícia veiculada em:
<https://ufla.br/noticias/pesquisa/15026-pos-graduacao-brasileira-tem-maioria-feminina-na-ufla-elas-sao-57-dos-pos-graduandos> e no site da CAPES, em:
<https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/para-cientistas-ascender-na-carreira-ainda-e-um-desafio>
Acesso em 6 Nov 2022

no trabalho como empregadas domésticas, governantas, na educação infantil, na enfermagem e dentre outras áreas, na Psicologia.

Na nossa cultura patriarcal e misógina, as funções de cuidado são vistas como socialmente femininas e, portanto, desvalorizadas. A feminização da Psicologia vai por este caminho. A Psicologia se consolida como ciência e profissão a partir do fazer dos homens cientistas, dos clínicos, dos que atuaram nas indústrias e outros contextos que até então as mulheres não chegavam, ou quando estavam lá, não eram visibilizadas, pois exerciam papéis secundários (como as assistentes de pesquisa). Com mais acesso à universidade, as mulheres ocuparam este espaço, o que tem sido um grande feito. Contudo, este lugar ainda se apresenta como “secundário”. Tem um dado que aponta que, quando se pensa na psicologia na América Latina, se pensa nas mulheres, e como elas foram ocupando esses espaços da Psicologia, muitas vezes, como um segundo emprego, uma forma de estudar e não como algo central que pudesse ser importante e que tivesse uma função social de grande relevância (Bruna BONASSI; Rita MÜLLER, 2013)¹⁹.

O trabalho das mulheres psicólogas também está precarizado, dentro de um contexto mais geral de precarização do trabalho²⁰. No contexto de pandemia no Brasil, caracteriza-se por uma crise multifacetada, além da maior vulnerabilidade das mulheres e aumento da precarização das suas (nossas) vidas, presenciamos na psicologia muitos chamados para atuação voluntária. E quem mais tende a ser voluntária? As mulheres. Para podermos pensar sobre que lugar estamos ocupando e temos ocupado, no contexto (ainda de) crise

19 BONASSI, Bruna Camillo Bonassi; MÜLLER, Rita Flores. A feminização da profissão e a presença das mulheres na Psicologia In: LHULLIER, Louise A. (org.) Quem é a Psicóloga brasileira? Mulher, Psicologia e Trabalho / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2013. p.79-92. Disponível em https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/07/Quem_e_a_Psicologa_brasileira.pdf Acesso em 7 Nov 2022

20 A análise de Cristina Bruschini (2007) sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho, desde a última década do século XX até o ano de 2005, aponta progressos e atrasos: “De um lado, a intensidade e constância do aumento da participação feminina no mercado de trabalho, que tem ocorrido desde a metade dos anos de 1970, de outro, o elevado desemprego das mulheres e a má qualidade do trabalho feminino; de um lado, a conquista de bons empregos, o acesso a carreiras e profissões de prestígios e a cargos de gerência ou mesmo diretoria, por parte das mulheres escolarizadas, de outro, o predomínio feminino em atividades precárias e informais” (BRUSCHINI, 2007, p. 538) Ver: BRUSCHIN, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 537-572, set./dez. 2007 Disponível em <https://www.scielo.br/j/cp/a/KybtYC-JQvGnnFWWjcyWKQrc/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 4 nov 2022

que estamos enfrentando, considero importante olhar para as estruturas ainda patriarcais da nossa sociedade, para a divisão sexual do trabalho que ressoam na Psicologia exercida majoritariamente por mulheres. Tudo isso reflete na remuneração: as mulheres no Brasil recebem 20% a menos do que os homens, mesmo ocupando a mesma função²¹. A precarização também está na psicologia. O levantamento de 2012 traz que 52% das psicólogas recebiam, naquele período, até cinco salários mínimos e, 23% indicaram que a renda mensal não era suficiente para sustentar a si e sua própria família, considerando que quase 60% delas afirmaram possuir filhas/os e/ou enteadas/os. (LHULLIER, 2013).

A desigualdade está também entre as mulheres em relação a, por exemplo, maternidade e estado civil. As mulheres que não tem filhos e são solteiras têm renda maior do que as casadas e com filhos, e as solteiras têm nível de escolaridade maior do que as casadas, segundo dados que acessei para estudar a solteirice²². E no contexto da psicologia, 38% das psicólogas declararam já terem perdido alguma oportunidade de trabalho para se dedicarem ao cuidado das/os filhas/os²³ (LHULLIER, 2013). Isso reflete, além das desigualdades entre as mulheres, em função do estado civil e maternidade, a falta de suporte social, políticas públicas para as mães, ampliação e existência de creches, por exemplo, e de uma prática de divisão mais igualitária das atividades domésticas.

No nosso entorno, nas universidades, quantas alunas de psicologia que são mães, precisaram trancar o curso? Muitas desistem do curso por não terem uma rede de apoio nem acesso a políticas públicas para que possam cuidar de seus/as filhos/as, e tem dificuldade de conciliar estudo e maternidade. Aos homens não é perguntando sobre como conciliam família e trabalho, ou pedem para que façam suas escolhas de vida com base no foco na

21 A diferença salarial entre os gêneros segue até mesmo quando se compara trabalhadores do mesmo perfil de escolaridade e idade e na mesma categoria de ocupação, como aponta o levantamento da consultoria IDados, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio PNAD - IBGE (dados de 2020) (ALVARENGA, Darlan. Mulheres ganham em média 20,5% menos que homens no Brasil. G1 online. 08/03/2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/dia-das-mulheres/noticia/2022/03/08/mulheres-ganham-em-media-205percent-menos-que-homens-no-brasil.ghtml> Acesso em 4 nov 2022)

22 Para acessar reportagem e comentários sobre o tema, ver <http://solteirice-salvador.blogspot.com/2012/01/mulheres-com-instrucao-maior- ficam-mais.html>

23 O estudo também mostra que 46% das psicólogas dedicam 4 horas ou mais no cuidado diário com filhos/as ou enteados/as, e apenas 24% dos psicólogos possuem essa jornada. Em relação ao trabalho doméstico, elas dedicam mais tempo a esses afazeres do que eles: 32% das psicólogas dedicam três ou mais horas diárias aos trabalhos domésticos, ao contrário de 15% dos psicólogos; 18% dos psicólogos e 12 % das psicólogas não fazem trabalhos domésticos.

carreira ou em constituir família. Para as mulheres, sim. Quantas mulheres tiveram que adiar o sonho de continuar os estudos em cursos de mestrado e doutorado, de investir mais na carreira, porque se casaram e tiveram filhos/as – e mais ainda, as que são mães solo? E quantas no meio do caminho, deram uma pausa na carreira, em ascensão, para cuidar dos/as filhos/as?

Quando as mulheres conseguem conciliar carreira e família, muitas delas o fazem com o suporte de outras mulheres — empregadas domésticas e babás, que geralmente são mulheres negras. São muitos tetos de vidro sobre as cabeças das mulheres (nossas cabeças). E muitas desigualdades de gênero ainda em nossa sociedade, e entre as mulheres, porque não estamos falando de uma mulher ideal, e sim, de mulheres diversas, no plural, com diferentes condições de vida. Ainda carregamos essa função social do cuidado, que é tão importante para a sobrevivência da humanidade, mas que, quando desigual e compulsória, violenta, sobrecarrega e nos adocece, limitando a nossa participação em diversos espaços da sociedade.

Em se tratando de violência contra as mulheres, 27% das psicólogas relataram que sofreram algum tipo de violência em sua vida, identificada como: violência verbal (56%), física (31%), assédio moral (26%) e 11% indicaram que sofreram violência sexual (LHULLIER, 2013). A violência está ali, identificada. E se formos falar das violências que são invisíveis e que, muitas vezes, são naturalizadas como a violência psicológica, esses números podem ser ainda maiores. Quando se perguntou, naquela pesquisa, se as mulheres trabalhavam com as questões de gênero, de um universo de 1.331 psicólogas que participaram deste levantamento, somente 1% afirmou positivamente. Ou seja, vivenciamos a violência doméstica, na profissão, desigualdade de salários, desigualdade de oportunidades, e não falamos disso. Se tivesse perguntado, naquela época, se discutia-se raça, acho que as respostas também indicariam que muito pouco ou quase nada.

Falar de gênero é usar essa categoria relacional, para analisar o contexto desde o qual estas desigualdades se forjam e se sustentam, e como reverberam na forma com que ocupamos os espaços no mercado de trabalho, na Psicologia, na política, que são espaços de poder²⁴.

24 Ver mais sobre o uso da categoria gênero na psicologia em: DOS SANTOS, Helena. A importância de discutir gênero na psicologia. In ANDRADE, Darlane; DOS SANTOS, Helena (org.) Gênero na psicologia: articulações e discussões. Salvador, CRP-03, 2013: p. 19 – 34 Disponível em <https://crp03.org.br/midia/genero-na-psicologia-articulacoes-e-discussoes/> Acesso em 7 Nov 2022

Como estes espaços nos foi negado, acabamos acreditando que não somos capazes de ocupá-los. E temos dificuldades, por exemplo, em falar em público, em se prontificar para assumir um cargo de gestão e representação da categoria, em galgar salários maiores. Eu compartilho com o relato de Glória sobre essa dificuldade para estar aqui, falando no microfone para um auditório cheio. Fiz um longo caminho para chegar aqui, para também atuar como psicóloga clínica, fazer trabalhos com grandes grupos, ser professora e atuar na gestão no Conselho de Psicologia — da Bahia, quando fui conselheira. Lembro de momentos da formação em psicodrama, em que precisei conduzir trabalhos com grandes grupos junto com outra colega tão jovem quanto eu à época, e como juntas aprendemos ali, na prática, a exercer esse papel, a vencer a insegurança e a timidez.

Essa fala que parece individual também ressoa em toda uma história das mulheres que não se sentiram capazes de ocupar espaços, apesar dos privilégios, reconhecendo aqui os que me atravessam pela minha condição de raça e classe, e também da falta de oportunidade para muitas mulheres mais vulneráveis em função das suas condições de raça, classe, sexualidade e outras.

Lembremos que para as mulheres, o direito à cidadania foi negado quando da primeira geração dos Direitos Humanos, a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, com o lema “liberdade, igualdade e fraternidade”. Tratava-se da liberdade dos homens ao nascer e igualdade de direitos, ignorando as mulheres enquanto sujeito” (ZUCCO, 20 p. 11)²⁵. Se não éramos sujeitas de direito, então, como poderíamos pensar em ocupar esses espaços públicos e de poder? Isso ressoa (ainda) na nossa profissão, apesar de muitas mudanças e conquistas das mulheres. Somos uma profissão formada eminentemente por mulheres que, por muitas vezes, elegem homens para estarem nos cargos de poder, como nas gestões dos Conselhos. Esse cenário tem mudado aos poucos, felizmente.

25 ZUCCO, Maise. Direitos humanos: uma perspectiva feminista e interseccional. Em: CRP-03. Direitos humanos: compromisso ético-político e transformações sociais. Salvador: CRP0-03, 2019. Disponível em https://crp03.org.br/wp-content/uploads/2020/02/crp03_direitos_humanos_livreto_digital-1.pdf Acesso em 6 Nov 2022

No texto “Representação de mulheres no Sistema Conselhos de Psicologia”, Lara Canone (2020)²⁶ faz um levantamento da participação das mulheres como conselheiras efetivas, a partir de dados dos CRP’s e CFP disponíveis on-line. Ela observou que dos 167 cargos efetivos de conselheiras, ao longo de 47 anos, 95 foram ocupados por mulheres e 83 por homens. As mulheres estavam ali, um pouquinho a mais. “Na primeira gestão do CFP, havia seis homens efetivos e três mulheres. Na última até o presente momento, iniciada em 2019, são três homens e oito mulheres”. Lara contabilizou o número de mulheres presidentas na gestão atual (de 2019 a 2022) de 23 Conselhos regionais ativos, chegando ao total de 16 mulheres na presidência (e 7 homens) e 17 mulheres na vice-presidência (e 6 homens). Em geral, 69,56% dos Conselhos espalhados pelo Brasil, têm mulheres como presidentas, nessa última gestão, e 30,44% de homens. Já foi um aumento de quase 20% de mulheres ocupando esse lugar de destaque na nossa profissão.

Um próximo levantamento poderia trazer a quantidade de mulheres negras, mulheres trans, com deficiência, lésbicas, para observarmos a diversidade de mulheres que têm chegado a estes espaços. É importante destacar que a atual gestão do CFP (novembro de 2022) tem uma mulher nordestina ocupando o cargo de presidenta, a Ana Sandra Fernandes Nóbrega, e temos a baiana Alessandra Almeida, mulher preta, como uma das conselheiras na gestão.

Se a ocupação dos espaços de poder pelas mulheres brancas é difícil, para as mulheres negras, essa dificuldade é maior ainda, como afirma Sueli Carneiro (2009²⁷ apud CANONE, 2020)). Para a autora, a dificuldade de chegar ao poder perpassa inúmeras fronteiras que, incessantemente, se atualizam na intenção de afastar essas mulheres, ou fazer com que elas desistam, seja através do imaginário racial, racismo, sexismo ou pela sua exclusão direta. Neste sentido, é importante combatermos, além do sexismo, o racismo — e outras desigualdades como a LGBTfobia, o etarismo, o capacitismo, o preconceito em relação à localização/território/região, a xenofobia, para que todas as mulheres tenham o direito de estarem ocupando espaços. Reafirmo a importância da perspectiva feminista, interseccional e decolonial para auxiliar-nos a seguir esse caminho.

26 Texto referente a capítulo do livro “Gênero na psicologia: transversalidades”, já citado.

27 CARNEIRO, Sueli. Mulher negra e o poder. Um ensaio sobre a ausência, 2009. <http://articulacaodemulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/06/TC--6-CARNEIRO-Suely-Mulheres-Negras-e-Poder.pdf> Acesso em 13 Jul. 2018

A práxis feminista na Psicologia inclui a construção de conhecimento e fazer profissional de um modo situado, reconhecendo os lugares de fala e toda estrutura e contexto sócio-histórico e político desde onde nossas práticas partem, e que estas tenham uma proposta de transformação social. Afirmar um lugar do fazer psicologia feminista — que é deste que eu me reconheço — é central para visibilizar as contribuições deste campo para tecer uma leitura crítica da Psicologia como ciência e profissão. Para isso, não podemos deixar passar todas as desigualdades e violências que estamos identificando. Compreender as estruturas de poder nos espaços onde a psicologia está, na forma que estamos construindo essa profissão, e como podemos mudar todo este contexto de opressões, também é nosso papel.

Por fim, reafirmo a importância do letramento de gênero e raça, além de manter nossa escrita gendrada para dar visibilidade às mulheres na linguagem na nossa formação e atuação profissional. Desse modo, podemos colaborar para que os fenômenos da violência contra as mulheres nos seus diversos aspectos, não fiquem invisíveis. É isso que eu queria compartilhar com vocês, da importância de nós nos reconhecermos como protagonistas da nossa história. A psicologia é uma psicologia de mulheres. Reconhecer esse protagonismo, ocupar os espaços, é a nossa missão! Obrigada.

INTERVENÇÕES

Alessandra Almeida

Obrigada, Darlane. É impressionante compreender como o poder se desloca com a nossa ação. Da mesma forma, bastam alguns acontecimentos sociais para que haja um puxão, um retrocesso também.

No caso da pandemia, muitos artigos demonstram que as mulheres, acadêmicas, cientistas, estando em casa com as crianças, em função da economia do cuidado — como dizem as economistas feministas que fazem esse debate fundamentalmente importante — tiveram reduzida a sua produção acadêmica e científica.

Outra coisa importante, que podemos demarcar aqui, é o quanto os homens ainda ocupam lugares de destaque, inclusive dentro do Sistema Conselhos de Psicologia. Por isso, destaco que na próxima gestão do Conselho Federal de Psicologia, teremos uma mulher negra como vice-presidente, que é a Ivani Oliveira, psicóloga daqui de São Paulo.

Devemos estar atentas ao lugar que ocupamos e investir no nosso conhecimento científico, entendendo que a ciência é política, e que o nosso lugar é um lugar político. Agora sim, Laís Nicolodi, mestre e psicóloga do IP USP.



LAÍS NICOLODI²⁸

Em primeiro lugar, tenho que fazer minha autodescrição. Sou a Laís, sou uma mulher branca, estou usando óculos, rabo de cavalo, uma blusa azul, uma calça bege. Primeiro lugar, primeiro de tudo, queria muito agradecer por estar aqui, pelo convite, muito honrada de estar dividindo mesa com Darlane, com Glória. Obrigada pela intérprete de Libras também.

Glória, queria começar dizendo obrigada, por compartilhar seu relato conosco. Agradeço de coração, é muito difícil falar de si mesmo, abrir dessa forma nesse espaço. Achei que requereu muita coragem, e eu não queria deixar isso passar. Darlane, queria agradecer também pela sua fala que em muitos momentos me contemplou. Foi gostoso te ouvir e falar: nossa, que bom, vou pegar *link* com isso, vou pegar *link* com isso. Obrigada também, Alessandra, porque você foi super gentil. Eu preparei uma fala com muito carinho para vocês, só que, ao longo do evento, eu fui modificando várias das coisas... à medida que elas foram sendo trazidas, eu fui modificando.

Eu queria contar um pouquinho para vocês de quando a Carol me falou que o título dessa mesa seria sobre Trabalho e Política e eu pensei: caramba, uma mesa sobre política, difícil fazer essa diferenciação. Porque falar sobre enfrentamento de violência contra mulher é um falar político, não fazemos essa dissociação, não fazemos esse desmembramento. Eu me formei já fazem uns anos, mas, quando eu entrei na faculdade, era muito difícil visualizar nas abordagens a disputa que se fazia por pautas políticas, que não fossem na psicanálise, no sócio cultural, na fenomenologia. Era muito gostoso, era muito lindo

28 Mestra e psicóloga graduada pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Ênfase na área de Análise do Comportamento e estudos sobre a área do Feminismo e violência contra a mulher. Dissertação intitulada: “Considerações sobre o Patriarcado na perspectiva analítico comportamental” sobre as acepções do Poder e Patriarcado nas ciências sociais e analítico comportamentais. Ex-estagiária no Escritório USP Mulheres vinculado a ONU Mulheres - Programa HeforShe. Iniciação científica na área de Economia Comportamental de 2013 a 2014 sobre a pesquisa experimental intitulada: “Consumo de Água em Sistemas Fechados realizados com sujeitos experimentais”.

de ver como as pautas políticas já estavam sendo apropriadas por essas abordagens. Mas, uma das maiores reivindicações que sempre fazíamos no espaço de laboratório era quanto às pautas políticas e, principalmente, de violência contra mulher, uma pauta transversal à todas as abordagens, à todas as teorias.

Nesse sentido, começamos a disputar, pelo campo da Análise do Comportamento. Houve muita resistência, dentro da análise do comportamento inicialmente, por ser uma abordagem cuja história se deu principalmente na pesquisa básica, com uma tradição muito forte dentro do laboratório, nas pesquisas empíricas; e foi um campo de disputa conseguirmos trazer as pautas políticas, as pautas de violência contra a mulher, tivemos que disputá-las pela Análise do Comportamento. Então, na história da Análise do Comportamento, temos alguns levantamentos que até a década de oitenta, noventa, mal se falava sobre isso. A partir daí, desses últimos anos, dois mil e dezessete para cá, começou a ter um *boom* de analistas do comportamento de mulheres, interessadas na ciência analítico-comportamental, pesquisando sobre variáveis relacionadas à violência contra a mulher, variáveis de violência de gênero, estudos do feminismo, dentro das áreas teórico conceitual e nas áreas empíricas.

Muito interessantes as pesquisas empíricas que tem sobre vieses que são medidos na análise comportamental, por meio de softwares de computador que medem o viés do participante. Vamos lá. Eu selecionei com muito carinho alguns dados que eu queria trazer para vocês, sobretudo do patriarcado. O patriarcado foi meu tema de pesquisa ao longo do mestrado, eu tenho muito respeito e carinho pela professora Valeska que estava aqui antes, mas eu vou discordar de uma coisa que ela trouxe, porque ela falou um pouco sobre o aspecto de não gostar muito do tema patriarcado, porque o seu nome traz “um pouco da essência, de que existe uma coisa que parece uma essência”.

Acho que essa é a primeira pauta de disputa quando vamos falar do patriarcado, é uma pauta que temos que disputar a materialidade, não se trata de uma “fumacinha branca”, não se trata de uma coisa que está pairando, como uma engrenagem espiritual. Estamos falando de evidências passíveis de serem observáveis, analisáveis e mensuradas, como é o comportamento humano.

Para quem não sabe, a definição de comportamento, na análise de comportamento, é a interação que existe entre sujeito e mundo, então sempre estamos olhando para essa

interação, como modificamos o mundo e como somos modificados pelo mundo, sempre como uma coisa que se retroalimenta. E o patriarcado aparece aí, o patriarcado aparece nas relações comportamentais, e o patriarcado vai aparecer nas relações entre homens e mulheres. E como vamos avaliar como se dá essas relações entre homens e mulheres? Vamos entender o patriarcado dentro de todos os exemplos que foram citados aqui, estatísticos, os dados que a Darlane trouxe, toda a história que a Glória compartilhou conosco, sempre vamos olhar como uma espinha dorsal, um eixo, um fio condutor em comum que vai reger muitas dessas relações comportamentais entre homens e mulheres, nas quais... e aí eu achei muito legal o que a Valeska comentou do vetor de violência. A Saffioti é uma das professoras, sociólogas, marxistas, em que eu baseei a minha pesquisa. Quando ela fala do patriarcado, da definição da importância do conceito do patriarcado, eu peguei um trecho para citar para vocês, da Carole Pateman, que também foi citada pela professora Bia, que é uma defesa para que não façamos o uso da palavra “gênero” única e exclusivamente. O que isso quer dizer? Não se trata aqui de abolir o conceito de gênero, precisamos falar sobre gênero também, mas não podemos colocar na sombra, na margem, o único termo que significa a violência contra a mulher, de acordo com Carole Pateman: “abandonar o termo patriarcado significaria abandonar o único termo que se refere especificamente à sujeição da mulher e que singulariza o direito político que todos os homens exercem, pelo fato de serem homens”.

Eu advogo aqui pelo uso do conceito de patriarcado, não é para colocar nesse lugar de essência, é para disputar um conceito na sua base material, e não podemos abandonar um conceito, o único conceito que vai falar sobre a submissão feminina. Inclusive, não falar sobre o patriarcado, é a coisa mais patriarcal que fazemos. E eu acho interessante destacar alguns conceitos, alguns eixos sobre a definição de patriarcado que a Saffioti fala. O porque ele é tão importante, enquanto o único termo que vai falar sobre a submissão da mulher? Porque ele vai direcionar necessariamente que existe um vetor de violência. O que isso significa? Temos um locus de poder masculino, que vai estar partindo um vetor de violência, no sentido masculino para o sentido feminino. Novamente, todos os recortes que foram levantados em relação à raça, em relação ao capitalismo, em relação à classe, pela Saffioti — e também por outras feministas marxistas —, de que não é concebível olhar para o patriarcado como uma coisa que define mulheres homogeneamente, não existe essa compreensão. A Saffioti vai necessariamente defender que estamos falando de um nó, uma espinha dorsal que é um tripé, o tripé do sexo, o tripé da raça e o tripé da classe. Esse nó, esse emaranhado, nós não conseguimos separá-lo e vê-lo só sob uma

só ótica. Necessariamente, eles estão coexistindo, não enquanto uma soma quantitativa, mas, sim, uma soma qualitativa. Não vamos falar de camadas de opressão, vamos entender como um negócio que se mistura no meio, está tudo junto. Eu achei muito legal, no evento, a parte da autodescrição, principalmente pelo aspecto da acessibilidade, porque um dos capítulos que eu escrevi com a Laureane, que é uma colega doutoranda com deficiência, que advoga também pelo anticapacitismo, é do quanto a variável de deficiência é uma das variáveis que acaba sendo colocada à margem desse nó.

Então, aqui mesmo, eu falei para vocês a definição da Saffioti, de patriarcado, um eixo que vai ser um tripé, entre a questão do sexo, raça e classe. Só que, o quanto desconsideramos a questão da deficiência como algo que fica na penumbra mesmo. Eu trouxe para vocês também alguns dados que eu acho importante nessa era de tantas *Fake News*, eu gosto de usar os meus dados com bastante referência, bonitinhos, de um dos motivos pelos quais os dados de violência contra a mulher incidem sobre as mulheres brancas de uma forma diferente, incidem sobre as mulheres negras de uma forma completamente diferente, sobre as mulheres pobres e sobre as mulheres com deficiência.

Os dados do IPEA e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, de 2018, vão falar que cerca de 10,3% das vítimas de estupro e, 12,2% das vítimas de estupro coletivo, são mulheres com deficiência, das quais 73,7% foram vítimas de violência mais de uma vez. Isso acaba sendo um dado que fica um tanto quanto ofuscado. De acordo também com outro dado que eu tenho aqui para vocês, do levantamento global do Fundo de População das Nações Unidas, também de 2018, bebês com deficiência, do sexo feminino, tem maiores probabilidades de morrer por assassinato de misericórdia, do que bebês com deficiência do sexo masculino. Sim, são dados muito pesados e, eu, embora entenda que às vezes seja meio difícil de escutar, eu acho que é importante concebermos que esse é o patriarcado. É o patriarcado que vai olhar pelo prisma do aspecto de raça, de classe e dos corpos com deficiência. De toda forma, eu tinha pensado também em falar sobre o conceito de patriarcado para vocês, só que, conforme foi o curso do Germinário, eu fui mudando a minha fala porque eu fiquei muito empolgada com os caminhos e rumos que foram tomando.

Quando pensamos em comportamento como fruto da interação que se retroalimenta, do ser humano sobre o mundo, do mundo sobre o ser humano, vamos olhar o patriarcado sob a mesma ótica, como algo que se retroalimenta, que os nossos comportamentos e as

regras comportamentais que moldam nossa subjetividade, estão sendo constantemente retroalimentados e fortalecendo esse patriarcado que está sendo fortalecido aqui dentro, no sentido não essencialista. Como eu falei, não vamos conceber nunca a figura da mulher como algo homogêneo, vamos olhar necessariamente atrás desse tripé, que tem quatro “pézinhos”. E, sobre a questão da ciência e da questão do que eu falei antes, que o falar sobre enfrentamento da violência contra a mulher, é um falar político, toda vez que disputamos essas pautas da importância de se falar sobre a violência contra a mulher e do patriarcado, na análise do comportamento, estamos fazendo uma ciência política porque, afinal de contas, não existe ciência neutra.

Essa ideia da ciência, como algo fechado, ortodoxo. Uma das coisas mais lindas da ciência é que ela sempre está receptiva a críticas, para estar constantemente se reconstruindo. Se a ciência fosse fechada a críticas, como falaram mais cedo, estaríamos falando de dogmas. O objetivo aqui não é que sejamos dogmáticos quando estamos fazendo ciência, o objetivo é que estejamos sempre abertos a reconhecer nossas limitações, inclusive, reconhecer que a suposta “neutralidade científica” já é uma postura de não neutralidade. Não existe neutralidade. Se dizer neutro já é um dizer político. Todas as vezes que falamos: vamos disputar as pautas políticas pelas abordagens da psicologia e, o meu nicho que acaba sendo mais a Análise de Comportamento, é para disputarmos que essas pautas políticas são parte de uma disputa maior de Análise do Comportamento ser uma ciência política. Estamos advogando para um fazer científico que seja um fazer científico-político. Então, novamente eu volto para o início da minha fala.

Eu fiquei pensando: uma mesa sobre trabalho e política, mas, que fala sobre violência contra a mulher é já, por si só, um falar político. Acho que a existência desse Germinário já é um ato político. Eu tinha planejado falar mais também da minha trajetória clínica, mas não vai dar tempo, que todas as vezes que aparece o sofrimento psíquico das mulheres no consultório, o sofrimento psíquico de homens que adoecem também com padrões de masculinidade ultraviolentos, estamos tendo, no material, na nossa clínica, o político. O sofrimento psíquico é político. Toda essa violência.

Por isso que falei: falar sobre política, é falar sobre a nossa existência, nossa presença já é uma presença política. Não estou dizendo isso para esvaziar o conceito de política não, mas é para não nos esquecermos da importância de disputarmos essa pauta no nosso fazer científico. A ciência não é neutra, a ciência não é apolítica, inclusive espero que todos

aqui entendamos que ciência, contrário ao dogma, está precisando constantemente ser revista e ter suas limitações apontadas. Nesse sentido, é um prazer ter dividido a mesa com essas companheiras. Muito feliz de saber que temos uma plateia com pessoas da comportamental. Eu acabei encurtando muita minha fala, porque eu perdi um pouco a noção do tempo. Mas queria agradecer muito.

Alessandra Almeida

Muito obrigada, Laís. Como temos agora um tempinho, podemos fechar em três intervenções da plateia? Não se preocupem, vocês terão possibilidade de desenvolver mais, se quiserem.

INTERVENÇÕES

1. “Bom dia. Queria, primeiro, agradecer as falas. Muito bom. Tenho aprendido muito. Eu fiquei bastante reflexiva sobre algo que a Valeska falou mais cedo, de pensarmos o vetor da violência, que são os homens. Muitas vezes, nas mesas, falamos muito das mulheres, e não falamos desse vetor, de quem pratica as violências. Eu queria saber o que vocês pensam sobre como, enquanto psicólogas, podemos também estar trabalhando com homens, no sentido de dirimir a prática de violência, nesse sentido. É isso.”
2. Primeiro, obrigada. É uma honra estar aqui, vendo vocês, podendo participar. Venho de Campos dos Goytacazes, estado do Rio de Janeiro. Não tão longe, estou aqui no Sudeste ainda. Mas, Laís, muito obrigada por você ter falado. Eu estava aqui mais cedo falando com a Ivani: as mulheres com deficiência ficam invisibilizadas nesse debate. Como foi potente ouvir você falar sobre isso, todas vocês, amei a fala de todas. Mas isso era uma inquietação. Eu sou do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro, lá estou coordenando o eixo de Gênero e Diversidade Sexual, e também estou na coordenação do Controle Social. Quando pensamos em política, eu penso muito nas políticas públicas e nesse espaço de Controle Social, um espaço de construção da política. Eu acho que, pensar principalmente nas mulheres com deficiência e nas dificuldades até chegarem nos espaços de denúncia. Muitas vezes,

é a pessoa que é a cuidadora que infringe violência a essa mulher. E, quando há possibilidade de ela fazer essa denúncia, as Delegacias da Mulher, seus espaços, não têm o mínimo de acessibilidade, seja rampa, sejam intérpretes, seja alguém que consiga fazer uma intervenção minimamente respeitosa, minimamente possível. Então, quanto precisamos avançar nesse cenário, principalmente pensando em políticas públicas anti-capacitistas. E como foi bom te ouvir falar um pouquinho sobre isso, eu acho que é um campo para a psicologia avançar léguas, porque estamos muito para trás nessa discussão. E também em colocar isso na prática, tanto na clínica quanto nas políticas públicas. Te agradeço por trazer essa pauta para cá, e que possamos falar muito mais sobre isso e construir as políticas públicas pensando numa prática anti-capacitista. Obrigada.

COMENTÁRIOS DAS PALESTRANTES

Laís Nicolodi

Eu pensei em começar respondendo essa última pergunta, porque está um pouco mais fresca na minha cabeça. Como você chama?

Conceição, eu que agradeço pela sua fala também. Porque é isso, quando vamos pensar na disputa do patriarcado vemos, na literatura, na sociologia, que sempre foi muito contemplado o eixo do racismo, o eixo do capitalismo que, com certeza, são viscerais. Mas, o quanto a pauta anti-capacitista sempre ficou muito à margem?

Eu comecei recentemente também a me debruçar mais sobre isso, quando comecei a estudar a ética do cuidado, justamente sobre a economia do cuidado, quanto desse trabalho do cuidar ficava voltado às mulheres, e quanto esse trabalho da ética do cuidado, vou parafrasear minha amiga Laureane: em todo momento da vida precisamos do cuidado, seja quando nascemos, quando somos um recém-nascido, ou quando estamos no final da vida, idoso. Quando foi que o patriarcado se apropriou de que, não depender de ninguém para ser cuidado, era bonito?

Quando foi que achamos que seria um demérito, uma falha, não nos enxergamos como uma rede, como uma aldeia que necessita de cuidados? As pessoas com deficiência militam muito para falar: necessitamos de cuidado para comer, a depender do nosso grau de deficiência, dependemos do cuidado para ir ao banheiro, fazer uma série de outras coisas. Quando foi que o homem branco, patriarcal, todos esses simbolismos do ex-presidente, colocou que seria bonito “eu não dependo de ninguém”, “eu não preciso de cuidado”, “eu sou autônomo”. O que é isso? É uma ideologia neoliberal que rejeita cuidado, e coloca cuidado como se fosse uma coisa depreciativa, pejorativa. Foi nessa entoada que eu comecei a estudar ética do cuidado, e falei: caramba, não se vê sobre mulheres com deficiência nos estudos sobre patriarcado. E não é para falar que não é fundamental ter estudos, um patriarcado disputado pela ótica do racismo, pela do capitalismo, indígena, não é isso, no sentido de colocar quantitativamente ou hierarquizar, mas é de também entendermos o quanto o feminismo e os estudos sobre patriarcado se beneficiariam se incorporarmos mais a pauta das mulheres com deficiência e as pautas anti-capacitistas. Por isso que eu trouxe esses dados, eles me chamaram muito atenção. Por isso que eu quis citá-los aqui também.

Gloria Maria Machado Pimentel

Vou responder um pouco para a colega, Ane. Por que falamos para as mulheres? É porque está tão naturalizada a violência, que as mulheres precisam saber que as situações constrangedoras, humilhantes e agressivas pelas quais passamos diariamente ao longo das nossas vidas são violências. Desse modo, começamos por aí a entender que dizer que você é que tem que cuidar da sua família, que seu irmão vai para a escola e você vai limpar a casa, é porque serviços domésticos são tidos como tarefas femininas. Então ele vai assistir televisão, ele vai estudar e as meninas vão ajudar a mãe a cuidar da casa. E é tão perverso que costumeiramente transforma-se esse cuidar da casa em brincadeira de menina.

Tal conduta na criação de meninas e meninos é uma violência de gênero que vivemos desde pequeninhas e perdura por toda vida. Sendo assim, é a única forma da mulher começar a entender que isso não é o correto, que não é o natural, de que existe um lugar para ela ser no mundo, com suas próprias expectativas, sonhos e anseios.

Porque, hoje, o lugar da mulher - e vou dizer hoje ainda porque nos tempos atuais passamos por uma exaltação de comportamentos misóginos, tentando enfraquecer o

movimento feminista, tratando as mulheres como lixo, numa lógica social onde o lugar da mulher é o lugar de não lugar, não tem espaço para ela. Ainda que a mulher ocupe alguma profissão valorizada socialmente surgem os questionamentos: “você é médica?”, “você é psicóloga?”. Ainda é o lugar do espanto.

Então, por isso que falamos para as mulheres. Porque, uma vez ela sabendo que existe um lugar dela na sociedade e que esse lugar é o lugar que ela quiser ocupar, da forma que ela quiser ocupar, ela poderá começar a responder à sociedade e ao patriarcado de um modo diferente da reprodução de valores sociais excludentes acerca da mulher.

Quando falamos de enfrentamento, às vezes dá a impressão que é para pegarmos uma faca e sair batendo em todo mundo, não é sobre isso. O simples fato de se posicionar: eu sou Glória, sou psicóloga, quero fazer tal coisa e vou fazer tal coisa, independente de alguém dizer que eu não deveria fazer, é o enfrentamento.

Foi considerando esse posicionamento que eu pensei em trazer aqui uma história de vida que apresenta alguns muitos dos marcadores sociais de violência contra as mulheres. Porque, a cada situação que passamos, não precisamos sucumbir. Sofremos muito. É difícil seguir a vida dessa forma. Temos as quedas. Tem um vale sombrio que... todo o caminho que você vai trilhar, tem um vale sombrio ao seu lado que, a qualquer momento, você pode cair lá, porque você está sendo empurrada, empurrada com muita força. Se ninguém disser que esse vale não é para você, mas que, sim, você pode estar em outro lugar, se ninguém disser, nós dificilmente vamos saber, pois é dito continuamente o contrário.

Então, precisamos dizer o tempo todo. E, ao dizer isso a você, mulher, automaticamente estamos dizendo aos homens. Não é prioridade, nem existe essa necessidade específica de criar um momento para dizer aos homens: “vocês foram violentados também, porque foram colocados em um lugar onde vocês têm que dominar, você não precisa ocupar esse espaço perverso de dominação das mulheres”. Não obstante, esse processo de conscientização dos homens também é feito, mas com muito menos força porque, para eles, para os homens aceitarem essa realidade vai ser muito mais difícil do que para nós mulheres compreender a realidade numa perspectiva na qual nós não somos lixo. Dizer a um homem: “você tem poder, mas você não deveria ter”, é muito mais complexo.

Então, trabalhamos onde está sendo mais vulnerável. Vamos com força fazer o enfrentamento onde a violência está mais presente do que do outro lado, mas também caminhamos no outro sentido de posicionar os homens no lugar de compreender a relação de poder que precisa ser desconstruída.

Darlane Silva Vieira Andrade

Só complementando as falas, queria dizer que outras categorias e marcadores sociais das desigualdades são importantes também para viabilizarmos a discussão sobre as violências contra as mulheres, e nesse sentido, a colaboração do conceito de interseccionalidade traz mais pano para a discussão, mostrando que além dessa estrutura patriarcal, o capitalismo, o racismo se interseccionam também com marcadores como o capacitismo. Trago também o etarismo, o quanto este nos violenta; a gordofobia, LGBTfobia, pensar as territorialidades e outros marcadores. São várias categorias que precisamos, tanto discutir teoricamente para avançarmos no debate, como pensar também na prática da psicologia.

É importante observar o quanto as violências ficam mais visíveis e perversas, se não adotamos esse olhar interseccional, e como os marcadores sociais das diferenças estão relacionados. E como cada um, a depender do contexto, permite com que algumas pessoas fiquem mais vulneráveis do que outras. Precisamos avançar, principalmente a Psicologia, para tirar essa noção de sujeito neutro, de neutralidade, de que eu estou ali, atendendo uma pessoa, um “sujeito universal”. Espera, quem é essa pessoa? Quais são os atravessamentos que ela tem? Desses atravessamentos, como eu posso pensar isso num contexto maior, na cultura brasileira, baiana, paulistana, enfim, pensar desde o bairro que ela está localizada, como é essa dinâmica de vivência naquele local? Isso para podermos, efetivamente, colaborar com mudanças e com a emancipação dessas pessoas.

E também brigar por políticas públicas específicas, mas também gerais. Tem um campo para nos debruçarmos, como psicólogas comprometidas com a mudança efetiva social. E também trazer os homens para o debate, porque eles têm os lugares de privilégios. Eles não vão reconhecer quando ouvem “você tem privilégio”, como Glória trouxe. Eles não vão falar “Beleza, eu tenho”. Como vamos poder desconstruir esses lugares? A Lei Maria da Penha já prevê ações com os homens autores de violência. Mas temos verba para poder fazer ações com as mulheres? Não... Em um contexto em que temos visto um desmonte

das políticas públicas o tempo todo, e já com pouca verba ou quase nenhuma para fazer ações voltadas para as mulheres, como incluir as ações para os homens?

Temos esperança de que as verbas voltem e as ações de combate às violências sejam garantidas. Mas nessa disputa, não há tantas ações direcionadas para os homens, que são importantes também se atuarmos nesse sentido de reeducação. Considero que é importante também incluirmos os homens nos debates. Mas, é isso, nesse campo de disputa, quando vem a verba, vamos salvar as mulheres, porque elas estão morrendo. Neste debate, tem outra discussão sobre as punições em relação a violência: quem são os homens presos que cometem violência? Continuam sendo os negros e pobres. Porque os homens brancos e ricos, que estão ali cometendo uma série de violências, o tempo todo, não vão ter o mesmo tipo de punição. Tem um debate interseccional, de raça e classe, também para fazermos, mas não podemos deixar de olhar porque, se falamos de gênero, falamos de relações entre homens e mulheres, relações de poder. E precisamos trazer também os homens para o debate. Acredito nisso também. Se não dialogarmos, desde a educação infantil, na forma com que esses homens são socializados, não avançaremos. Vamos continuar ensinando as mulheres a se protegerem neste contexto, mas precisamos ensinar aos homens a não baterem, a não violentarem.

INTERVENÇÕES DA PLATÉIA

3. No município que eu atuo hoje, o judiciário de lá implantou, e está acontecendo um projeto piloto. Os homens que violentaram mulheres estão frequentando CREAs, e começaram a fazer um grupo mesmo com esses homens, para falar sobre essas violências, sobre todo esse comportamento. Eu tive a experiência de um aluno que foi participar e, de início é aquilo, eles vão na perspectiva de que estou indo, mas estou indo obrigado. Mas, ao longo do processo, eles começaram a entender que isso acontece desde início, desde da infância, do quanto isso é construído, do quanto esse patriarcado, de fato, direciona todo o contexto social e o contexto de vivência dessas mulheres.

Estamos bem atrasadas. Gostaria de fazer um combinado com vocês de almoçarmos rapidinho e voltar. É possível? Para começarmos às quatorze horas. Queria só fazer uma observação. Eu estive no grupo que fez a resolução sobre violência de gênero. Entendo as críticas, inclusive. Mas, o que eu quero dizer para vocês? Quando estamos pensando em fazer uma resolução, não podemos pensar que aquela resolução é específica para aquele âmbito. A Psicologia não é só clínica. Quando falamos de violência de gênero, falamos de violência de gênero em todos os espaços de atuação da psicóloga, do psicólogo, do *psicologue*. É por isso que essa resolução precisou sim ter uma amplitude diferente, não desconsiderando, de forma alguma, o trabalho que foi feito na nota técnica, que são duas coisas diferentes. Considerando, inclusive, as situações de quebra de sigilo que estão previstas em nosso Código de Ética. Até às quatorze horas. Ansiosíssima para ver vocês de novo. Beijo. Obrigada.



MESA 3

SAÚDE





MARISA HELENA ALVES²⁹

Boa tarde a todos, todas e todes, àqueles que nos assistem pelos nossos canais de transmissão! Vamos dar prosseguimento ao nosso Germinário. Na parte da tarde, vamos discutir o tema saúde, com as nossas convidadas, Sofia Fávero, Daniela Pedroso e Vanina Miranda.

Eu sou Marisa Helena Alves, sou psicóloga, conselheira do Conselho Federal de Psicologia. Sou uma mulher branca, de cabelos que eram brancos até outro dia, mas agora não aguentei, já voltei a ser loira, porque eu não fico velha, eu fico loira. Estou usando tênis, um vestido verde e preto e um casquinho preto. É um prazer recebe-las aqui.

Na parte da manhã, que foi, por sinal, muito concorrida, tivemos um evento super importante. A realização deste Germinário era um desejo nosso de muito tempo. Eu costumava dizer que sou uma nova convertida ao tema do Feminismo, e a professora Marina, a professora Alessandra, tem me conduzido nesse percurso.

Desde já, agradeço as nossas convidadas. Vamos dar início com a fala da Daniela. Daniela Pedroso é psicóloga, mestra em saúde materno-infantil, atua há vinte e cinco anos no acompanhamento psicológico de crianças, adolescentes e mulheres adultas em situação de violência, do Hospital Pérola Byington e em consultório particular. Também trabalha na identificação e prevenção de casos, além de ministrar cursos e palestras sobre o tema, bem como a supervisão clínica de casos do Hospital. É membra do grupo de estudos sobre aborto GE e do Núcleo de Sexualidade e Gênero do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – CRP São Paulo. Daniela, é com você.

29 Possui graduação em Psicologia - Faculdades Integradas de Uberaba (1983) e mestrado em Psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco (2010). Especialização em Saúde Mental e Psicanálise e Educação pela UFMT. Atualmente está na Coordenação de Extensão, Diversidade e Inclusão - CEDI UNIFACC- Faculdade Católica de Mato Grosso, onde atua também como professora nos seguintes temas: psicologia; política pública; formação em psicologia. Está como conselheira Nacional de Saúde - CNS, representando o Conselho Federal de Psicologia - CFP.



DANIELA PEDROSO³⁰

Boa tarde a todas as pessoas presentes neste Germinário. Gostaria muito de agradecer a oportunidade de estar aqui, e, em especial, à Carolina que fez esse convite. Eu trabalho com violência sexual desde a minha formação e estou na área há quase vinte e seis anos, no Hospital Pérola Byington, sendo que também atendo esses casos no consultório. Fiz meu mestrado em saúde materno-infantil, e, por conta disso, acabei estudando mais a questão do abortamento previsto em lei, área que eu já trabalhava no Pérola. A minha fala não é uma fala fácil, porque a proposta da Carolina foi: “Dani, fale sobre aborto, e não sobre maternidade”. Eu falei para ela: “Carol, não é bem por aí, porque o aborto não tem nada a ver com o desejo de não maternidade”.

Vou começar pensando dentro dessa provocação da Carol, sobre as gestações indesejadas. Acho que a gente tem que passar do macro para o micro e pensar sobre o que estamos falando, quando se trata de abortamento.

O termo correto é abortamento: porque aborto é o fruto do abortamento. Aborto é o conceito, aborto é o que sai, portanto, o termo correto é abortamento. Fico muito feliz em conhecer muitas e muitos estudantes querendo compreender o tema. A reprodução e o exercício da sexualidade têm que ser sempre “atos desejados e planejados”. Esse é um ponto de partida que é importante para nós, nesta tarde.

30 Possui graduação em Psicologia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (1996) e mestrado em Saúde Materno Infantil pela Universidade de Santo Amaro (2010). Atualmente é psicóloga do Núcleo de Violência Sexual e Aborto Previsto em Lei do Centro de Referência da Saúde da Mulher - Hospital Pérola Byington, membro dos Grupo de Estudos sobre Aborto (GEA), da Comissão ad-hoc para elaboração do documento “Referências Técnicas sobre atuação de psicólogas(os) em Políticas Públicas de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos” do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e do GT Mulheres do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP/SP). Tem experiência na área de Psicologia e atua principalmente nos seguintes temas: violência sexual e aborto, não apenas em atendimento psicológico, mas inclusive com supervisão de casos clínicos, palestras e cursos de formação. Também desenvolve seu trabalho em consultório particular, realizando psicoterapia de crianças, adolescentes, adultos e casais, além de psicodiagnóstico e orientação vocacional através de testes psicológicos.

Quando ocorrem essas gestações indesejadas? Elas acontecem em um momento pouco favorável, inoportuno ou acontecem até para uma pessoa que não quer a maternidade, que não deseja aquela futura criança naquele momento. Realizei um levantamento recente em que constatei já ter atendido cerca de 12.000 casos de violência sexual, estamos falando de cerca de quatro mil meninas, mulheres e pessoas com capacidade de gestar, que interromperam uma gravidez decorrente do estupro. Não estamos falando sobre uma mulher que não quer ser mãe de nenhuma maneira. Estamos falando de uma mulher que não quer aquela gestação decorrente de uma violência sexual.

Em minha fala vou generalizar falando “mulheres”, mas hoje o termo adequado é dizermos meninas, mulheres e pessoas com capacidade de gestar, porque a gente precisa incluir, também, a questão dos homens trans dentro desse debate. Acredito que a Psicologia tem um papel muito importante de chamar atenção de vocês para isso. Então, considerando que a gente vive em uma época em que há meios para regular a fertilidade, por que essas meninas, mulheres e pessoas com capacidade de gestar, ainda enfrentam o problema da gestação indesejada?

Tentei elencar alguns pontos mais importantes. Hoje a gente vive uma realidade na qual as pessoas e, não estamos falando mais de casais, nem de famílias, mas das pessoas com capacidade de gestar, principalmente as mulheres adultas, desejam um número menor de filhos. O outro fato é que nem todas as pessoas podem controlar sua própria fertilidade, ou seja, não é todo mundo que tem acesso a isso. Muitas pessoas me perguntam porque a paciente não tomou a pílula do dia seguinte. Normalmente, dentro da avaliação que eu faço no hospital, é muito interessante quando você pergunta para ela: “Você tomou a pílula do dia seguinte?” A resposta ou é “Não, porque eu não sabia”, ou “Não, porque eu não tinha dinheiro”. É disso que estamos falando, essa é a realidade do Brasil, uma mulher não pode ir até uma farmácia e gastar vinte reais com a pílula do dia seguinte.

Então, não dá para generalizar e imaginar que todas elas têm a possibilidade de controlar a sua fertilidade. É preciso lembrar, também, que existem relações sexuais que não são voluntárias e nem desejadas, cuja maior expressão é a violência sexual, e estamos falando não só da violência sexual que acontece na rua, daquela mulher estuprada por um desconhecido, mas aquela que acontece dentro de casa, pelo companheiro, pelo ex-companheiro, pelo padrasto.

Estamos falando da pressão social que alguns grupos, principalmente as adolescentes, enfrentam para começar a sua vida sexual, momento em que não estão preparadas e não se preveniram para isso. Nesse momento também acontece uma gestação indesejada. Temos que lembrar que nenhum método anticoncepcional é 100% seguro, que existem falhas. Quais são as consequências dessa gestação indesejada para cada menina, para cada mulher, para cada pessoa com capacidade de gestar? Temos que pensar sobre como essas meninas e mulheres vão enxergar esse abortamento. Sempre faço uma analogia; abortar não é tirar uma unha encravada, é uma decisão muito responsável, é uma decisão onde essa menina, essa mulher, essa pessoa com capacidade de gestar é responsável.

Para finalizar, apresento a fala de algumas pacientes que eu já acompanhei. Esse desejo pela interrupção da gestação, muitas vezes, nos casos de estupro, é mais pautado no outro do que nela. A questão não é porque elas não querem ser mães. Não! Elas sabem que uma metade é delas, mas elas também sabem que a outra metade é filha/o de um estuprador, é fruto de uma violência. O que traz essas meninas e mulheres para esses atendimentos é o que eu chamo de tripé: medo, vergonha e culpa.

Em diversos atendimentos, as pacientes relatam que aceitaram uma bebida de um desconhecido em um bar, aceitaram uma carona, foram vítimas do chamado golpe “Boa noite Cinderela” e foram estupradas, e desde então carregam uma culpa muito grande. Eu costumo trabalhar com elas uma coisa muito simples: “De quem é a culpa pelo estupro? É do estuprador”. A culpa não é da paciente; é preciso responsabilizar o agressor sexual pelo ato.

Como meninas, mulheres e pessoas com capacidade de gestar enxergam o abortamento? Elas não enxergam como forma de contracepção, ninguém vai manter uma relação sexual desprotegida pensando: “Se der errado e eu engravidar, posso abortar”. Não! Estamos falando de um crime previsto no Código Penal Brasileiro, não é tão simples. Por que as pessoas abortam? Em razão de uma gravidez indesejada, ou porque aconteceu em um momento errado, e somente as pessoas que passam por isso, realmente, são aquelas que sabem o real motivo. Temos que lembrar de alguns pontos: o momento diagnóstico frente a uma gestação indesejada, de qualquer ordem das que citei, é um evento estressante.

Ainda temos, no SUS, uma situação que é muito complicada. Quando a mulher recebe esse diagnóstico, normalmente o médico que está do outro lado da mesa não perguntou

ela como aquela gestação aconteceu. Na verdade, ele dá os parabéns e a encaminha para o pré-natal. Então, vocês imaginam o estresse que é isso. Estamos falando de um momento de crise, ou seja, essas meninas e mulheres estão passando por uma situação complicada, que vai evocar uma ampla gama de reações emocionais e a gravidez decorrente de uma violência sexual é vista por essas meninas e mulheres como uma segunda violência. A literatura internacional também aponta para esses dados.

As respostas emocionais ao abortamento, realizado de maneira segura, são altamente positivas. Não existem problemas emocionais relacionados ao abortamento. Isso é corroborado pelos estudos internacionais ao longo de 35 anos. A sensação mais comum das mulheres após o abortamento previsto em lei é uma reação de alívio. Quando elas são atendidas na sequência, na enfermaria, nos pós abortamento, e são indagadas sobre o que sentiram, elas respondem que estão se sentindo aliviadas.

O abortamento, quando realizado de maneira segura, não afeta desfavoravelmente a maioria das meninas e mulheres, e será assimilado no período de seis meses a um ano após o procedimento. Essas meninas e mulheres não apresentam remorso e elas expressam desejo futuro por uma outra criança, uma futura criança. Trabalhamos com elas a questão da futura criança porque é uma vida em potencial, ainda não é uma vida, é disso que estamos falando.

Não existem efeitos psicológicos adversos em relação ao abortamento seguro, essas mulheres não referem arrependimento e as adolescentes que não conseguem realizar o procedimento são as que vão abandonar os estudos, diferentemente daquelas que conseguem interromper a gestação.

O abortamento negado, o fruto dessa gestação indesejada, fará com que as meninas e as mulheres tenham problemas psicológicos no futuro, se elas não conseguirem realizar a interrupção da gestação.

O Conselho Federal de Psicologia, desde o ano de 2016, se posiciona conforme os Tratados Internacionais assinados pelo Estado Brasileiro, nos quais o governo se compromete a garantir o acesso das mulheres brasileiras aos direitos reprodutivos e aos direitos sexuais, referendando a autonomia destas frente aos seus corpos.

O Conselho Federal de Psicologia acredita que a decisão de ter filhos compete a quem vai gestá-los e criá-los, e não ao Estado. O Conselho Federal de Psicologia considera que não há como assegurar a promoção dos direitos sexuais e direitos reprodutivos sem o acesso ao aborto legal e seguro. É dever do Estado garantir às mulheres que decidam pelo aborto a melhor assistência para que elas possam levar adiante sua decisão, independente se a gravidez for decorrente de violência sexual ou houver risco de morte para a mulher.

Sobre o abortamento no Brasil, o Decreto-Lei 2848, artigo 128 do Código Penal brasileiro diz que, não se pune o aborto praticado por médico: I- Se não há outro meio de salvar a vida da gestante; II – se a gravidez é precedida de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal. E em casos de anencefalia, que foram autorizados após votação, em 12/04/2012, no Supremo Tribunal Federal.

Acredito que ainda estamos um pouco atrasados em relação ao tema. Entendo que precisamos fazer valer todos esses direitos que foram mencionados, que todos os serviços, todos os estados, municípios da federação possam fazer o abortamento seguro. Só após conquistada essa etapa, poderemos falar mais sobre a descriminalização do aborto no Brasil.

A barreira mais comum ao abortamento previsto em lei é o desconhecimento da população. Só 10% das mulheres buscam ajuda imediata. Só 10% tomam a pílula do dia seguinte. Então, dentro dos 4.000 casos de mulheres grávidas que atendi até hoje, muitas disseram que não compareceram antes porque não sabiam do seu direito garantido pela legislação brasileira, acharam que fossem esquecer, se calaram, se trancaram dentro do quarto, não contaram para ninguém e foram até o meu encontro somente porque descobriram que estavam grávidas. Falamos de um desconhecimento da população de um direito que está na lei, há mais de oitenta anos.

Há também uma dificuldade de acesso muito grande. Não temos serviços de violência sexual, embora tenhamos uma Lei, de agosto de 2013, que obriga todos os hospitais do SUS a fornecerem atendimento à violência sexual, inclusive o abortamento previsto em Lei. E não temos, ainda, profissionais de saúde preparados e preparadas. Por isso que eu acho importantíssimo vocês estarem aqui hoje. É um direito que é muito simples: basta acessar um hospital e manifestar o seu desejo em interromper essa gestação.

Eu apresento, no primeiro e no segundo slide, a justificativa dessas meninas e mulheres para realizarem o abortamento. Em um levantamento para o Ministério da Saúde, de meninas e mulheres que realizaram o procedimento entre um ano e dez anos depois, perguntei como elas estavam nesse período e porque elas interromperam a gestação. As respostas foram:

“Porque eu tinha dezesseis anos ainda”;

“Eu ia ter um filho de um desconhecido, um dia ele ia perguntar quem era o pai”;

“Se eu tivesse o filho, iria perpetuar aquela lembrança para sempre”;

“Eu não podia ter aquele filho daquele jeito, porque era parte de mim, mas era fruto de uma violência”;

“Não tinha condições de ter um filho que não foi feito com amor, porque não ia conseguir ver aquela criança como uma coisa boa, sempre ia lembrar”.

“Pela forma como aconteceu, porque se fosse de um namoradinho, eu não ia optar pelo aborto, dava para cuidar”;

“Como foi uma coisa que eu não planejei”;

“Porque eu não ia ter um filho marcado, filho de um desconhecido”;

“Eu fiquei com medo de levar essa gravidez para frente, eu fiquei com muito medo de rejeitar. Será que eu ia amar como amo minha filha”;

“Não tinha condições de ter um filho que não foi feito com amor”.

No slide seguinte, destaco as respostas de mulheres que ainda iam realizar o procedimento.

“Eu não acho que um filho tem que ser gerado dessa forma”;

“Só do fato de ter essa criança dentro de mim, já me gera uma revolta”;

“Eu não acho justo para mulher nenhuma isso”;

“Como vou colocar um filho no mundo que eu não sei de quem é”;

“É como se você estivesse com a memória daquilo o tempo todo”;

“Porque não quero ter isso como lembrança”;

“É como se fosse uma parte dele, uma parte daquilo”.

Quando eu trago essas frases, a minha ideia não é chocar vocês, a minha ideia é causar a empatia que precisamos. Imagino que quem está aqui não reproduz falas como essa. Mas é comum ouvirmos as pessoas dizerem: “Transou e agora quer abortar?”.

Para terminar, gostaria de dividir um caso com vocês, que eu sempre vou me lembrar. A paciente chegou para mim e falou: “Você é a Daniela Pedroso?” Eu falei: “Sou”. “Mas você é Daniela Pedroso mesmo?” Eu falei: “Sou”. No cartão de consultas dela estava escrito apenas Daniela. Ela falou: “Estou aqui por sua causa”. Eu estava no parapeito, eu ia pular porque não sabia o que fazer. Eu resolvi pegar o celular e ver se eu encontrava alguma solução”. Eu tinha dado uma entrevista recente, no Globo, que era um vídeo muito bonito, em que eles fizeram uma edição fantástica, que eu ia contando como era o caminho da mulher que buscava ajuda. Ela falou: “Estou aqui por sua causa, porque eu ia morrer e aquilo tudo que você falou que ia acontecer aqui dentro é o que está acontecendo”. Recentemente estava num evento e uma pessoa me perguntou: “Como você consegue ter atendido 12.000 e fazer isso todo o dia?” Eu contei, me emocionei na hora que eu contei, foi quando caiu a ficha. Quando eu tinha 12 anos de idade, eu queria ser psicóloga para ajudar pessoas. Eu dizia: se eu ajudar uma pessoa, eu vou ter ajudado a mudar o mundo. Na hora que ela me fez essa pergunta, eu falei: “Gente, eu ajudei 12.000 pessoas, eu pude ajudar a salvar todas essas vidas de meninas, mulheres e pessoas com capacidades de gestar, que já chegam no serviço grávidas”. É por isso que eu queria agradecer muito o interesse de vocês que estão aqui, porque são vocês que vão dar continuidade ao meu trabalho. Obrigada!

Marisa Helena Alves

Como eu disse, no meu processo de interesse por essa temática e construção feminista, foi muito bom te ouvir. Porque, como me formei em mil novecentos e oitenta e três, eu sou mais velha do que a Psicologia regulamentada no Brasil, com muito orgulho. Eu não tive nada disso. E o que aprendemos sobre isso vem das religiões, sempre essa culpabilização da mulher, que ela vai sofrer, que ela vai ficar a vida inteira com essa culpa. E você traz os dados da pesquisa, os dados da ciência. Isso é muito importante para nós, que já estamos no fim da carreira e, principalmente, para quem está começando e vai dar continuidade. Muito obrigada, Dani.

Vamos ouvir agora a Vanina Miranda da Cruz, graduada em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia, em dois mil e cinco, mestre em estudos de gênero, mulheres e feminismo, especialista em educação e direitos humanos, pela Universidade Federal da Bahia, pós-graduada e MBA em gestão de pessoas, pela Universidade do Paraná. Vanina, é um prazer recebê-la aqui. Por favor, faça sua autodescrição e nos contagie com aquilo que você trouxe para esse seminário.



VANINA MIRANDA DA CRUZ³¹

Boa tarde, a todas e todes. Eu sou Vanina Cruz, uma mulher parda, tenho cabelos escorridos médios, no ombro, em tom castanho claro. Estou vestindo uma roupa bem colorida — verde, amarela e laranja. Quero, inicialmente, parabenizar e agradecer a presença de vocês e salientar que é de uma importância muito grande termos esse auditório cheio, desde o início da manhã, o que torna o evento muito lindo. Ademais, as temáticas aqui debatidas são historicamente raras para nós, desde nosso processo de formação até mesmo quando vamos nos deparar com a realidade do nosso trabalho, onde muitas vezes não nos sentimos preparadas para atuar a partir de uma perspectiva de gênero e ficamos até mesmo sem saber por onde começar.

Hoje eu fui convidada para pensar a saúde a partir do debate sobre as violências psicológicas e sexuais. Quero pontuar que amanhã vou estar numa mesa na qual vou me debruçar mais profundamente sobre a violência psicológica, que vem sendo meu objeto de estudo, desde dois mil e dezoito, de um modo mais formalizado, a partir da primeira especialização e, depois, do mestrado. Então, hoje vou trazer um pouco mais de destaque à violência sexual.

31 Graduada em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia (2005). Mestre em Estudos de Gênero, Mulheres e Feminismos (PPGNEIM/UFBA 2021). Especialista em Educação em Direitos Humanos através da Universidade Federal da Bahia (2018), Pós Graduada em MBA em Gestão de Pessoas pela Universidade do Paraná (2014). Atua como docente e psicóloga clínica. Psicóloga Conselheira (2019-2022). Vice-presidente da Comissão de Ética do CRP-03. Coordenadora da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia da Bahia (2021 -2022) Coordenadora do Grupo de Trabalho Relações de Gênero e Psicologia (2017-. 2019). Coordenadora da Comissão de Mulheres e Relações de Gênero (2019/2020) - CRP 03. Atuou como coordenadora de Programas de Aprendizagem Nacional de 2009 a 2015. Psicóloga da Defensoria Pública do Estado, especializada em Direitos Humanos desde 2015. Recebeu Nota Elogiosa da Defensoria Pública do Estado da Bahia pela atuação emergencial em desastres (2018). Docente com experiência em componentes curriculares presenciais e semipresenciais, tais como: Psicologia Jurídica; Psicologia e Políticas Públicas; Psicologia Social e comunitária; Psicologia do Desenvolvimento; Psicologia Escolar e Educacional; Estágio Supervisionado em Psicologia da Educação; Ética, Direitos Humanos e o compromisso social da Psicologia; Psicologia de Grupos; Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso; Psicologia Jurídica; Instrumentos Normativos da Psicologia; Estudos de Gênero, Raça e Sexualidade na Psicologia. Atuou como docente no Curso de Direito na Faculdade Dom Pedro I no componente curricular Direitos Humanos e Cidadania. Docente atualmente no curso de Psicologia na Anhanguera. Faz parte do corpo docente da FBE/Ba. Experiência com produção de conteúdo digital para Curso de Psicologia - FTC. Pesquisadora, Escritora, palestrante. Obteve prêmios como escritora de Literatura Infanto-Juvenil pela Secretaria de Educação da Bahia.

Início saudando a mesa, essas mulheres maravilhosas, o Conselho Federal de Psicologia assim como os Conselhos Regionais, que estão abrilhando a psicologia com a temática de gênero, que nos é tão importante. Falar de violências psicológicas e sexuais é falarmos de duas modalidades de violências que tem, como toda modalidade de violência, características peculiares.

A violência psicológica e sexual possui algumas especificidades que as tornam mais delicadas no nosso contexto social, principalmente quando falamos de fatores como identificação e reconhecimento dessas violências, seja no campo afetivo, seja familiar, na interação com pessoas que nos são próximas, com as quais convivemos nos relacionamentos e até mesmo quando falamos das meninas que, infelizmente, também são atingidas.

Dito isto, os estudos de gênero devem ter a preocupação de incluir o termo “meninas” quando falamos de violência contra mulheres, porque é visível que nós começamos a ser violentadas desde crianças, nós não passamos a ser violentadas quando nos tornamos mulheres. O processo de violência de gênero se inicia na infância, seja de alguma forma, muitas vezes, sutil, que é a principal característica da violência psicológica na sua expressão mais branda, como costumamos falar.

Essas violências, embora permeadas por sutilezas, também podem gerar danos e se configurar de formas muito perversas. Quando falamos de violências sexuais e psicológicas, estamos falando sobretudo de violências sutis, que nos atinge de forma desigual. Sabemos que existem relatos de violência sexual praticadas contra meninos, inclusive é um tabu muito grande falar sobre essa violência, sendo preciso criar estratégias para o enfrentamento. Entretanto, os dados reportam que é uma violência desproporcional sendo bem mais incidente em meninas e mulheres.

Essas violências estão tipificadas na Lei Maria da Penha e quando falamos da violência sexual, estamos falando também da violência dos direitos sexuais reprodutivos. Não tratamos apenas do que é comumente caracterizado como estupro, que seria o ponto máximo da violência, sendo importante enfatizar que existem outras formas de manifestações que tem cunho sexual. Citamos a Lei 13.772/2018 que vai reconhecer a violação da intimidade da mulher, configurando como violência doméstica e familiar, criminalizando o registro não autorizado de conteúdo com cena de nudez, ato sexual ou libidinoso, de caráter íntimo e privado.

Durante a pandemia, pude constatar um caos no que diz respeito às violências de gênero por meio de números alarmantes, que eram percebidos nos atendimentos realizados com mulheres. Foram diversos os relatos dessa modalidade de violência, que consistiram na divulgação de vídeos íntimos, de fotos íntimas e imagens ou, então, a ameaça de utilizar essas imagens como forma de chantagear as mulheres. Desse modo, tal legislação se torna extremamente importante porque acaba sendo mais um mecanismo para tentarmos coibir as manifestações de violências.

Outra percepção durante a pandemia foi a existência de uma “criatividade masculina” quando estamos falando das violências de gênero. Considerando que essas violências são reconhecidas hoje como modalidades por meio das tipificações, ainda assim elas ocorrem de formas variadas. O conceito de cada uma delas é importante para nos dar um norte, para compreendê-las, caracterizá-las, identificá-las, sabendo que a violência vai se moldando, de acordo com o momento histórico, o contexto e a situação que a mulher se encontra. Na pandemia, pude presenciar tudo isso: novas formas de manifestações de violências. Posso dizer que infelizmente, quanto menos esperamos, mais modalidades de violações aos direitos das mulheres e das meninas surgem.

Quando falamos de legislação é importante destacar que, na Psicologia, de certa forma, temos aprendido a importância de andar lado a lado, de uma forma interdisciplinar, com outras áreas. Assim, o Direito, a partir das legislações, se tornou extremamente importante para a nossa atuação, para nortear nossas ações. Devemos, então, entender e lutarmos por essas legislações e pelo reconhecimento, pela visibilidade das leis que visam proteger e coibir qualquer tipo de violência contra nós, mulheres.

A Valeska Zanello estava conosco aqui no Germinário falando, quem a acompanha deve estar a par das várias publicações que ela faz no Instagram. Ela trouxe uma postagem recente, falando sobre o sono, o ronco masculino e para falar de uma forma mais resumida, ela mencionava a relação de gênero entre o fato da mulher que suporta o ronco masculino. Ela mencionou essa experiência de ter que dormir por anos com a pessoa roncando e a pessoa se recusar a ir dormir em outro lugar e que dificilmente o homem vai se colocar nesse lugar de suportar uma mulher roncando, ou seja, parece que estamos sempre em pé de certa desigualdade. Ela trouxe também a situação que é um comportamento masculino de manter uma tentativa sexual com a mulher, enquanto a mulher

ainda está sonolenta, dormindo. Eu queria trazer um ponto sobre essa colocação de Valeska, que me fez relembrar um atendimento que eu fiz.

Para contextualizar, destaco que atuo na Defensoria Pública do Estado da Bahia, enquanto psicóloga, no Núcleo de Direitos Humanos. Quando ingressei, em dois mil e quinze, eu percebi que a maior demanda do Núcleo de Direitos Humanos é de mulheres em situação de violência, o que até hoje é o carro chefe da minha atuação. Por isso, meu interesse em estudo, em aprofundamento, em fazer especialização, mestrado, para poder aperfeiçoar a prática no cuidado com essas mulheres.

Antes de falar sobre o atendimento, gostaria de apresentar a vocês a letra de uma música que eu ouvi em Salvador, na Bahia, meu lugar de moradia e trabalho. Eu já a escutei em forma de pagode, no entanto, quando fui fazer a busca na internet, eu a encontrei em forma de funk. Diz o seguinte:

“Se dormir, se dormir, se dormir, vai tomar dormindo, vai tomar dormindo, vai tomar dormindo. Em menos de dez segundos, você já acorda rindo, toma, toma, toma. Na madrugada, ela prometeu que ia acabar comigo, sentando. Agora vem com um papo que está aqui cheia de sono, rouba a cena, está cantando. Então, escuta isso aqui, se dormir, se dormir, vai tomar dormindo. Em segundos você já acorda rindo”.

Esse é um caso típico de situação em que a mulher está ali, dormindo, e o parceiro ou companheiro provoca um estupro. E isso é cantado, dançado, normalizado, banalizado e é algo que acontece como se fosse uma diversão. Eu vou trazer esse relato para vocês como contraponto: atendi uma mulher que, na época, tinha trinta e oito anos, duas filhas, uma de quinze e, a outra, nove anos de idade. Ela tinha um companheiro e essas filhas não eram desse relacionamento. Eles não estavam muito bem, mas ela não tinha recursos para identificar e achava que eram coisas temporárias, de um relacionamento que passava por uma espécie de crise. Só que ela percebeu que uma característica do comportamento dele é que, por mais que tivessem algum tipo de discussão, ele sempre cuidava de fazer o café para ela. Todas as noites ele tinha esse cuidado, estivesse chateado, ou não, ele fazia o café para ela. Essa mulher não estava querendo engravidar, ela já tinha duas filhas e, em virtude desses conflitos, ela estava muito cautelosa com a questão da

gestação. Então, sempre que eles tinham uma relação, ela só cedia mediante a utilização do preservativo. Porém, ocorreu que mesmo prevenindo ela ficou grávida e começou a ficar muito encucada: “como assim, eu engravidei?” Por fim, ela foi ligando as pecinhas do quebra-cabeça e descobriu o seguinte: na verdade, aquele café que ela tomava todas as noites, continha uma medicação que fazia com que ela dormisse. Quando ela dormia, ele abusava sexualmente dela. Ela começou a se dar conta que tinha muitos pesadelos em que estava sendo violentada e relata que percebeu que em algumas vezes acordava com sangramento, sem entender o motivo, que não seria a regra menstrual.

Tão grave foi o fato de que, nesse processo ela foi se aproximando da filha de quinze anos, que já estava com alguns conflitos, inclusive se automutilando, e descobriu que a filha era abusada também, sendo esses um dos motivos pelo qual ele colocava a medicação para ela, para poder abusar da filha dela, sem que ela pudesse intervir e já tinha cinco anos que a filha vinha sendo abusada. A menina estava desesperada porque a irmã menor estava para completar dez anos, que foi exatamente o período em que ela começou a sofrer o abuso. Diante disso, me choca muito a letra dessa música, quando vemos o quanto é cruel a realidade de muitas mulheres e meninas e de estarmos diante de todo esse desfecho.

Existe uma questão muito importante para nós, da Psicologia, que é com relação à sensibilização a esses atendimentos. Muitas vezes, escutamos muitos questionamentos tais como: *Mas ela não percebeu? Como assim? Não ouviu a filha?*

A mulher é, o tempo inteiro, culpabilizada, cobrada, responsabilizada por essas mazelas. Precisamos entender, sobretudo, que a violência de gênero tem um poder muito forte de paralisação. Qualquer pessoa que tenha sofrido algum tipo de violência já sentiu ou teve essa reação corpórea, de paralisia, do corpo paralisar, de não conseguir falar sobre aquilo, de estar num processo de digestão do ocorrido, além dos sentimentos ambivalentes que vivenciamos, que é uma mistura de vergonha com medo, culpa e tantos outros entraves que podem dificultar o reconhecimento e o encorajamento à busca de apoio.

Temos um desafio muito grande com relação à violência sexual. Trago o foco aqui, porque tivemos um aumento muito grande dessa modalidade de violência no período da pandemia. O distanciamento social e o isolamento favoreceram um índice muito alto de violência praticado contra mulheres e meninas.

Eu também lidei com casos de mulheres que foram estupradas por motoristas de aplicativo, no momento da pandemia, porque as ruas estavam desertas. Assim, percebemos o quanto a pandemia nos atinge de uma forma muito desigual. Em dois mil e vinte e um, tivemos um aumento desses números de violência e agora, que estamos retomando, precisamos pensar de fato em Políticas Públicas porque existiam dados que estavam em processo de diminuição, mas infelizmente aumentaram na pandemia e, agora, precisamos retomar e ter uma atenção especial com isso.

Para finalizar, espero que possamos lançar um olhar na nossa atuação profissional a partir da compreensão dessas questões sociais uma vez que irão aparecer para nós, independente da área de atuação que estejamos. Eu realizo o acolhimento, a escuta sensível que muitas vezes me permite identificar a violência e percebo que em muitas situações a mulher já passou por alguns locais e não falou sobre o vivido, não se sentiu confortável ou acolhida o suficiente.

Precisamos trabalhar muito fortemente sobre esse olhar sensível e os encaminhamentos para a rede protetiva, de uma forma adequada e responsável. Temos que fazer o mapeamento dos espaços adequados para que a mulher possa ser encaminhada. Precisamos pensar na criação de um vínculo e não no afastamento pautado no medo e insegurança.

É, portanto, fundamental ter toda essa delicadeza e cuidado. Aqui foi dito, pela Daniela Pedroso, a questão da empatia que precisamos ter e da importância do acolhimento, e não só olhar para esses casos, esses relatos, e simplesmente nos horrorizar. Lógico que vamos nos indignar com essas situações que, infelizmente, nós mulheres vivenciamos, mas que possamos ter esse grande desafio de desenvolver o potencial de acolhimento a essas mulheres, essas meninas que podem ser, inclusive e infelizmente, uma de nós. Muito obrigada.

Marisa Helena Alves

Obrigada, Vanina, pelas suas reflexões e contribuições. Vamos ouvir a Sofia Fávero Ricardo, psicóloga e pesquisadora, doutoranda em psicologia social, institucional, pela URGs – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, integrante da Associação e Movimento Sergipano de Transexuais e Travestis. Sofia, muito obrigada pela sua presença. É com você.



SOFIA FAVERO RICARDO³²

REDE, RECLAMAÇÃO E REPARO: O TRABALHO PSÍQUICO CONTRA A VIOLÊNCIA TRANSFÓBICA

Galera, bom dia, boa tarde, boa noite, não sei mais. São Paulo tem um pouco desse efeito em mim. Gostaria de dizer que é uma honra muito grande estar aqui hoje. Vou fazer minha descrição visual. Estou vestida meio *Patati Patata (colorida)*.³³ Eu sou uma pessoa alta, tenho um metro e oitenta e seis, sou uma pessoa trans, uso óculos grandes e estou com brinco de argola. E também sou uma mulher branca. Vou começar a minha fala reforçando o prazer imenso que é estar aqui hoje.

Gostei muito de te ouvir, Daniella. Em vários momentos da sua fala, me surpreendi. Acho que, quando nos conectamos muito com o ambiente biomédico perdemos algumas coisas e acredito que você manteve outras. Gostei muito das discussões que trouxe. Gostei muito de estar junto com a Vanina, com a Marisa. Agradeço ao Conselho por ter descoberto o meu trabalho, de alguma forma vocês tem me chamado para várias coisas e estou adorando. Acho que esse é um pouco do efeito *Céu Cavalcanti* no Conselho (plateia aplaude). Isso! Uma vida longa à Céu Cavalcanti e às pessoas trans na Psicologia!

Quero dizer para vocês que é curioso. Não sei se vocês perceberam que embora a “fala” de hoje tivesse como tema “saúde”, falamos muito de violência. E eu acho que saúde e

32 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde também adquiriu título de mestra (PPGPSI). Graduada em psicologia pela Associação de Ensino e Cultura Faculdade Pio Décimo (SE). Integrante da Comissão Científica (CCAT) do Ambulatório de Cuidado Integral à Saúde da Pessoa Trans (UFS). Participa da Associação e Movimento Sergipano de Transexuais e Travestis (AMOSERTRANS). Faz parte do Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero (NUPSEX) e representa o Conselho Regional de Psicologia (RS) no Comitê Técnico de Saúde LGBT do Rio Grande do Sul. Suas pesquisas são voltadas para temas como gênero, sexualidade, ativismo, epistemologia, infância, diagnóstico e patologização. Contato: sofia.favero@hotmail.com.

33 Palhaços populares na televisão brasileira, conhecidos por suas roupas coloridas e com estampas.

violência são um pouco duas faces de uma mesma moeda. Tanto é que estamos aqui, tentando dar consistência, criar um contexto para essas cenas que nos invadem e tem um caráter meio pegajoso. Acho que a violência tem isso, tem algo de muito pegajoso na violência, que faz com que seja difícil para mim o exercício de estar aqui hoje. Tenho conversado muito sobre isso com a minha psicóloga. Minha psicóloga foi minha professora na graduação. Aline, se você estiver por aí, um beijo.

Tenho conversado muito porque participar de eventos assim é, de certo modo, abrir a caixa da violência e abrir a caixa da violência na frente de muitas pessoas que, talvez, há dez anos, quando eu estava entrando na Psicologia, não olhassem para mim como estão olhando hoje. Pois então, eu vim contar uma história para vocês, vim contar a minha história dentro da psicologia.

Me formei em Aracaju, entrei na psicologia em dois mil e treze. No começo do curso, professores não lidavam muito bem com o fato de que eu não havia trocado meu nome ainda, meu nome não era Sofia, na chamada, mas eu me apresentava como Sofia e pedia que eles me chamassem de Sofia. Consigo lembrar de cenas dessa pessoa, dessa jovem eu, correndo atrás dos professores no corredor, falando: *eu preciso, é necessário, por favor, é Sofia*. E um, dois, três professores, me dizerem: eu não posso rasurar o documento, eu não posso lembrar disso, imaginem se todos os alunos pedissem isso, o que eu ia fazer? E de, muitas vezes, ao longo da graduação, ter me pegado diante dessa experiência, que é uma experiência intraduzível, impronunciável, intransigente, que é a experiência do trauma.

Eu acho que, quando estamos falando de violência, de heteronormatividade, cisnormatividade, branquitude, estamos falando de experiências traumáticas na vida das pessoas, que têm esse conteúdo pegajoso; até me sinto meio grudenta aqui hoje, falando com vocês, porque estou abrindo a caixa da violência. Eu vim trazendo uma série de vinhetas para poder pensar com vocês. É um pouco curioso pensar a violência e tentar produzir uma fala coerente sobre a violência, porque tudo que há na violência é confusão e bagunça, pois a violência nos confunde. E, quando eu comento isso, de que o CRP tem me convidado para participar de eventos, eu começo a perceber que, na verdade, o CRP, o Conselho, essa profissão que eu estou exercendo hoje, no momento, me convida a participar desses momentos porque eu sou uma pessoa que reclama.

Comecei a me ligar nisso. Eu vou para os eventos para reclamar e eu tenho uma relação abusiva com a Psicologia (risos). Vamos discutir isso aqui e, quem sabe, no final dessa fala, eu e a Psicologia tenhamos uma relação menos monogâmica. Vou partir de duas autoras para fazer a fala hoje com vocês. Falarei um pouco da Saidiya Hartman, que tem sido uma das figuras da FLIP, no Brasil, e da Sara Ahmed. São autoras que têm discutido os afetos. Hoje, na mesa, de manhã, foi falado um pouco sobre isso. Falar sobre as discriminações, as minorias, esse sujeito “mulher”, é falar um pouco sobre os afetos que nos mobilizam para poder manejar essas categorias. Eu vou pegando algumas vinhetas, meio “associação livre”, dado que não estou muito comprometida em fazer uma fala coerente. Vou pegar a primeira cena, que é uma cena dos debates presidenciais. Atualmente, vou pedir permissão ao próprio banner, que o banner está dizendo: lugar de psicóloga é na política. Então podemos citar a política aqui também tranquilamente.

Resgato aqui uma cena em que, ao final do debate, o Padre Kelson, ou Candidato Padre, nos minutos finais da fala dele durante o debate da TV Globo, enfrenta uma câmera do JN (Jornal Nacional) que se dirige a ele, olhando-a, diz: “a nação lamenta quando um padre é desrespeitado”. Isso me marcou, grudou dentro de mim. Eu fiquei refletindo: “Qual nação está lamentando? Eu não estou lamentando”. Torcia, na verdade, pela Soraya Thronicke, sua concorrente. Fiquei torcendo pelo enquadramento que ela está nos dando sobre ele. Interessava-me vê-lo ainda mais constrangido.

Então fiquei pensando um pouco como vão sendo criadas essas unidades coletivas, essas unidades movidas por uma certa emoção, por uma certa rejeição a tudo isso que está representado em figuras parecidas comigo. Lembro-me um pouco da fala sobre as crianças da Ilha de Marajó, com Damara Alves alertando existirem crianças que tinham seus dentes arrancados para que pudessem fazer sexo oral mais facilmente ou que comiam comida pastosa, para poder ter liberdade e maior passagem na hora do sexo anal. No final dessa fala, no púlpito de uma igreja, ela disse que somente o Bolsonaro, e o projeto bolsonarista, seriam capazes de diminuir a ocorrência de tais violências no Brasil. É meio chocante também que venhamos para esses espaços para mostrar às pessoas que elas não devem machucar, fazer mal às outras. Viemos aqui lembrar às pessoas que a civilidade acontece com tal e tal acordo. São pactos que vamos fazer. A experiência vai me cansando um pouco.

Lembro-me da Glória Anzaldúa quando diz: não quero ficar educando mulheres brancas. Vai me cansando um pouco a experiência de lembrar às pessoas dessa condição precária de humanidade, de como a humanidade está sendo negociada constantemente. É muito chocante estar aqui, dez anos depois, na Psicologia, sendo aplaudida, sendo celebrada e, dez anos atrás, estar me sentindo muito humilhada e triste dentro da Psicologia.

Eu pego um pouco dessas cenas, as cenas da Sofia na graduação, as cenas da política brasileira. Uma cena que a Saidiya Hartman, pesquisadora negra que se interessa pelo arquivo da escravização, desenvolve no livro *Vidas Rebeldes*, *Belos Experimentos* (2022), em que ela pega uma fotografia e vai se dando conta que, nesse arquivo, não existia uma história sobre as pessoas negras, mas uma história anulada, um certo anonimato, digamos assim, deliberado. Não era um anonimato espontâneo, acidental, era algo que acontecia e precisava acontecer, para que a branquitude se fortalecesse também como estrutura de poder.

Eu vou falar desses dois livros, tanto do *Promessa da Felicidade* (Sara Ahmed, 2010) quanto do *Cenas da Sujeição* (1997) porque, no *Cenas da Sujeição*, tem um capítulo já traduzido no Brasil, chamado *Vênus em Dois Atos*, que eu acho que é um capítulo que transforma um pouco tanto o nosso trabalho quanto nossa escuta. Com uma diferença. Nesse capítulo, *Vênus em dois Atos*, Saidiya vai se debruçar sobre um “não arquivo da escravidão” para poder pensar como ela visita os ancestrais, como ela pensa sobre a própria história, entendendo que, na própria história, existe uma lacuna, um buraco muito grande, um buraco da própria dinâmica racial derivado de como ela acontece.

Ela cria essa cena, coletando alguns registros de um navio negreiro, de duas meninas que foram assassinadas. Ela sabe, de antemão, que duas meninas do navio, com o registro em mãos, serão jogadas para fora do navio no dia seguinte. Então narra uma cena, que ela vai chamar de *Historiografia Poética* ou de *Fabulação Crítica*, em que ela consegue conversar com essas duas meninas, na literatura, no texto.

A autora se sente com essas duas garotas, que ela vai chamar de *Vênus*, não à toa as chama de *Vênus*, e se pergunta o que dizer a essas garotas, mesmo sabendo que elas serão assassinadas no dia seguinte: que tudo vai ficar bem, que tudo iria mudar? E ela volta para o escritório dela, pesquisadora de volta às reflexões, pensando: isso me machuca, isso me dói, eu sei que elas vão morrer e o que eu faço com isso? O que eu faço com essas imagens que viajam do passado para o presente? Em *Vidas Rebeldes* (2022) ela

pega uma imagem, que é uma imagem tirada por sujeitos brancos em um barro negro, que tem uma legenda chamada “typical negro alley” (beco típico dos negros, algo mais ou menos assim em português). Nessa foto, ela vê que tem uma pessoa negra, na janela de um apartamento, olhando para quem está a fotografando. Ela pensa: como pode uma fotografia, um enquadramento, produzir uma violência? Como pode uma imagem produzir uma violência? Ela gera um outro enquadramento que é tentar pensar o que aquela pessoa, que estava no apartamento, estava vendo quando aquela foto foi tirada. Ela brinca: certamente aquela pessoa pensou que aqueles brancos eram meio idiotas. “Esses brancos idiotas tirando foto daqui do bairro”.

Eu lembro de imagens de travestis brasileiras, da Luana Muniz gritando, no Profissão Repórter: por que vocês estão me fotografando? Travesti não é bagunça. Então, lembro da Vanessa (apelidada de Vanessão) na delegacia que, na minha adolescência, virou esse grande meme dos vinte reais. Das mulheres trans serem estupradas, e tendo que depor na delegacia, dizendo que foi “ótimo terem sido estupradas”. Ou das mulheres trans, depois de um acidente de carro que quebra o vidro do carro, falarem: “nós, que temos prótese, sentimos”. O vidro quebra, isso vira um meme, vai meio que infectando a cabeça das pessoas e infectando a minha cabeça também. Estou no meio desse caldo cultural, e o que fazer com ele?

Hoje, eu vim escrever para vocês, pensar junto com vocês, sobre essa violência, que não é a violência sexual, não é a violência psicológica, necessariamente, mas sobre essa violência epistêmica. Quando estamos falando da condição de pessoas negras, da condição de mulheres, da condição de indígenas, da condição de pessoas LGBT, estamos falando de uma violência epistêmica, onde tudo aquilo que essa pessoa produz não é reconhecido como conhecimento, não é reconhecido como uma narrativa, à qual as pessoas conseguem se conectar.

Como venho pensando hoje com vocês sobre reclamação, vou trazer um pouco da Sara Ahmed para encaminhar o final da minha fala, porque ela tem um livro recentemente lançado, que se chama *Complaint!* (reclamar, em inglês). E, no livro, ela vai pensando um pouco essa reclamação como uma estrutura em que... por exemplo, eu atendo pessoas que trabalham em startups, em instituições mais progressistas, que tem núcleos de diversidade, e essas pessoas começaram a se dar conta de que as queixas delas eram engavetadas no núcleo de diversidade. Então, o fato de ter um núcleo de diversidade na empresa fazia

com que, tudo aquilo que elas dissessem fosse escutado, mas fosse rapidamente capturado por essa grande gaveta, escrita Diversidade, onde as coisas, essas pessoas, seriam guardadas e nunca mais seriam mencionadas novamente.

Trazendo mais uma vinheta, desculpa se a fala está soando um pouco confusa, mas, lembro-me de quando eu lancei o Pajubá-Terapia, um livro que lancei em dois mil e vinte. Durante o meu curso de Psicologia, minha irmã, que talvez tenha sido a pessoa que mais presenciou essa experiência, me buscava no final da aula e eu voltava chorando no carro. Eu lembro que ela fechava as portas do carro, e eu ficava olhando para ela: “você está fechando porque sabe que eu vou pular”. E ela ficava assim: “Sofia, não é normal que você fique tão mal”. Eu dizia: “Gabi, vai assistir a aula para mim, e veja como eles me tratam, veja como os professores reagem a mim, e veja o olhar de nojo das pessoas ao verem uma pessoa trans dentro da instituição”.

As pessoas se acotovelavam, as pessoas falavam sobre mim, eu não usava o banheiro, minhas amigas da sala me chamavam para jantar, para lanche e eu pedia que elas trouxessem o lanche, eu falava para a minha turma: “traz o lanche para mim, que eu como aqui na sala”. Estar hoje aqui, enfim, não quero que isso esteja soando para vocês como uma certa jornada do herói, com uma certa lógica de uma superação, de uma transgressão absoluta. Eu quero pensar com vocês o que fazemos com a violência e como abrimos o arquivo, como exploramos o arquivo da violência transfóbica.

Trazendo um pouco do *Complaint!*, porque estar aqui hoje é uma parte disso, de estar perto da dor, estar perto do trauma, e toda reclamação é algo que rapidamente vai se tornando um segredo, eu acho que foi isso que estávamos discutindo um pouco mais cedo, como nos conectamos e nos engajamos com a reclamação dos outros. Para lidar com a *despatologização* da transexualidade, para lidar com o fato de que pessoas trans, desde a década de mil novecentos e cinquenta, mil novecentos e sessenta, tem sido inscritas na literatura médica como pessoas histéricas, psicóticas, perversas, adoecidas, possivelmente abusadoras, marginais. Como é que lidamos com esse fato, com essas imagens que foram constitutivas do meu lugar no mundo, que é um pouco do que a Butler vai trazer em Vida Psíquica do Poder. A entrada de pessoas LGBT na cultura é marcada pela vergonha, abjeção e humilhação.

Quando é que paramos um pouco para pensar sobre essas imagens? Porque, quando reclamamos, as coisas não se tornam mais fluidas para nós. Embora eu sinta que eu tenha sido convocada para vir a espaços para falar sobre as coisas que eu considero reclamáveis em relação à psicologia, sinto que as instituições escutam isso como se fosse um tema acabado. Viemos falar sobre as reclamações e eu sinto que as instituições lidam como se esse fosse um tema datado, ultrapassado, e que, nós, pessoas que foram violadas, já deveríamos ter atravessado esse mar de ressentimento, esse mar de lamentações.

Todo esse trabalho emocional, exaustivo, econômico, cultural, de poder lidar com a violência, é um trabalho que nos cansa, e dar materialidade a essas queixas não é algo fácil. Eu volto para isso tudo, eu volto para a minha graduação, há dez anos atrás, porque esse algo não está acabado. Embora as instituições reajam como se estivessem imediatamente sem tempo para queixas, eu preciso continuar fazendo o que precisa ser feito. Eu sei para quem eu escrevo, eu sei para quem eu falo, eu não escrevo para todo mundo, eu não falo para todo mundo, eu falo para quem aqui já reclamou e não teve suas reclamações atendidas.

Hoje eu dou aula, eu sou doutoranda, e muitos alunos reclamam para mim. Muitos alunos veem em mim uma figura para eles reclamarem, diferente do que acontece com alguns professores da UFRGS. Eles conseguem encontrar, dentro de pessoas que reclamam, uma rede. Hoje, o meu trabalho é ensinar as pessoas que, embora a reclamação possa soar como um tempo perdido, um tempo desperdiçado, a reclamação produz algo na vida delas. Ela desorienta. Por mais que a reclamação às vezes soe como a Ahmed se preocupa, algo que não vai nos levar a lugar nenhum, tem essa categoria que ela chama de *collective complainers*, um coletivo de reclamadores. Acho que nós somos um pouco reclamonas também, por isso que estamos aqui. E há algo de verdadeiro, realmente, há algo que não adianta muito na reclamação, algo atravessado, algo que obstrui.

Mas eu vou contar algo que eu aprendi com a Nita Tuxá, que está aqui hoje. Nós fomos presas em enquadramentos muito perversos, e essas fotos que são colocadas para nós, de mulheres negras agredidas, de pessoas trans no pátio de uma delegacia, sendo humilhadas, mulheres trans obrigadas a se alistar e a foto delas sendo tiradas por alguns dos milicos, dos militares, e sendo postada no grupo de *whatsapp* deles, para rir delas, eu imagino o que elas não viram quando aquela foto foi tirada. E eu espero que elas tenham pensado que eles são os idiotas.

Então, venho falar hoje para vocês sobre esses enquadramentos, que são enquadramentos profundamente perversos. Para dizer que sim, fomos presas em registros de trauma, em registros de violência. Mas a lição que eu trago, ao lado de Nita é a de que algumas portas se abrem por dentro e eu espero que consigamos, ao invés de empatia, concordo quando as pessoas pegam esse significante como o significante que vai mobilizar a política mas, ao invés da empatia, um certo senso de comunidade, de solidariedade e de expansão, de conseguir esticar essa ideia de humano, para que consigamos nos conectar realmente, verdadeiramente, com as pessoas trans, as pessoas LTGBQTQIAP+, as pessoas negras, indígenas. Que possamos dar dignidade à reclamação dessas pessoas sem fazer com que elas sejam esquecidas e com que elas voltem a ser guardadas nessa grande gaveta maldita, que é a diversidade. É isso.

Marisa Helena Alves

Muito obrigada. Obrigada pelas suas colocações. Obrigada por você nos colocar neste lugar de pensar a nossa saúde, por meio do tema da violência. Espero que possamos pensar também em construir uma sociedade mais democrática, mais inclusiva, e que possamos ter esses espaços em que você seja sempre muito bem-vinda na Psicologia. A Psicologia tem essa história e ela tem algumas heranças, que não são muito agradáveis, e essa que você traz aqui também, eu espero que um dia possamos fazer o nosso pedido oficial de desculpas, como fazemos, e tentamos fazer, continuamente, com as populações indígenas, a população negra.

Vamos também, nesses espaços, construir as nossas desculpas pela Psicologia. Uma Psicologia de origem europeia e, à medida que vamos construindo essa nossa Psicologia brasileira, inclusiva, democrática, que lutamos tanto dentro do Conselho. Espero que possamos também ir fazendo essas desculpas históricas.

Agradecemos muito pelo fato de você estar aqui, trazendo essa reflexão para a nossa juventude. Foi uma mesa muito potente, muito rica. Agradecemos muito por isso. Que vocês, juventude, levem para a vida de vocês o que vocês ouviram aqui, toda essa emoção que estamos tendo aqui. Muito obrigada.

Agora, abrimos para perguntas. Há três intervenções de dois minutos. Quem se inscreve? Se não, já passamos para as considerações finais. Eu acho que o silêncio é o impacto do

que vivemos aqui, que também diz muito. Vamos para as nossas considerações finais, começando com a Vanina. Pode ser? Vamos inverter um pouco a ordem, depois a Sofia e, por último, a Dani, que falou primeiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vanina Miranda da Cruz

Desde a manhã venho sentindo bastante emoção em todas essas temáticas que estamos trazendo. Também cheguei a chorar com a leitura de uma carta, não sei se vocês estavam aqui.

Falar da nossa realidade, e de como essa realidade social afeta a nossa saúde e a constituição da nossa subjetividade, é um processo doloroso e, ao mesmo tempo, necessário, porque nós estamos continuamente nesse processo de formação.

Então, eu queria só trazer para que refletíssemos sobre o fato de que quando estamos retratando e trazendo dados sobre locais que atendem mulheres em situação de violência, quando trazemos os dados sobre o aumento de violência, estamos falando da construção psicológica de nós, enquanto mulheres, e das nossas meninas.

Estamos falando da nossa saúde mental, de quanto essas violências nos impactam e tem um poder avassalador, principalmente, em se tratando da nossa constituição psicológica.

Eu acredito que a única salvação de fato é a nossa união, o apoio mútuo que podemos nos proporcionar, essa rede de apoio que encontramos, principalmente, umas nas outras. Precisamos fortalecer isso, e fortalecer isso dentro da nossa profissão, afinal de contas é uma profissão eminentemente feminina e, historicamente, falamos “O psicólogo” e, aqui, já temos uma mudança simbólica muito importante, que é o próprio nome Germinário.

Então, que vivam ações como essa. Que possamos assumir esse espaço, nos colocando enquanto mulheres. Muito obrigada.

Para eu me despedir de vocês, fiquei lembrando um pouco de um congresso que participamos em São Luís, recentemente. Na mesa em que estávamos, uma das participantes era mãe, fazia parte de um coletivo chamado Mãe de Mangueiros. É um coletivo que luta contra a violência policial, com a perda de entes queridos, no caso, o filho dela. Ela trouxe um pouco do relato da história dela, parecido com o que eu fiz hoje também. Eu lembro que, no final, uma das pessoas a abordou e disse para ela que ela era muito guerreira e muito forte.

Na época, eu pensei em todas as vezes que mulheres negras tinham dito isso, que não se repetisse isso, que as pessoas não repetissem a presunção de força. As pessoas oprimidas não querem ouvir que são fortes nem que são guerreiras. Não é comum precisar ser forte nem guerreira. Precisamos pensar sobre isso e a mesa de hoje tratou, especificamente, sobre violência. Muitos dos slides que a Dani trouxe, retratavam a violência. No final dos slides pudemos ver um pouco desse chorume, disso que sobra da violência, disso que excede e transborda também da violência.

Eu lembro um pouco do texto da Audre Lorde, falando sobre outros usos da raiva porque, em Porto Alegre, onde moro, é uma cidade muito violenta e, frequentemente, ainda mais nos tempos atuais, têm existido muitas manifestações desse supremacismo branco, no caso, pessoas que se identificam com o governo atual, o governo Bolsonaro. E essas pessoas, quando eu passo por elas, percebo que elas sentem muita raiva.

Mas hoje, eu também venho aqui com muita raiva, pode não parecer, posso parecer muito delicada, mas estou muito, muito, muito raivosa. Eu acho que encontro muitas pessoas aqui com muita raiva também... e quero dizer que a nossa raiva é diferente daquela raiva que eu vejo nas manifestações pró-Bolsonaro.

As manifestações têm uma raiva nostálgica de um tempo que não existe mais, onde essas pessoas viviam relações totalmente assimétricas e hierárquicas, sobretudo em relação a nós. A nossa raiva é para evitar que isso volte a acontecer.

Eu acredito que, lidar com a violência é tentar dar outros destinos a quem sofre violência. E que consigamos sair desse espaço sem compromisso com méritos subjetivos, de um

certo psiquismo, de uma neutralidade, de uma ideia de estrutura e de competência, que consigamos não nos solidarizar com isso e nos comprometer em metabolizar essa raiva coletivamente, em conseguir repassar, transmitir as reclamações de pessoas que estão em lugares e espaços de menos credibilidade do que nós, que é o caso de muitas pessoas que estão aqui hoje.

Desejo que consigamos apostar nessa metabolização coletiva, e que consigamos levar a sério a discussão sobre violência, porque nós — e eu acho isso de suma importância — merecemos saídas melhores e mais criativas. O mundo que nos deram, nós o descobrimos, e não queremos mais ele.

Daniela Pedroso

Queria agradecer novamente a todas as pessoas aqui. Dizer que foi emocionante te ouvir, Sofia. Quando eu falo em empatia é sobre isso. Você fez com que eu me colocasse no seu lugar e entendesse o que você passou, porque não passei por nada disso dentro da graduação. Parabéns pela sua história!

Pensei muito no tema do Germinário. Eu fui buscar a definição que está no dicionário do que é germinar, que é desenvolver-se, brotar, desabrochar. Eu tomo a Sofia, de novo, como exemplo de resiliência e de luta porque, no dicionário está lá, que a felicidade não pode germinar em ambiente tão hostil. E nós, que estamos aqui hoje, mesmo falando de um lugar de privilégio, sabemos que não é fácil estar trabalhando há quase vinte e seis anos com violência sexual, com abortamento previsto em lei e as pessoas não quererem sentar do seu lado no refeitório, porque você trabalha com aborto. Não é fácil.

Mas eu acho que estamos falando, acima de tudo, em direitos humanos. E tem uma frase que eu gosto muito, de Albert Einstein, que cabe para nós sempre com uma modificação: “Os direitos humanos não estão escritos nas estrelas, cabem aos homens construí-los”. Precisamos mudar essa frase, dizer que os direitos humanos não estão escritos nas estrelas, mas cabe às meninas, às mulheres, às crianças, aos homens, à população trans, à população negra, à população LGBTQIAP+, construí-los.

Cabe a nós mudar isso que falamos hoje um pouco, de pessoas que têm direitos humanos negados. Obrigada! Boa tarde!

Marisa Helena Alves

Muito obrigada, a todos vocês que estiveram presentes neste momento, aos que estão nos assistindo pelas nossas redes. Informamos que, daqui a pouco, vamos dar início à nossa última mesa desse dia, desse Germinário.

Aguarde um minutinho, que já voltamos com os próximos convidados. Obrigada. Boa tarde.



MESA 4

QUESTÕES

RACIAIS

12 de novembro - às 17h30

6º Congresso Brasileiro Psicologia (CBP)
Ciência e Profissão - São Paulo/SP

Transmissão on-line
pelas redes sociais do CFP

PSICOLOGIA





CÉLIA ZENAIDE³⁴

Olá! Eu sou Célia Zenaide. Atualmente estou conselheira do Conselho Federal de Psicologia.

Sou uma mulher negra, estou com os cabelos amarrados, uso óculos de tom marrom e bege, estou com um casaco cinza, um vestido laranja com alguns detalhes em azul, preto, amarelo e branco, e o crachá do evento. Como já foi dito anteriormente, essa é a última mesa. Mas, após a mesa nós teremos um ato. Serão entregues cartazes, cartolinas, com canetas, para escrever frases, como se fosse para um ato. Na verdade, podem ser frases que foram ditas aqui, ao longo do dia, ou frases que vocês acharem pertinentes na luta contra a violência perpetrada a mulheres. E nós iremos caminhando. Assim que terminar a mesa, após as perguntas, será lida uma carta que está sendo elaborada em uma outra sala).

Nesse momento, começaremos a última mesa do Germinário. Eu vou chamar as pessoas. Nós já tivemos a introdução, só que eu falhei. É isso, às vezes falhamos. Estão sugerindo cantar de novo, mas eu vou atrasar muito.

— Camila, tem três minutos para eu cantar de novo? Então vamos lá, iniciar para a gravação. Essa música é o samba enredo da Mangueira, de dois mil e dezenove, que foi campeão.

E, após a fala da última mesa, a da Sofia, pensei muito nos retratos que se tem em alguns espaços institucionais. Entre eles, as faculdades de Psicologia, dos quais muitos desses retratos estão manchados deste sangue que diz nessa canção. Mais cedo, eu participei

34 Graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2012). Experiência como Educadora Social. Atua como psicóloga no Sistema Único da Assistência Social - Município de Campinas, na Proteção Social Especial - Média Complexidade. Possui Aprimoramento: Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa. Conselheira pela segunda gestão do Conselho Federal de Psicologia - CFP. Atualmente compõe o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT) do Ministério dos Direitos Humanos. Compõe, ainda, o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial do Ministério dos Direitos.

de uma oficina, como facilitadora - a oficina tinha um nome super enorme e uma das pessoas sugeriu que a oficina fosse renomeada e chamasse Desmanchar. Nós discorremos sobre essa proposta e, pensando no “tirar a manchar”, no desmanchar, para que possamos colocar uma outra cor, um outro material neste lugar.

Na oficina, foi proposto pintar o lugar com urucum e jenipapo. Com isso, eu chamo para compor a mesa:

Edilaise Vieira, nossa querida Nita Tuxá, que é mulher indígena, antropóloga social, psicóloga do distrito sanitário especial indigência de Cei, Bahia. (Canto);

Convido também para compor este momento a Laura Almeida, que é coidealizadora da Rede Dandara, que tem o objetivo de contribuir com o itinerário de educação, promoção de saúde e identidade de mulheres negras, na compreensão das multidisciplinariedades de fatores que compõem a nossa saúde, incluindo a interseccionalidade do racismo e machismo que atravessam as mulheres negras, convido também Ane Bittencourt Santos e Silva, psicóloga e mestre em estudos interdisciplinares pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Possui formação no curso básico de clínica Gestáltica, do Instituto Gransoto de Psicologia Clínica Gestáltica e realiza formação plena em Gestalt Terapia, pela mesma instituição. Atua como psicóloga clínica, supervisora e pesquisadora, escrevendo e publicando artigos científicos no campo da psicologia e das relações sociais. Tem experiência universitária na rede de atenção psicossocial Habes, com ênfase na atenção a pessoas em contextos de vulnerabilidade social e pessoas LGBTQIA+, a partir do Centro de Promoção de Defesa dos Direitos LGBT, da Bahia. Integrou a equipe técnica do projeto PREPTRANS, vinculado ao grupo de apoio de prevenção à AIDS. E atuou como psicóloga voluntária no projeto Quilombo Anki, acho que é isso, acolhendo pessoas no contexto da pandemia.



NITA TUXÁ³⁵

Primeiro, preciso saudar todas as mulheres que habitam em mim, todas as mulheres que aqui estão. Saudar meus ancestrais, e saudar, em especial, meus parentes que estão aqui, cujos passos vêm de longe e dizer que queremos ir muito mais longe.

Eu sou Nita Tuxá, indígena do povo Tuxá, da aldeia mãe, de Rodelas, Bahia. Para fazer a autodescrição: eu sou indígena, não sou parda, importante pontuar isso, indígena, tenho os olhos puxados, estou com trações de grafismo leve sobre o rosto, tenho o cabelo castanho escuro abaixo do ombro, estou usando artesanatos de miçangas, e estou vestindo uma camisa sobre o que eu acredito, que é “Por uma psicologia pintada de jenipapo e urucum”.

Eu estava em crise de choro, por causa da Sofia. A Sofia me trouxe memórias muito dolorosas que, de alguma maneira, estando nesse lugar de indígena e de mulher, infelizmente, são revisitadas em mim. Revisitadas na memória da minha mãe, revisitadas quando olho minha filha e desejo algo diferente para ela. Como disse, sou mãe, tenho duas lindezas no mundo, uma menina de sete anos, um menino de um ano e cinco meses. Fico pensando, quando olho para os meus filhos, as histórias dos meus ancestrais e as histórias são sempre atravessadas por muitas dores, por muitas violências e por muita raiva, como disse a Sofia. Se vocês forem pensar aqui, os povos indígenas são sempre retratados como povos hostis. E de onde veio a hostilidade? Quem disse que éramos povos hostis?

35 Psicóloga (CRP: 03/25213), pesquisadora, também conhecida como Nita Tuxá, coordenadora da Articulação Brasileira de Indígenas Psicólogos (ABIPSI), atualmente é Psicóloga de Saúde Indígena do DSEI-BAHIA / Polo Base de Paulo Afonso. Graduada em Psicologia pela UNIVALE (2011); Mestra em Antropologia Social pela UFRR (2018); Pós-graduada em Terapia Cognitivo-comportamental pela UNISEPE (2017); Especialista em Saúde Indígena pela UNIFESP (2014). Pesquisas e Experiências profissionais nas áreas de: Saúde Mental; Atenção Psicossocial; Saúde Mental Indígena; Psicologia Social e Comunitária; Psicologia da Saúde; Psicologia Clínica; Abordagem da Terapia Cognitivo-comportamental; Antropologia Social; Etnologia Indígena; Saúde coletiva e política públicas.

Quando nossa querida Célia inicia essa fala trazendo um canto, estamos falando de um Brasil que foi invadido, falando de uma psicologia que é europeia, advinda de outros padrões culturais, estamos falando, como Sofia bem colocou, de violências epistêmicas, estamos falando de um país que nega as suas origens, nega os seus traços, o seu povo, a sua cor, a sua cultura, estamos falando de muitos processos de negação. Se eu estou aqui é porque estamos diante de muito movimento e empurrar de portas — porque as portas não se abrem e, às vezes, temos que forçá-las. Diante de tanto silenciamento, de tanto silenciamento, vou repetir mais três vezes, diante de tanto silenciamento, diante de tanto silenciamento, diante de tanto silenciamento, agora queremos falar! É querer falar no sentido mesmo de verbalizar!

Eu estava nas mesas de manhã e compartilhei as minhas angústias com alguns colegas, dizendo: eu não sei falar sobre o feminismo, enquanto indígena, eu não sei falar sobre gênero, sendo indígena. Agora, fiquei pensando nessas construções dos termos acadêmicos e da necessidade que tem a ciência de querer nomear e classificar tudo. Os nossos corpos negros, corpos indígenas, foram classificados e foram classificados no lugar menor que existia, foram desumanizados. Quando pensamos bem viver, saúde mental, ou direito de viver, precisamos falar do direito humano. É o primeiro ponto da questão. Então... antes de pensar gênero, de pensar feminismo ou quaisquer outras categorias, eu vou pedir a cada uma de vocês que ressoe um desejo de acolher os povos indígenas na sua humanidade. Acolher os povos indígenas na sua identidade, na sua pertença, no seu movimento, no seu desejo de ocupar os espaços. Esse é o ponto! Não estou aqui como mera figura folclórica, isso é muito importante. Para chegar até esse lugar, foi dureza, os parentes que estão aqui sabem disso: Thaynara Xerente, Vanessa Terena, Ednaldo Xucuru. Foi um movimento de enfrentamento a todas as violências que nós sofremos na academia, nos cinco anos de formação, pois questionamos essa ciência. E eu faço crítica mesmo! Eu sempre disse: não temos uma Psicologia brasileira.

Precisávamos de uma psicologia originária. Também não cabe nomear, não estamos aqui querendo nomear qual é a Psicologia. Só queremos que a Psicologia seja plural para acolher todas as pluralidades. Quando pensamos/falamos dessas violências e das perspectivas de bem viver, nós estamos falando de mulheres indígenas que precisam subjetivar seus corpos no seu território.

Existir, significa ter um lugar onde pisar, dançar, cuidar, se embelezar, onde viver. Se vocês bem sabem, estamos em um país que mais mata povos indígenas, um país que nega essa

identidade, um país que viola esses territórios, um país cujas mulheres indígenas têm seus corpos violentados todos os dias! Seja em qualquer perspectiva: do olhar, da desvalorização ou da desumanização. Precisamos entender esse ponto que eu trouxe para provocar... E eu estou falando isso porque foi no meu lugar de mulher, de mãe, de indígena...

Vivemos num “marco” da história de que nossas mães, avós, tiveram muitos filhos, que eram boas parideiras, porque tinham quadris largos. “*Boas parideiras*”, não há esse discurso? Então, vivemos processos geracionais. É importante termos em perspectiva que a cultura é dinâmica e a cultura dos povos indígenas, diante da zona de contato perverso que foi feito no processo colonizador, também foi impactada. Impactada nos aspectos de insegurança alimentar, impactada nos aspectos da violação do território, impactadas de não ter território para viver, enfim, impactos em diferentes frentes.

Eu trabalho na saúde indígena há muito tempo. E é muito doloroso quando eu escuto de parentes que não conseguem ter seus partos assegurados dentro do seu território e vão para a cidade. O quanto elas sofrem na hora do parto. “*A indiazinha tá aqui, pedindo arrego*”. Coisas pejorativas e coisas que marcam, mais uma vez, questões de estigmas, questões raciais, discriminação, violência. Então, eu estou abordando esse ponto, porque acho que a Psicologia tem falado... e eu sei que cita a violência obstétrica, mas pouco está dando atenção para ela. E ela segue acontecendo nesses espaços.

Já que estamos falando tanto de gênero, de feminino, dessas mães, do processo que as meninas colocavam aqui anteriormente. É necessário refletir como chegam e vivenciam este ambiente hospitalar, de um modelo biomédico, de alguém de jaleco branco, da branquitude que vai assumir esse cuidado. Não é a sua parteira, não é o seu pajé e não é o seu cuidador. É um homem branco que vai fazer seu parto, que vai trazer seu filho ao mundo. E do quanto aquele momento é marcado por violência, pela negação do seu direito à singularidade cultural.

Outro ponto que eu quero trazer, é essa perspectiva — acho que foi a Zenaide que colocou — do segredo. E por que, pensando nas culturas indígenas, é tão delicado discutirmos questões de gênero? Por que, quando pensamos os aspectos da coletividade, existe um processo de coesão para funcionalidade do sistema e sinergia daquele coletivo? E tem sido um lugar muito difícil para discutirmos — eu digo “nós”, as mulheres indígenas — não estou dizendo que não exista violência de gênero, porque existe. Mas, são violências

de gênero resultantes desse processo da zona de contato. Que vem pelo uso abusivo do álcool, processos que tem sido atravessado por outras questões, outras violações, outras vulnerabilidades do campo da saúde mental.

O ponto mais importante também desse lugar de mulher, dentro do coletivo, é pensarmos a sua possibilidade e o seu direito de escolha, seu direito da autonomia, de viver ou não seus processos dentro ou fora da comunidade. Estamos falando do direito de escolher e o que eu quero escolher.

Acho que vocês participaram, porque está na mídia, tivemos a eleição da bancada do cocar feminino, e foi um orgulho, sendo que a Célia Xacriabá e a Sônia Guajajara ocupam estes espaços. O movimento dessas duas mulheres é um movimento emancipatório, de aldearmos a política com mulheres, a universidade com mulheres, pensando nesses processos ancestrais e geracionais.

Refletir este campo do poder, da autonomia e do direito de ir e vir, em qualquer espaço e em qualquer contexto, sem que isso fira a sua identidade, sem que isso fira o seu pertencimento, sem que isso fira o seu direito a viver o território, sem que isso fira a sua qualidade profissional de ser uma psicóloga, enfim, o seu poder de escolha.

Eu quero muito agradecer por essa oportunidade! Agradeço por todas as falas que me antecederam, porque elas me tocaram em lugares muito interessantes. Porque é interessante também revisitarmos... Quando eu disse inicialmente que há muitas mulheres que habitam em mim, isso é real. E são memórias também de muita dor, mas também de muita alegria. Temos um canto que cantamos na aldeia que é para provocar os homens que, na verdade, depois que vamos refletir é um canto emblemático, eu vou cantar pra vocês: *“sou uma índia bem pequeninha, a mora dela é lá no pé da serra, chamei pelos caboclos e os caboclos não agiram, ai meu Deus do Céu, ô que caboclos mole [...]”* É um canto animado, mas é triste. Que provoca, mas é interessante quando fazemos as leituras. Porque a índia era pequeninha? Chama pelos caboclos, provoca... e os homens vem. E cantam a versão deles em relação às mulheres. Tem lugares que fazem parte de uma dinâmica, de uma construção cultural e social, que demarca a sinergia de todo esse processo ancestral e geracional.

E tem uma questão muito importante de ser dita: não estou dizendo que todos os povos indígenas são similares no campo da sua organização social. Há uma grande diversidade de povos, cuja noção de pertencimento indígena, perpassa pela construção da noção de pessoa. A Pessoa indígena se faz nessa perspectiva da coletividade. Quando eu digo que sou Nita Tuxá, estou dizendo para vocês que eu venho de um coletivo, eu sou Tuxá, não sou só Nita, tem algo que está em mim, e eu venho com várias, tenho certeza disso, tem várias aqui comigo. Essa perspectiva de noção de pessoa atravessa essa coletividade. Quem vem comigo são muitas mulheres, quem vem comigo são pessoas marcadas por muitas histórias, são nossos ancestrais.

Eu vou ficar em pé, porque fico meio agoniada quando fico sentada e também gostaria de fazer uma *divulgação* [mostra a camiseta com o escrito: “por uma psicologia pintada de jenipapo e Urucum”]. É uma provocação para todos que estão aqui.

Eu não sei qual foi o movimento das meninas — que compõe a mesa do debate — quando buscaram a Psicologia. Mas, de fato, busquei a Psicologia pensando na coletividade. E foi muito triste que, quando eu fui para a academia, eu encontrei a Psicologia da individualidade. Eu fiquei pensando: será que é ela mesma que eu quero? E foi muito importante porque, cada confronto meu com a ciência, também me provocava outros lugares, que eu dizia: se ela não tem, será que não está na hora de provocar a ter? Nesse movimento, fomos nos encontrando em pares, Xerente, Vanessa, Ednaldo, e tantos outros parente. E, fomos nos reunindo, nos fortalecendo em pares, e pensando qual a Psicologia que queremos, já que estamos dizendo que não estamos sendo acolhidos nessa Psicologia, porque ela individual, é eurocêntrica, é de outros códigos culturais e cria patologias para as nossas culturas.

Então, pensamos na construção de um coletivo que é a ABIPSI (Articulação Brasileira de Indígenas Psicólogos): pintando a Psicologia de jenipapo e urucum. Recentemente fizemos o projeto de um livro, que se chama: *Narrativa de Psicólogos Indígenas*. Estamos vendendo no evento. Por favor, colaborem conosco. Temos as camisetas, nas cores brancas, vermelhas e pretas. Esse livro, essa capa linda foi feita pela minha irmã, que é uma artista, chamada Yacunã, e ela é uma indígena LGBTQIA+. Eu queria ler para vocês um poema que está nesse livro, que foi escrito por mim... só para finalizar minha fala:

“A minha psicologia. A minha psicologia tem cara, tem cor, tem vida e identidade. A minha psicologia é ancestral, é plural. O meu fazer profissional é de muitos atravessamentos, que a mim conferem sentido existencial, compromisso sócio-político e cultural. A minha psicologia se movimenta, é subjetivada em diferentes contextos, territórios e, ou, cenários. A minha psicologia cria o setting terapêutico, que pode ser embaixo de uma árvore, em uma maloca, em um posto de saúde ou em um escritório refinado. A minha psicologia visa escutar e acolher, criando diferentes canais de comunicação e vínculo. Eu escolhi fazer uma psicologia de e da representatividade, porque a minha psicologia não é só minha”.

Obrigada!

Célia Zenaide

Muito obrigada, Nita. Já vamos passar para a próxima.



LAURA AUGUSTA³⁶

Boa tarde à todes! Eu me chamo Laura Augusta, sou uma mulher negra, gorda, de cabelos trançados até abaixo do ombro. Estou vestindo um vestido azul estampado com amarelo, um xale dourado, estou com tênis branco, uma argola dourada, uma guia de Logum Edé no pescoço.

Enfim, sou psicóloga, como fui apresentada. Atuo, atualmente, como psicóloga clínica — acho que esse tem sido meu maior trabalho nos últimos tempos. Gostaria muito de agradecer o convite para participar dessa mesa tão linda. Fiquei tão honrada de estar numa mesa com uma ancestralidade viva, porque isso tem a ver com o que eu venho compartilhar com vocês hoje. Agradeço muito o convite do Conselho.

Eu sinto que existe uma conexão muito grande entre o que nós estamos compartilhando aqui. Mesmo que não tenhamos nos encontrado, algumas pessoas eu já conhecia de vista, outras, de nome. Algumas estou conhecendo agora, estou muito feliz de ter a Bahia em peso aqui. Eu sou soteropolitana, tenho muito orgulho disso! E gostaria muito de partilhar com vocês algumas inquietações.

A fala da Sofia me mobilizou muito, e acho que mobilizou porque casou justamente com aquilo que eu vinha desejando trazer, que é o sentido das nossas vidas, o que a Psicologia tem a ver com isso. Tem muito estudante, tem muito profissional, como é isso? Quem é estudante aqui? E profissional? Tem gente que não é da área? Então, vou começar entre os nossos. Vou trazer algo bem resumido, mas para refletirmos bastante. Porque aqui estamos falando de ciência, profissão, teoria, técnica, prática, instrumentalização, ferramenta.

36 Psicóloga CRP03 /15633 com atuação em psicologia clínica, Mestre em Gênero, mulheres e feminismos pelo PPGNEIM/UFBA, coordenadora Geral da Rede Dandaras de Saúde da mulher negra. Concentra estudos sobre Gênero, Raça e saúde mental.

Assim como você, querida, eu também saúdo a minha ancestralidade nesse dia. Saúdo todas as mulheres que me acompanham, saúdo as Yabás, minha mãe dona Miriam, que está me assistindo, tenho certeza. Nesse sentido, eu me perguntei, quando estava vindo para cá, para onde estamos caminhando, enquanto ciência, o que estamos fazendo com isso que está em nossas mãos? Estamos percebendo um movimento bem específico e especializado dessa discussão de questões raciais, de questões étnicas, como se nós fôssemos uma parte da história e não o todo. Inclusive muito pior, não o fundamento dessa história.

Eu vou trazer, pedir agô à ancestralidade para falar uma frase que, Mãe Stella de Oxóssi – que Deus a tenha em um bom lugar — sobre um provérbio que ela fala que faz muito sentido e é assim: “*quem troca caminho por atalho, vai ter mais trabalho!*”. Quando eu digo “trocar caminho por atalho”, estou falando de uma desistência que a Psicologia vem tendo, desde o seu início. E acho que até os dias de hoje, de falar de proporcionalidade, porque nós estamos aqui falando de uma coisa que nos acomete enquanto povo, enquanto coletividade e insistir numa representatividade que é minúscula e que não nos representa enquanto totalidade.

Isso faz parte de um projeto político que temos enquanto nação, mas também enquanto ciência, que acompanha a Psicologia desde que ela foi regulamentada enquanto profissão. Acho importante reconhecer que a Psicologia anda de mãos dadas com o higienismo, desde que ela foi pensada enquanto ciência, enquanto prática. A minha pergunta hoje é: vocês, estudantes que estão aí, nos seus estágios, nas suas aulas teóricas e experiências práticas, o que vocês estão fazendo, o que você está lendo, o que você está pensando, tem a ver com o Brasil que vivemos hoje?

Recentemente publiquei um meme na minha rede social profissional que viralizou, porque é um meme muito real, mas, ao mesmo tempo, tenho muito cuidado com isso — sinto que, às vezes, depreciamos um pouco o sofrimento psíquico. Que é assim: *então, não era depressão, era o tal do governo*. Não podemos nem falar o nome aqui. É muito interessante perceber que a população majoritariamente se sentiu afetada por uma mobilidade na estrutura social, a partir de que uma representação política chegou nesse lugar. É muito interessante como alguns grupos reconhecem que o sofrimento psíquico está fortemente atrelado a essa estrutura social e que nos faz adoecer dentro das formas como nós nos organizamos. É muito interessante perceber, na clínica, como isso aparece.

O olhar para o espelho da esperança faz com que nós, em alguma medida, possamos entender quais são as nossas possibilidades de bem viver. Mas, ao mesmo tempo, eu fico pensando quando associamos depressão a um governo que é genocida, que precariza as nossas vidas, tem alguma coisa que não está batendo. Por quê? Não é possível que a Psicopatologia de sei lá quantos, seja essa psicopatologia que faça com que eu ainda entenda o sofrimento de um mesmo lugar. Por que quanta coisa acontece, que não passa pelo crivo dessa construção de ciência? Esse atalho está nos dando muito trabalho.

E eu digo, enquanto psicóloga preta, que atende majoritariamente pessoas pretas, nós estamos tendo muito trabalho. E o trabalho não é por conta que atendemos pessoas pretas, mas porque a ciência insiste em ser representativa e, não, proporcional.

Quando eu trago essa perspectiva é no intuito de convidar vocês, pessoas *racializadas* — de todas as raças. O que vocês estão fazendo, o que vocês estão pensando, será que vocês já se perguntaram a respeito de vocês mesmos? Estou tratando dessa questão, mas existem tantas outras questões que marcam os nossos cotidianos, questões de identidade de gênero, questões de territorialidade, questões diversas que tem a ver com o existir, o que é ser pessoa. Que pessoa está autorizada a sofrer? Que pessoa está autorizada a ter o seu sofrimento legitimado? É sobre isso.

Não estou aqui falando de teorias da conspiração, estou falando de coisas sérias. Pessoas que vão, por exemplo, buscar um acolhimento muitíssimo caro, muitas vezes, numa Psicologia clínica, que vai dizer que isso é coisa da cabeça da pessoa, porque não tem aporte teórico, técnico e, muito menos, uma perspectiva de olhar para si a partir desse lugar que o faça minimamente questionar sobre essa ciência. Será que está faltando alguma coisa?

Precisamos de proporcionalidade, representatividade já não está mais dando! Estamos cansados, muito cansados. Esse cansaço, que também é raiva, que também é angústia! Eu sinto que, em momentos como esses que vivemos, momentos onde as vidas ficam mais precárias, as pessoas morrem mais. As pessoas adoecem mais, as pessoas sofrem mais e têm menos acesso a questões, isso precisa aparecer.

Precisamos, enquanto profissão, ciência, técnica, responder a isso produzindo ferramentas. Eu estou aqui falando não apenas de uma resolução, não que isso não seja importante, mas estou falando de pensarmos de que forma essa escuta vai ser produzida. Como

eu penso essa subjetividade, eu tenho que colocar ela mesmo no campo daquilo que pensamos. Por exemplo, quando olhamos para a Psicologia Social e as nossas narrativas são aqueles textinhos no fim do artigo, que diz: “*não podemos esquecer das pessoas nativas, das pessoas indígenas, não podemos esquecer das pessoas trans, não podemos esquecer das pessoas negras*”, até porque nós sabemos que essa psicologia branca não se sustenta. Então, como a Sofia Favero trouxe, tenho reclamações a fazer e são muitas! Mas eu tenho certeza que não reclamo só. Por isso, Sofia, sua fala não só me acolheu, mas mobilizou muito.

Se eu fosse usar uma palavra escolheria “*aláfia*”³⁷. Uma confirmação de que é isso que precisamos. Todos nós precisamos reconhecer as nossas lacunas, porque a Psicologia não é feita apenas daquilo que conseguimos ressignificar não. A memória é um fundamento importantíssimo para que possamos reconhecer de onde é que estamos usando essas ciências e para onde vamos. Mas, antes de tudo, enquanto pessoas que utilizam a ferramenta da escuta e da análise, nós psicólogas precisamos saber quem somos, de onde estamos escutando.

A minha provocação vem desse lugar. Do lugar do incômodo, mas também do lugar do cansaço. Porque, sinceramente, eu sinto que nós estamos enfrentando, nos últimos tempos, uma discussão massiva sobre saúde mental da população negra como se não estivéssemos falando da saúde mental da maioria da população brasileira. Ficamos não só conversando entre os nossos porque queremos, mas porque são as pessoas que se interessam, são as pessoas que se implicam. Porque realmente não é só quem vive isso, mas também quem está teoricamente, politicamente, implicado em fazer alguma coisa.

Não estou aqui invisibilizando o trabalho dos aliados brancos, mas estou falando de uma maioria política que se envolve nessa discussão. E eu preciso dizer a vocês todos, caso vocês não saibam, que essa é uma discussão de saúde pública. Todo mundo tem responsabilidade em fazer alguma coisa. Não é só pensar em si, mas fazer alguma coisa. Nós precisamos de ferramentas, nós precisamos de intervenções de diversas formas, porque nós somos diversos. Não dá para nos colocarmos na caixinha das identidades políticas. Não era assim que nos chamavam? “*As minorias políticas*”. Não somos minoria!

37 Alafia é uma palavra de origem iorubá que significa «paz» ou «tranquilidade».

Percebemos a forma como as pessoas estão vivenciando esses últimos seis anos. As vidas estão precárias, as pessoas estão sofrendo. E o que percebemos é um processo de hierarquia de sofrimentos. O que é mais importante hoje? É isso que a população negra e todas as pessoas vulnerabilizadas nesse processo acabam enfrentando. Então, para que não precisemos ter mais trabalho, acho melhor pegarmos o caminho que é mais viável. Que é reconhecermos quais são os fundamentos para construirmos uma Psicologia possível para todes, onde todes possam participar, onde todes possam se sentir incluídos.

Eu acho que esse evento é um momento importantíssimo para que possamos começar a nos enxergar. Para que possamos verificar o que nós estamos construindo, e, principalmente, onde nós possamos participar. E permitir que outras pessoas também — que não são semelhantes à maioria da população que está construindo a ciência — possam ter vocês. E, também possam se ver nessas intervenções, entender que saúde mental não é uma coisa que é desimportante.

Talvez, nas últimas discussões, tenhamos falado mais profundamente enquanto categoria. Falado de coisas que nos mobilizam subjetivamente. Estou falando de pessoas que têm que pensar, muitas vezes sobre outras necessidades muito mais básicas. É esse povo, que não vai chegar num consultório clínico refinado. Mas é esse povo que, ao mesmo tempo, roda por aí pelas comunidades terapêuticas religiosas e pelos CAPS — que infelizmente não tem estrutura nenhuma para acolher a maioria da população brasileira, que somos nós.

Alguma coisa precisa ser feita e nós precisamos de mais! Essa proporcionalidade precisa existir. Eu sinto que essa é a minha provocação de hoje. Espero que essa provocação encontre vocês. Porque o conflito nos mobiliza a fazer alguma coisa. A raiva, a angústia ou até mesmo a inquietação, nos mobiliza a fazer alguma coisa. É isso! Muito obrigada!

Célia Zenaide

Muito obrigada, Laura. As pessoas estão super pontuais. Quero dizer que está um arraso coordenar, mediar essa mesa. De vez em quando, eu desenho uma bomba, mostro para a pessoa: seu tempo acabou. Geralmente, a pessoa tem uma crise de riso ou fica desconsertada, mas não estou precisando fazer isso. Vamos agora com a companheira Anne para dar andamento no nosso seminário.



ANNE BITTENCOURT SANTOS E SILVA³⁸

Vou respeitar o tempo também, dar orgulho. Enquanto estava ouvindo a fala das minhas colegas, eu fiquei pensativa sobre a primeira vez que eu vim para São Paulo; que foi para um congresso da SBP, e eu chorei copiosamente quando eu entrei no auditório, porque era um mar de gente branca e eu era uma das poucas pessoas negras.

Quando você falou, justamente isso, da proporcionalidade, eu fiquei pensando muito na nossa existência. Fiquei bastante nervosa de estar compondo a mesa, porque eu me sinto muito iniciante na Psicologia. Ao mesmo tempo, é muito bom ver ancestrais. Mulheres que vieram antes de mim e que são justamente quem permite que eu esteja aqui hoje, falando e falando de temas que são muito caros.

A experiência de ser uma pessoa do gênero feminino, existindo no mundo, é extremamente complexa. E se pensarmos que existem padrões do que é ser mulher, — que Zanello falou mais cedo — de estar nessa prateleira, quanto mais intersecções essa mulher viver, ser uma mulher negra, trans, deficiente física, enfim, essa existência vai se vulnerabilizando.

A Psicologia, enquanto ciência e profissão, tem que estar nesse movimento, acompanhando essas mudanças existenciais, para conseguirmos dar conta da existência das pessoas, da

38 Psicóloga (CRP 03/22113) e Mestra em Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Possui formação no Curso Básico de Clínicas Gestálticas do Instituto Granzotto de Psicologia Clínica Gestáltica, e realiza a formação plena em Gestalt-terapia pela mesma instituição. Atua como psicóloga clínica e pesquisadora, escrevendo e publicando artigos científicos no campo da psicologia e das relações raciais. Integrou, como psicóloga, a equipe técnica do projeto PrEP Trans, vinculado ao Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS da Bahia (GAPA BA). Foi psicóloga voluntária no projeto Quilombo Ankh (NEGRACT/UFDBa), acolhendo pessoas em contexto de pandemia. Possui experiência universitária na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), com ênfase na atenção a pessoas que vivem em sofrimento psíquico grave e pessoas em contextos de vulnerabilidade social. Realizou estágio extracurricular no Centro de Promoção e Defesa dos Direitos LGBT da Bahia (CPDD LGBT), vinculado à Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social do Governo da Bahia (SJDHDS). Concede participações em eventos on-line e presenciais discutindo saúde, relações raciais e educação.

vida das pessoas. Estamos ali, no trabalho de ponta, mas não vamos conseguir mudar o mundo, porque existe toda uma estrutura que é criada justamente para não existirmos, mas precisamos fazer um trabalho de redução de danos.

Hoje, o que eu queria trazer como fala é justamente pensar esse enfrentamento às violências, no âmbito da Psicologia. Pensar também algo que Laura trouxe, das ferramentas. Não precisamos inventar a roda, temos muitas ferramentas interessantes dentro da Psicologia. Por exemplo, utilizamos o PTS – Projeto Terapêutico Singular. É algo que eu pensei em trazer como ferramenta dentro do campo das interseccionalidades.

Uma coisa também que eu queria trazer, pensando em olhar e ver um mar de gente branca, é uma primeira provocação, pensando que a Psicologia é uma profissão majoritariamente feminina e que, nesse campo das mulheres, a maioria das mulheres são brancas. Quando pensamos no contexto de violência contra a mulher, a maioria das vítimas são mulheres negras. Como é que vocês, psicólogas brancas, estão pensando a questão da branquitude na relação de cuidado?

Uma pesquisa que eu estava fazendo, sobre como as psicólogas brancas e psicólogos brancos têm pensado sua branquitude no cuidado, eu encontrei apenas um artigo que falava sobre isso. O nome do artigo é: *psicólogas brancas e relações étnicas e raciais, em busca de formação crítica sobre a branquitude*. São cinco psicólogas brancas que vão fazer um trabalho numa comunidade periférica e se deparam com as violências de racismo sofridas pelas crianças e adolescentes. E percebem que elas não têm formação para estarem tratando dessas questões, para estarem cuidando dessas pessoas.

Então, elas começam a fazer um exercício com elas mesmas antes de cuidar do outro, cuidar de si no sentido de repensar sua branquitude. Essa é a primeira provocação que eu trago. Uma segunda provocação é como nos instrumentalizamos. Se a formação tradicional, formal, propositalmente não nos provoca a pensar nessas questões, como nos responsabilizamos para estarmos pensando nisso, para conseguir ofertar um serviço de qualidade para as pessoas? Porque isso é compromisso ético. Não estamos fazendo favor para ninguém, estamos cuidando de vidas. Essa é a segunda provocação que eu trago.

Pensando numa parte mais técnica do enfrentamento às violências contra as mulheres, é importante pensarmos que é obrigação da profissional da Psicologia realizar a notificação

dos casos de violência. Esse é um primeiro ponto extremamente importante inclusive para o desenvolvimento de políticas públicas. E, mesmo trabalhando no âmbito clínico, podemos fazer essa notificação no site do Ministério da Saúde, podemos baixar e entregar para a vigilância epidemiológica do município. Esse é um primeiro ponto, quando pensamos nesse caminho de cuidado para essas pessoas.

O segundo ponto que eu pensei em trazer é a questão da interseccionalidade, que é uma ferramenta metodológica e analítica, para conseguirmos compreender as injustiças sociais. Porque a violência que, por exemplo, uma mulher negra, sem escolaridade, que sofre violência doméstica, vive, é uma experiência muito diferente de uma mulher branca, com escolaridade, que também sofre essa mesma violência doméstica.

Por mais que tenhamos, topograficamente falando, a experiência da violência, como essa violência vai ser vivida e quais são os recursos que vamos precisar usar para trabalhar o cuidado com essas mulheres vai ser totalmente diferente! Tem muita gente que deslegitima quando estamos falando de gênero, de racismo, dizendo que são pautas identitárias, mas não é só isso. Quando estamos falando de enfrentamento à violência, estamos falando de necessidade de creche, para que essas mulheres consigam acessar escolas, faculdades, de modo que seja possível para elas estudarem. Estamos falando de infraestrutura, para que essas mulheres consigam minimamente se deslocar até uma delegacia, para poderem fazer uma denúncia contra seu agressor. Estamos falando de cotas para que as pessoas negras consigam acessar esses espaços para justamente construir proporcionalidades nas instituições. São pautas indenitárias e são pautas importantíssimas, porque estamos falando de política. A interseccionalidade é esse segundo ponto.

Por fim, queria justamente falar da necessidade desse trabalho de rede. Quando eu falo de educação, quando eu falo de política, quando eu falo de instituições, principalmente pensando nessa necessidade de construirmos comunidades de cuidado, o PTS vem como uma ferramenta originalmente da atenção básica. E pensa justamente esse trabalho comunitário, esse trabalho de rede, onde nós, profissionais da Psicologia, nos articulamos com outras e outros profissionais - seja da defensoria pública, seja da assistência social, seja da medicina, para conseguirmos ver essa pessoa que estamos cuidando no todo, de uma forma integral. Porque, quando falamos de saúde mental, não estamos falando só de uma saúde psicológica, mas estamos falando de um corpo, um corpo que tem necessidades.

É muito importante que pensemos justamente neste trabalho em rede e no trabalho comunitário. E falando um pouquinho mais especificamente do PTS, que foi uma ferramenta que eu pensei em trazer articulada com a interseccionalidade, ele se organiza em quatro momentos:

- O primeiro momento é do diagnóstico. Momento em que a equipe vai realizar uma avaliação geral da situação em que essa pessoa que está vulnerabilizada está imersa. É importante compreendermos as formas dessa pessoa estar no mundo, quais são os desejos e potencialidades dela, se ela tem ou não uma rede de apoio. E, se ela não tiver, a importância de se construir isso junto com ela. Pensar nas relações de segurança, enfim, nesse processo do diagnóstico, que é o primeiro do PTS. Fazemos um levantamento das questões e criamos um consenso entre a equipe para, justamente, conseguir viabilizar formas de cuidado.
- A partir desse diagnóstico, vamos para uma definição de metas. Que vai ser a construção de propostas de curto, médio e longo prazo, para pensar esse cuidado que é necessário. Eu fico pensando que nós, enquanto psicólogas, trabalhamos muito com demandas de longo prazo, porque passamos anos da nossa vida vivendo de uma forma e acreditando que essa forma de vida é a única possível. E aí, quando a violência se torna insustentável, é o momento que percebemos que alguma coisa aqui precisa ser feita. Mudar é um processo que demanda muito tempo e nós, psicólogas, trabalhamos com desenvolvimento de pessoas. Isso exige que estejamos ali, acompanhando essas mulheres, essas pessoas vítimas de violência, num tempo longo. Exige também que convoquemos outros profissionais a não desistirem nessa caminhada. Tem essa definição de metas de curto, médio e longo prazo. E vamos nos inserir no campo das metas de longo prazo.
- Um terceiro ponto vai ser a definição de responsabilidades, pensando nas ações de cada profissional. Tudo isso é sempre pensando na autonomia da sujeita, incluindo-a nesse processo de definição das metas. Incluindo-a também nessa análise do diagnóstico e também pensando na divisão das responsabilidades, de como é que essa pessoa, essa mulher, vai se engajar no processo dela. Sempre avaliando se isso faz sentido, se não faz, o que pode mudar. E a importância também de, nessa atuação em rede, se ter uma profissional ou um profissional de referência para essa mulher - momentos que ela esteja passando por alguma situação fora desse horário

de trabalho formal, ela consiga acessar alguém para conseguir minimamente dar conta de uma situação de crise que esteja acontecendo. Essa é a importância de se ter um profissional de referência.

- Por fim, um outro ponto do PTS é a reavaliação. Esse é um dos momentos mais importantes! Eu apresento esses quatro pontos: diagnóstico, definição de metas, divisão de responsabilidades e reavaliação, mas isso não acontece numa ordem cronológica, as coisas acontecem todas ao mesmo tempo. A reavaliação é extremamente importante nesse sentido. No sentido de a equipe estar vendo o que está funcionando, o que não está funcionando, o que pode ser melhorado e se faz sentido, se não faz sentido, como essa pessoa tem se engajado no seu processo e avaliação de como tudo isso tem evoluído.

Eu quis trazer essa ferramenta para pensarmos como, na prática, conseguimos exercer isso de uma forma que seja coerente com a situação de vida dessas mulheres negras. Nesse processo, é importante tanto o letramento racial quanto o letramento de gênero. Porque, se não estamos próximas ou próximos dessas questões, não nos sensibilizamos.

Isso não é algo que pulula para nós, que chama a nossa atenção. Acho que é muito importante ver pessoas brancas principalmente aqui, vendo, ouvindo, se conectando e se sensibilizando para a questão. Para que, no encontro com essa população, que é a população brasileira e que precisa desse cuidado, vocês saibam como agir. Ver o que chama atenção, para conseguir lidar com questões da vida real que, muitas vezes, não vemos na graduação. É isso. Estou aberta às perguntas.

Célia Zenaide

Arrasamos no tempo. Ao longo das falas fomos formulando e reformulando algumas coisas. Laura disse do sentimento de ouvir a Sofia, ouvir a Nita, ouvir a Laura e ouvir a Anne foi esse processo também.

Eu fiquei pensando nessa perspectiva que a Nita traz, de muitos ancestrais, de muitas mulheres que estão conosco. Fiquei refletindo um pouco sobre o quanto de mulheres já passaram pela Psicologia e fiquei recordando, sendo uma mulher negra, que pesquisa e busca as mulheres negras.

E a Anne fala que, quando ela entrou na sala do congresso, teve uma crise de choro, porque encontrou um mar de pessoas brancas. Então, por vezes, nós entramos nos espaços e ficamos buscando um rosto que se pareça mais conosco. Só então vamos entender como é estar num lugar que é branco e europeizado na sua episteme. Tentamos encontrar olhares, cabelos, corpos, tonalidades, quantidade de melanina, um fio de conta no pescoço.

A Laura se apresentou e descreveu que ela tinha um fio de Logum Edé, eu estou com um fio de Xangô. E algumas pessoas inclusive podem olhar e falar: *como uma pessoa de Nanã está usando um fio de Xangô?* Mas é isso também! Não preciso, não vou contar essa intimidade aqui. É o fuxico, é o segredo, é o fundamento. Mas, por vezes, não encontramos. Por vezes não. Quem aqui encontrou, ou, pelo menos, leu sobre a quantidade de mulheres na graduação? Uma pessoa. Mulher negra, quem encontrou pelo menos uma? Mulher negra na graduação? Vamos falar, pelo menos, que caiba na palma de uma mão. Quem leu alguma mulher negra na graduação psicóloga?

Vamos contar uma:

[plateia]

— Fala o nome.

— Cida Bento?

— Então, a professora Marta, que nós não sabemos o sobrenome, mas vamos buscá-la, porque também não conheço a Marta. Ela é ótima!

— Qual é a sua Universidade?

— O extremo sul catarinense

— Me surpreendeu!

— Tem mais de cinco mulheres negras estudando. Tem sete.

— Que avanço, em Santa Catarina. Agora vai!

— O próximo CBP nós vamos bombar!

— Vamos pagar para a coleguinha porque, às vezes, ela não consegue. Fazer uma vaquinha, um negócio ali, vender um bolo. Mas, vamos lá, tem a Marta, tem a Cida Bento, quem mais?

— Neuza Souza Santos.

— Quem mais?

— Débora Alessandra.

— Quem é a Débora?

— Psicóloga, professora.

— Você é de onde?

— Rio de Janeiro.

— Qual é a universidade?

— Universo.

— Vamos procurar a Débora. Eu não conheço a Débora. Quero conhecer a Débora!

— Mais uma...

— Vilma Reis. Não é psicóloga, é socióloga, mas é um arraso de pessoa. É socióloga.

— É que eu estou confundido com a outra, que escreveu Dororidade, Vilma Piedade.

— Estamos falando de Germinário, um seminário de mulheres. Em vez de ficar falando sobre sororidade, vão ler Vilma Piedade, que fala sobre Dororidade. Uma mulher negra, socióloga e também formada em Letras.

— Fala outro nome.

— Clélia Prestes, um arraso de pessoa, uma mulher negra, psicóloga.

— Quem mais estudou?

— Jeane Tavares, a colega está fuxicando um monte de nome, não falou da amiga dela.

— Vou descer e falar para ela, falar:

— Laura não te citou, você cita Laura, Laura não te cita. Mas ela estava fuxicando aqui.

— Está defendendo. Os bairristas são terríveis!

— É num processo de brincadeira, mas não é. Brincadeira para mim é coisa séria, e muito séria.

Quem participou da oficina de manhã, e aqui estou fazendo lobby, falando em inglês, fazendo meu jabá, que tem a sala *Coragem*, um espaço do qual eu sou curadora, e vocês podem passar lá e participar de algumas das atividades. Contudo, mais cedo falávamos de encontrar os pares, a Sofia disse muito disso, as outras pessoas que passaram por esse espaço também, Nita, Laura, Anne.

E é muito importante que nós encontremos esses pares também nos escritos, porque diz de um constructo da nossa episteme. Quem leu esses textos, vai sentir diferença de ler textos, eu acho que fica bastante explícito: do Freud, de Lacan, do Moreno, do Skinner. São textos muito diferentes!

Vou usar a Conceição Evaristo, é uma *escrivência* outra. Vamos fazendo um caminho que não é o do atalho, mas o do caminho, da mãe Stela, saudosa.

O que é de ouvir, de ler, de estudar as mulheres e as pessoas, as maiorias *minorizadas*, que fazem parte desse território que vivemos. Porque é isso que somos. Anne disse na sua fala que, nas Políticas Públicas, as mulheres que chegam para serem atendidas, são as mulheres negras e, majoritariamente, são as mulheres brancas que estão lá para atendê-las.

Vamos ouvir um monte de coisa, que “*é mimimi*”, “*ela gosta de apanhar*”, “*elas gostam do sofrimento*”, “*as mulheres trans tinham a vida tão fácil, porque foi fazer a transição?*”, “*era mais fácil ser do outro gênero*”.

Uma infinidade de violência que nós precisamos ressignificar. Isso que já foi dito, nós precisamos estar implicados, a Laura disse isso. Enquanto ciência e profissão, nos implicamos também com os epistemes. Precisamos de ferramentas!

A Anne falou do PTS. Quando ela foi falando, eu fiquei pensando o quanto de vezes, na política que eu trabalho, construímos o PIA, na verdade, em Campinas, é PIFA, porque Campinas é diferente. Campinas acha que é a última bolacha do pacote. O PIA é o Plano Individual de Atendimento. Quando falo PTS, e construímos o PIFA, que é uma piada pronta, porque o PIFA já PIFOU, o instrumental já nasce falido, bem com essa intenção mesmo.

Quando a Anne falou de PTS eu fiquei pensando no processo de tempo em sofrimento que, por vezes nós, profissionais, passamos quando estamos em atendimento. A Camila já vem ali, falando que eu preciso finalizar, daqui a pouco ergue uma plaquinha para mim. Mas, dizer que os apontamentos que foram feitos nesse evento, que reverberam em vocês, que consigamos escrever e pautar o nosso fazer cotidiano com uma singularidade, olhando cada individualidade, mas que essa singularidade e essas individualidades estejam no coletivo. Porque, sem o coletivo, nós não somos nada. É isso. Agora passamos para as outras atividades, mas já estamos finalizando.

CARTA AO SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA EM DEFESA DAS MULHERES

Carta construída, em 12 de novembro de 2022, durante o Germinário “Mulheres, Psicologia e Enfrentamento às Violências” e aprovada na APAF de 17 de dezembro de 2022;

O Sistema Conselhos de Psicologia, constituído por plenários plurais e diversos, vêm a público se posicionar em defesa das Mulheres e suas interseccionalidades. Defendemos os pontos abaixo:

1. Defender a vida de meninas e mulheres, cis, trans, travestis e outras pessoas não cis-gênero;
2. Defender os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e de outras pessoas com possibilidade gestativa;
3. Defender as políticas e programas de Saúde Mental para as mulheres;
4. Defender a participação das mulheres nas decisões políticas e espaços democráticos;
5. Defender a participação das mulheres como protagonistas em processos de manutenção da democracia;
6. Possibilitar uma maior participação de mulheres de representatividade diversas em eventos e solenidades do Sistema;
7. Viabilizar a realização de eventos voltados para a temática da mulher;
8. Ampliar a participação das mulheres de representatividades diversas do Sistema nos Conselhos de Controle Social, garantindo os debates dos direitos das mulheres;

9. Adotar medidas de enfrentamento ao feminicídio, às violências doméstica, política, física, psicológica, obstétrica, simbólica, moral e patrimonial;
10. Enfrentar o discurso de ódio, violência política e institucional e o cerceamento da liberdade de expressão de todas as mulheres;
11. Avançar na implementação de políticas institucionais que garantam a inclusão e participação de mães conselheiras nas representações e ações do Sistema;
12. Garantir acesso, acessibilidade e permanência de mulheres negras, indígenas, quilombolas, de povos tradicionais, com deficiência, trans e travestis nos Plenários do Sistema;
13. Promover políticas de acolhida às mulheres vítimas de violência que fazem parte do Sistema;
14. Ampliar políticas de ações afirmativas étnico-raciais no Sistema;
15. Garantir a paridade racial e de gênero na composição das diretorias do Sistema;
16. Enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres, incluindo as violências, tais como: o gaslighting (manipulação psicológica), mansplaining (homem explica), maninterrupting (homem interrompe), bropropriating (homem se apropria); mansprea-
ding (homem se espalha), stonewalling (tratamento de silêncio);
17. Criar espaços de formação e letramento de gênero e racial no Sistema;
18. Defender e fazer conhecer as normativas que abordam as questões das mulheres e Psicologia;
19. Criar espaços para articulação entre as mulheres que compõe o Sistema;
20. Criar espaços de articulação para troca de experiências acerca da política voltada para a pauta de Mulheres, Gênero e Psicologia no Sistema Conselhos;

21. Priorizar a execução das deliberações do Congresso Nacional da Psicologia e COREPs, relativas a pauta das Mulheres de representatividade diversas, por exemplo: Negras, Indígenas, povos tradicionais, PCD, LGBTQIA+;
22. Intervir nas encruzilhadas e interseccionalidades na ocupação do Sistema Conselhos, contemplando uma diversidade real de representatividade.

Sistema Conselhos de Psicologia

Conselho Federal de Psicologia e Conselhos Regionais de Psicologia

